

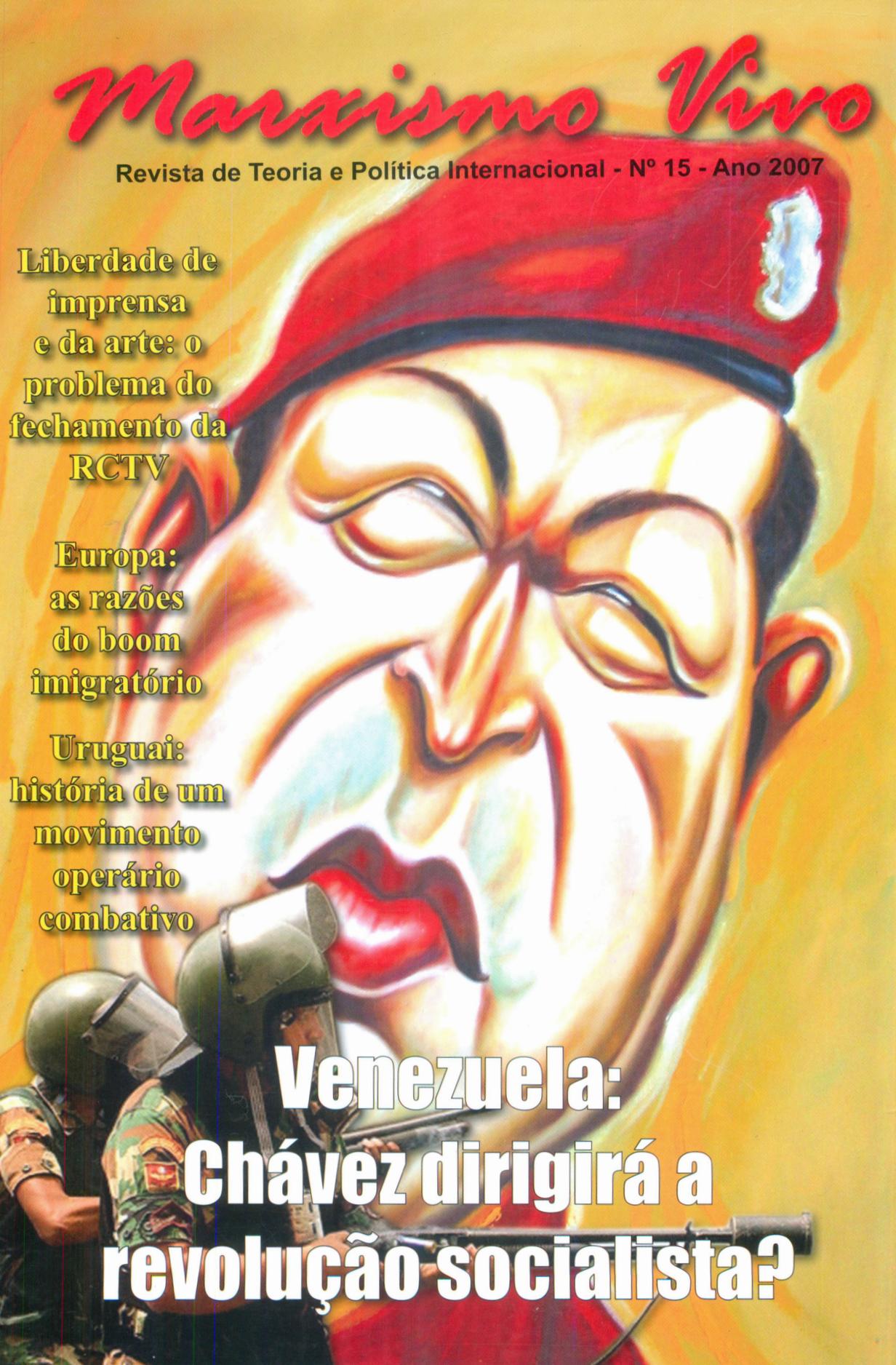
Marxismo Vivo

Revista de Teoria e Política Internacional - Nº 15 - Ano 2007

**Liberdade de
imprensa
e da arte: o
problema do
fechamento da
RCTV**

**Europa:
as razões
do boom
imigratório**

**Uruguai:
história de um
movimento
operário
combativo**



**Venezuela:
Chávez dirigirá a
revolução socialista?**

Marxismo Vivo

Revista de teoria e política internacional

Nº 15 – 2007

Marxismo Vivo é uma revista do
Instituto José Luís e Rosa Sundermman
CGC 73282.907/0001-64
Atividade principal 61.81
Rua dos Caciques, 265 – Saúde –
04145-000 – São Paulo – SP
Fone (11) 5581-5776

Impressão

Bartira Gráfica e Editora SA

Jornalista responsável

Maria Cecília Garcia
MTb 12.471

Editor

Martín Hernández

Capa

Nazareno Godeiro

Diagramação

Helena Sturdze

Marxismo Vivo – Revista de teoria
e política internacional

São Paulo – Brasil – Instituto
José Luís e Rosa Sundermman
ISSN 1806-1591

2000, nº 1, julho/setembro
2001, nº 2, outubro/janeiro
2001, nº 3, maio
2001, nº 4, dezembro
2002, nº 5, abril
2002, nº 6, novembro
2003, nº 7, novembro
2004, nº 8, março
2004, nº 9, julho
2004, nº 10, novembro
2005, nº 11, junho
2005, nº 12, dezembro
2006, nº 13, maio
2006, nº 14, outubro
2007, Edição especial – fevereiro
2007, nº 15, julho

Alejandro Iturbe
Bernardo Cerdeira
Cecília Toledo
José Welmowicki
Martín Hernández
Nazareno Godeiro

ISSN 1806-1591
www.litci.org
www.marxismalive.org
marxismalive@marxismalive.org

**Colaboraram nesta edição
como tradutores e revisores:**

Alejandro Iturbe (Argentina)
Alicia Sagra (Argentina)
Gustavo Amado (Peru)
Laura Sánchez (Peru)
Márcio Palmares (Brasil)
Marcos Margarido (Brasil)
Rita Gordin (Brasil)
Raymundo Alves (Brasil)

Apresentação	4
Ano 2007	
Venezuela	
Chávez e o “Socialismo do século XXI”	5
É possível que Chávez dirija a revolução socialista?	11
A Venezuela continua sendo uma semicolônia	15
O que é o governo Chávez?	22
ALEJANDRO ITURBE	
Itália	
O nascimento do PdAC no panorama da esquerda italiana: dos anos 90 até hoje	34
RUGGERO MANTOVANI	
A imigração na Europa	52
JOSÉ MORENO PAU E JAN TALPE	
A feminização da imigração	62
ALESSANDRA SOARES	
Pontos de Vista	
Considerações sobre o fechamento da RCTV na Venezuela	65
CECÍLIA TOLEDO	
IV Internacional	
Reconstrução da IV Internacional: a política para a Venezuela é um divisor de águas	74
JOSÉ WELMOWICKI	
Clássicos do Marxismo	
A classe operária e a liberdade de imprensa	82
LEON TROTSKY	
Estudos	
Argentina: efeitos do neoliberalismo no noroeste de Chubut	85
SUSANA LÓPEZ, MÓNICA GATICA Y GONZALO PÉREZ ALVAREZ	
Em Teoria	
Sobre o livro “A origem da família, da propriedade privada e do Estado”, de Friedrich Engels	97
HENRIQUE SOARES CARNEIRO	
Isto é História	
Uma breve história do movimento operário uruguaio	109
GUSTAVO LÓPEZ	

Apresentação

Esta nova edição de **Marxismo Vivo** destaca a situação venezuelana. Com ela também inauguramos uma nova seção, intitulada “*IV Internacional*”, onde também se fala da Venezuela. Não é por acaso. Ambos os temas estão intimamente relacionados.

Em várias edições anteriores de nossa revista escrevemos sobre a reconstrução da IV Internacional. No entanto, nos parece que agora vivemos um momento especial já que a realização dessa tarefa não está presente na realidade apenas como uma necessidade, mas também como uma possibilidade. Isso é justamente o que justifica a criação dessa seção que, a partir de agora, será permanente em nossa revista.

Várias vezes falamos sobre um “aluvião” ou um “vendaval” oportunista que arrasou, a partir da restauração do capitalismo nos ex-estados operários, a maioria da esquerda, não apenas reformista mas também revolucionária. Esse vendaval oportunista é uma realidade, e se expressa hoje em dia em uma vergonhosa capitulação dessa mesma esquerda frente aos governos de Frente Popular, ou aos governos populistas da América Latina. Mas também é uma realidade que em diversos países do mundo existem, ou estão surgindo, organizações revolucionárias, na maioria dos casos ainda relativamente pequenas, que resistem a esse curso e que se negam a ser capachos desses novos governos capitalistas disfarçados de “socialistas do século XXI”.

Esta realidade é um subproduto da situação revolucionária mundial, e nela as massas e sobretudo os setores de vanguarda vão fazendo sua experiência não só com os governos burgueses tradicionais mas também com os de Frente Popular. Essas organizações revolucionárias, em alguns casos, estão se reagrupando em torno da LIT-QI (Liga Internacional dos Trabalhadores - IV Internacional) mas na maioria continuam dispersas e sem conexão entre si.

Quando lançamos a revista **Marxismo Vivo**, no ano 2000, dizíamos que nosso objetivo era ajudar a elaborar o programa da revolução depois dos acontecimentos do Leste europeu. Hoje continuamos tendo como objetivo ajudar a construir o programa da revolução, no entanto, nosso objetivo é muito mais preciso. Nossa intenção é ajudar a construir o programa que dê as bases para agrupar as organizações e os ativistas operários, estudantes e intelectuais que não se deixaram levar pelo vendaval oportunista. Nossa intenção é reconstruir o programa que possa servir de base para reconstruir a IV Internacional.

No momento de encarar essa tarefa, o tema da Venezuela se transforma em um divisor de águas. E não podia ser de outra forma. Há um duro debate no interior da esquerda. Aparentemente se trata de um debate entre socialistas revolucionários, mas não. O chamado “socialismo do século XXI” em nada se diferencia do reformismo do século XX. É o velho debate entre reforma e revolução e é em torno da atualização desse debate que avançaremos ou não na Reconstrução da IV Internacional. Mãos à obra!



VENEZUELA

Chávez e o “Socialismo do século XXI”

Nos discursos realizados depois de sua reeleição, em dezembro de 2006, o presidente da Venezuela, Hugo Chávez Frias, afirmou que seu país iniciava decididamente “a fase de construção do socialismo”. Também anunciou a criação do PSUV (Partido Socialista Unido da Venezuela) como o instrumento político que dirigiria essa fase. Pouco depois, nacionalizou, através da compra total ou parcial de suas ações, a empresa telefônica CANTV e a de energia EDC, até então controladas por capitais norte-americanos.

Esses fatos aumentaram ainda mais o apoio que a imensa maioria da esquerda latino-americana já vinha dando ao chavismo, em um amplo espectro que abarca desde os velhos partidos comunistas e as correntes castro-guevaristas até setores nacionalistas e, lamentavelmente, muitos trotskistas.

Em suas considerações sobre o governo Chávez, esse amplo espectro da esquerda elabora, de modo esquemático, três caracterizações diferentes. Os PCs e as correntes castro-guevaristas afirmam que a Venezuela, tal como o próprio Chávez diz, já está marchando rumo ao socialismo. Alguns setores provenientes do trotskismo, por seu lado, dizem que esse caminho ainda não teria sido iniciado, mas que está colocado como uma possibilidade real. Finalmente, outras organizações trotskistas afirmam que, pelo caráter burguês do chavismo, é impossível que ele encabece um processo de revolução socialista, mas que, sob seu governo, a Venezuela se transformou de uma semicolônia ianque em um país independente do imperialismo.

Em nossa opinião, as três definições precedentes estão equivocadas. Longe de marchar rumo ao socialismo ou mesmo de ter se transformado em um país independente, a Venezuela continua sendo um país capitalista semicolonial. Mais ainda: afirmamos que Hugo Chávez não tem nenhuma intenção de modificar esse caráter. Evidentemente, trata-se de uma definição polêmica, que trataremos de demonstrar nos artigos desse dossiê.

O que é o socialismo do século XXI?

Antes de entrar no debate, parece-nos importante ressaltar que sua própria realização é uma mostra do quanto a situação latino-americana e a consciência das massas do continente mudaram desde a década de 90. Nesses anos, depois

ALEJANDRO
ITURBE

Tradução:
Márcio
Palmares

Alejandro Iturbe
é membro da
direção da
LIT - QI

da queda do Muro de Berlim e da derrubada dos Estados do chamado “socialismo real”, o imperialismo lançou uma forte campanha ideológica sobre a “morte do socialismo” e o “triunfo do capitalismo”, que foi acompanhada por uma ofensiva geral de privatizações de empresas estatais e ataques às conquistas sociais e trabalhistas obtidas nos anos anteriores, tanto nos países do Leste europeu como na América Latina.

Essa política foi apresentada como o caminho para o desenvolvimento econômico e o “ingresso ao Primeiro Mundo”. Uma parte do movimento de massas latino-americano, diante do fracasso do chamado “socialismo real”, acreditou nessas idéias durante certo tempo e, como consequência disso, governos como o de Fernando Henrique Cardoso, no Brasil, ou Carlos Ménem, na Argentina, dominaram o cenário histórico.

Mas a mentira tem pernas curtas e, em poucos anos, as massas comprovaram que o resultado era apenas um aumento da pobreza e da miséria, como parte de uma maior colonização imperialista dos países latino-americanos, e que era necessário lutar contra essa política e contra os governos que a aplicavam. Este fato se expressou, no início do século XXI, na contínua eclosão de processos revolucionários em vários países (Equador, Argentina, Bolívia e Venezuela).

Essas lutas, com suas reivindicações contra o capitalismo imperialista e a colonização (rechaço à dolarização da economia, nacionalização dos recursos naturais sem indenização, não pagamento da dívida externa, ruptura com o FMI...), voltaram a colocar o socialismo como uma perspectiva necessária para as massas. Parafraseando Marx, o socialismo volta a ser um “fantasma” presente, que ronda toda a América Latina.

As declarações e discursos de Chávez se dão no marco dessa nova realidade continental e existem duas alternativas para interpretar seu significado. A primeira é que Chávez está encabeçando um processo que avança realmente em direção ao socialismo, e nós não estaríamos vendo. Por isso, a partir dessa incompreensão, temos uma política sectária e equivocada.

A segunda alternativa é que Chávez não quer avançar na construção do socialismo, mas se vê obrigado a utilizá-lo em seus discursos, dada a situação que analisamos, como um mecanismo para enganar o movimento de massas. Ou seja, fala de “socialismo” para encobrir seu projeto de que a Venezuela continue sendo um país capitalista. Acreditamos que esta segunda alternativa é a que corresponde à realidade.

Como abordar o debate?

Poderíamos iniciar o debate com um resumo das análises e idéias de Karl Marx, o primeiro a formular a perspectiva da revolução socialista baseado em uma análise científica do capitalismo e dos processos econômicos e sociais que nele se desenvolvem (idéias que pouco depois Lenin e Trotsky aprofundaram e procuraram levar à prática na Revolução Russa de 1917).

Parece-nos, no entanto, que esse enfoque seria equivocado, pois levaria o debate a um beco sem saída. Não apenas porque houve outras experiências que seguiram cursos distintos (Iugoslávia, China, Cuba), mas também porque, além de tudo, a corrente chavista afirma que sua proposta é diferente da de Marx,

porque responderia a uma realidade distinta. Por isso, parece-nos melhor focar a discussão, de certa forma, pela negativa. Isto é, analisar as políticas e medidas centrais levadas adiante pelo chavismo e verificar se elas representam ou não uma ruptura com o sistema capitalista-imperialista.

A dívida externa

A Venezuela é um dos melhores pagadores latino-americanos de sua dívida externa e, em 2006, foi pioneira da moda do “pagamento antecipado”. Em seus primeiros oito anos (31/12/1998 a 31/12/2006), o governo Chávez pagou um total de 24,835 bilhões de dólares (uma média de 3,1 bilhões anuais). *Só em 2006, foram cerca de 6,5 bilhões* (4% do PIB estimado, quase o equivalente ao orçamento da saúde e educação somados). Apesar de ter pagado uma quantidade superior à dívida herdada (23,332 bilhões de dólares), ela cresceu 7,731 bilhões e chegou a 31,063 bilhões.

Mas essas cifras ocultam parte da realidade, já que o chavismo também cumpre a política impulsionada pelo imperialismo de trocar uma parte da dívida externa (bônus do plano Brady) por novos bônus, que agora são contabilizados como “dívida pública interna”. Entre 1998 e 2004, esta última cresceu de 5,480 a 15,193 bilhões de dólares, quantidade que deve ser somada à anterior para calcular o endividamento total em dólares do país.

Política petroleira

A produção de hidrocarbonetos é a base econômica do país: contribui com cerca de 30% do PIB e com uma porcentagem muito maior da arrecadação do Estado. A exploração comercial petroleira começou em 1913 e se expandiu na década seguinte, durante o regime ditatorial de Juan Vicente Gómez, com a entrega quase total da produção a companhias norte-americanas e britânicas. Em 1959, o governo de Betancourt criou a empresa estatal *Corporación Venezolana de Petróleo* (CVP) para operar um setor minoritário da produção (28%). Posteriormente, foram realizadas nacionalizações parciais, até que, em 1975, Carlos Andrés Pérez criou a empresa de monopólio estatal *PDVSA*.

Em 1995, Rafael Caldeira iniciou a “abertura petroleira” e as companhias estrangeiras voltaram através das “empresas mistas”, como a PDVSA, e a entrega de áreas em concessão para sua exploração exclusiva. Em outras palavras, o monopólio estatal foi eliminado.

Chávez aprofundou essa política, já que criou novas “empresas mistas” e entregou mais zonas às companhias estrangeiras, nas agora chamadas “associações estratégicas”. Através dessas últimas, a Conoco-Phillips, a Chevron-Texaco e a Exxon-Mobil, etc., produzem 620.000 barris diários de petróleo e, por sua participação nas “empresas mistas”, obtêm outros 480.000. Somados ambos os mecanismos, essas empresas controlam 40% da produção do país. Como a PDVSA paga ao redor de 10 dólares a mais do que o custo real de produção de cada barril, tais empresas obtêm um lucro de 11 milhões de dólares diários (4,015 bilhões de dólares anuais), sem considerar outros negócios.

O mesmo acontece com o gás, até agora pouco aproveitado comercialmente, mas cuja importância crescerá com o projeto do gasoduto sul-americano.

O governo entregou em concessão à Chevron-Texaco, British, Statoil e Total as jazidas situadas na Plataforma Deltana, enquanto que a Gazprom (russa) obteve o Projeto Rafael Urdaneta, no ocidente do país.

Essa política não se limita ao plano dos contratos, mas adquiriu caráter constitucional. A Constituição aprovada em 1999, embora mantenha o critério de que as ações da PDVSA só podem ser estatais, inclui o artigo 303, que autoriza o Estado a privatizar parcialmente a indústria do petróleo através das “filiais, empresas e associações estratégicas” que a PDVSA necessite criar em seu desenvolvimento.

Por isso, não acreditamos que o velho historiador antiimperialista Domingo Alberto Rangel exagere ao afirmar: “A política petroleira do governo Chávez é a mais entreguista desde a época de Juan Vicente Gómez”.

As inversões estrangeiras

Antes de analisar a política do chavismo frente às inversões estrangeiras em geral, parece-nos necessário primeiro esclarecer uma questão: entre 1999 e a primeira metade de 2003, a Venezuela viveu um forte processo de retirada de investimentos e fuga de capitais, levado a cabo pelo imperialismo e pelos setores mais fortes da burguesia local. Além da crise econômica do país, tal fato expressava a grande desconfiança desses setores diante do processo revolucionário de massas e uma tentativa de desgastar o governo chavista. Mas depois da derrota do golpe e do fracasso do *lock-out*, o imperialismo e a burguesia venezuelana mudaram sua política: no marco de uma forte recuperação da economia, impulsionada pela alta dos preços do petróleo, as inversões estrangeiras também cresceram rapidamente.¹

Para além desses vaivéns, a política do chavismo tem sido, desde seu início, a de oferecer as melhores condições para a inversão imperialista. Por exemplo, o art. 301 da Constituição de 1999 estabelece que: “as inversões estrangeiras estarão sujeitas às mesmas condições que a inversão nacional” (texto semelhante a uma das exigências da ALCA). Nesse mesmo ano, se promulgou a *Lei de Promoção e Proteção de Inversões*, que define em seu art. 6:

As inversões internacionais terão direito a um tratamento justo e eqüitativo, conforme as normas e critérios do direito internacional e não serão objeto de medidas arbitrárias e discriminatórias que obstaculizem sua manutenção, gestão, utilização, desfrute, ampliação, venda ou liquidação.

Essa política não ficou apenas no terreno da legislação, mas foi impulsionada ativamente. Por exemplo, em 6/12/04, o Consulado da Venezuela em Chicago informou que:

Na quinta-feira passada, a comitiva venezuelana participou de um evento para fomentar as inversões na Venezuela, intitulado *Trade and Investment in Venezuela*. O foro foi organizado pelo *World Trade Center* de Chicago, a Câmara de Comércio de Chicago e o Consulado Geral da Venezuela, em Chicago. O mesmo contou com a participação de mais de 50 representantes de empresas

¹ Entre o segundo semestre de 2004 e o primeiro de 2005, a Venezuela recebeu cerca de 587 milhões de dólares em inversões estrangeiras. 62% (364 milhões) vinham dos EUA, um volume 8 vezes maior que o do ano anterior (Informe sobre o comportamento das Inversões Estrangeiras Diretas (IED) na Venezuela, www.venamcham.org).

de Illinois e estados vizinhos, e teve o apoio da CITGO, empresa petrolífera subsidiária da PDVSA.

Nesse mesmo ano, o deputado chavista Ricardo Sanguino, vice-presidente da Comissão de Finanças da Assembléia Nacional, declarava que graças à política implementada pelo governo a “Venezuela está nas melhores condições para a inversão estrangeira” (www.minci.gob.ve).

Isto se vê claramente na indústria de automóveis, controlada pela Ford, GM, Mitsubishi e Toyota, com montadoras no país. A maior parte dos veículos é importada na forma de CKD e posteriormente montada no país. Algumas partes de baixo custo (vidros, assentos, baterias, pneus) são produzidas localmente e a principal empresa de autopeças é a transnacional Dana Corporation.

Hoje, o mercado de automóveis venezuelano está em plena expansão: estima-se que em 2006 foram vendidos mais de 260.000 veículos montados no país. Grande parte dessa recuperação se deveu ao Programa “*Venezuela Móvil*” que exige as empresas do pagamento do IVA na produção e na comercialização. O vice-ministro do Comércio Interior estimou que, nesse ano, uns 160.000 automóveis foram vendidos com este programa. Se tomarmos um valor base de 10.000 dólares por veículo, o estado venezuelano deixará de receber 224 milhões de dólares, que engrossarão os lucros das empresas imperialistas de automóveis.

Salários e condições de trabalho

Atualmente, o salário mínimo (recebido pela maioria dos trabalhadores) é de 250 dólares enquanto que uma cesta básica familiar mais ou menos completa custa aproximadamente U\$S 650. O governo atualiza o salário periodicamente pela inflação, mas não tem ocorrido uma melhora real, apesar dos vultuosos recursos que o país recebeu do petróleo. As condições de trabalho são, em geral, muito ruins, em fábricas obsoletas que não receberam investimentos significativos nos últimos anos. Os conflitos por salários, condições de trabalho e contratos coletivos são coisas cotidianas na Venezuela. Digamos, finalmente, que 50% da população economicamente ativa se mantém no “*cuentapropismo*” (por conta própria) e na economia informal, sem renda nem serviços sociais garantidos, sem que, com o governo chavista, essa realidade tenha se modificado.

As “Missões”

Um aspecto que se apresenta como um avanço da socialização da economia e do Estado são as Missões, através das quais uma pequena parte da renda proveniente do petróleo reverte-se em alguns benefícios para o movimento de massas. É evidente que através de sua ação, os setores mais empobrecidos e marginalizados da sociedade venezuelana obtiveram, talvez pela primeira vez em sua vida, acesso à atenção médica e à alfabetização. Mas é distorcer completamente a realidade defini-las como “socialista”. Muitas vezes, o capitalismo utilizou esse mecanismo, as “políticas compensatórias”, para amenizar a luta de classes e manter o sistema de conjunto. Nesse sentido, as Missões são similares



ao seguro desemprego de muitos países europeus, aos subsídios aos desempregados da Argentina, à “bolsa família” de Lula, etc. Ou seja, trata-se de um mecanismo que atenua as piores chagas do capitalismo. Mas não as eliminam, porque não eliminam a raiz que as provoca.

Uma medida imprescindível

Em que se diferenciam essas políticas do chavismo, tanto aquelas que favorecem o imperialismo e as grandes multinacionais como aquelas que atendem alguma necessidade das massas, das políticas aplicadas pelos governos dos países capitalistas semicoloniais do continente, como Lula, Kirchner ou Tabaré Vázquez? Podem ser consideradas como evidências de uma “marcha rumo ao socialismo”? Em ambos os casos, a resposta é negativa.

Ocorre que, qualquer que seja o modelo do socialismo que se queira aplicar, há um aspecto central que é iniludível: *uma economia que marche rumo ao socialismo deve suprimir o eixo ao redor do qual funciona o capitalismo (a busca do lucro por parte dos burgueses) e substituí-lo por uma planificação econômica estatal e centralizada, organizada para satisfazer as necessidades dos trabalhadores e das massas.*

Para que este plano possa funcionar, é necessário que o Estado tenha expropriado e assumido o controle dos principais ramos da economia, porque, em caso contrário, a burguesia e o imperialismo combaterão e boicotarão permanentemente as diretivas dessa planificação econômica. A possibilidade de integrar as empresas imperialistas e os grandes grupos nacionais na “construção do socialismo”, como propõe o chavismo, não passa, no melhor dos casos, de uma ilusão utópica. Nenhuma classe ou setor social permite de bom grado que lhe retirem os privilégios. Pelo contrário, luta ferozmente para defendê-los e assim o demonstram todas as experiências históricas em que, com boa ou má fé, se procurou fazer isso de modo “integrado”, e não através de um verdadeiro processo revolucionário.

A primeira conclusão que surge do que analisamos até agora, é que o “socialismo do século XXI” não é mais do que uma manobra retórica de Chávez para enganar as massas ■

É possível que Chávez dirija a revolução socialista?

Até aqui, respondemos àqueles que afirmam que a Venezuela já está marchando rumo ao socialismo. Agora queremos analisar as posições daqueles que afirmam que está colocada a possibilidade de que Chávez encabece esse processo.

Por exemplo, um setor que rompeu recentemente com a organização lambertista brasileira *O Trabalho* assinala: “O governo Chávez é resultado e parte dessa revolução: *um governo de origem pequeno-burguesa*, nacionalista, antiimperialista, *que foi muito mais longe na ruptura com o imperialismo do que pretendia.*”¹ (grifos nossos).

Quem também vai nessa direção é Pedro Fuentes, que não só vem do morenismo como trata de fundamentar suas posições em textos de Nahuel Moreno. Em um artigo recentemente publicado, afirma:

O processo da revolução bolivariana se originou a partir do “Caracazo”, que deixou o regime profundamente ferido. Ao levante militar de Chávez, em 1992, sucedeu uma série de mobilizações, que culminaram com as eleições, que levaram a uma transformação no regime político e à *consolidação de um governo em ruptura com a burguesia tradicional do país e importantes enfrentamentos com o imperialismo*. Como resultado, a *Venezuela é hoje um país independente, como Cuba.*² (Grifos nossos.)

Ou seja, essas análises deixam aberta a possibilidade de que Chávez possa repetir a experiência chinesa, iugoslava ou cubana, em que direções pequeno-burguesas romperam com o imperialismo e com a burguesia e avançaram rumo à construção de estados operários. Outras correntes, embora não cheguem a considerar essa possibilidade, compartilham a caracterização do chavismo como “governo pequeno-burguês”. Evidentemente, trata-se de uma discussão teórico-política de grande importância.

Como definir o caráter de classe de um governo?

Para nós, essas análises cometem dois erros combinados. O primeiro deles é utilizar um método não marxista de definir um governo pela *origem de classe de seus membros* e não pelo *caráter de classe do Estado* que dirigem. Se aplicássemos esse critério a outros países do continente, seríamos obrigados a dizer, por exemplo, que no Brasil há um “governo operário”; que na Bolívia existiria um governo “camponês” e na Argentina, Chile ou Uruguai, governos “pequeno-burgueses”.

ALEJANDRO
ITURBE

Tradução:
Márcio Palmares

¹ *A revolução na Venezuela*, documento da organização O Trabalho.

² *Venezuela, ponto mais avançado de uma confrontação continental.*

Esse critério esquece que a burguesia assume a direção do Estado diretamente em muito poucas ocasiões. Em geral, ela utiliza agentes especializados, recrutados em outras classes sociais, para que defendam seus interesses. Por isso, para o marxismo, todo governo que administra um estado burguês é também burguês, independentemente da origem de classe do presidente ou de seus ministros. Além dessa questão central, embora a direção chavista tenha de fato uma origem pequeno-burguesa, baseia-se na cúpula das Forças Armadas da burguesia e, além de tudo, está se transformado em mais um setor burguês: a “burguesia bolivariana”.

Uma comparação equivocada

No entanto, é um fato que o trotskismo estudou e caracterizou vários processos revolucionários do último pós-guerra em que direções pequeno-burguesas, empurradas pela força de processos revolucionários e pelo ataque do imperialismo e da burguesia nacional, avançaram “além de suas próprias intenções” em sua ruptura com eles, expropriaram suas propriedades e iniciaram a construção de estados operários. Assim aconteceu na Iugoslávia, China, Cuba e Vietnã. Na realidade, foi o único tipo de revolução que se deu nesse pós-guerra, contradizendo, em parte, o prognóstico de Trotsky de que esta seria uma “variante altamente improvável”.

Não estaria colocada na Venezuela uma possibilidade similar? O chavismo não poderia ser obrigado a repetir o que fizeram Tito, Mao, Fidel Castro e Ho Chi Minh? Acreditamos que aqui ocorre o segundo erro: comparar a situação venezuelana atual com a da China, Iugoslávia ou Cuba de antes da expropriação.

Qual é a diferença qualitativa? Antes de avançar na expropriação e na eliminação do capitalismo no interior de seus países, *Tito, Mao e Fidel já haviam levado a cabo, previamente, a tarefa chave de destruir as Forças Armadas burguesas. Ao destruir seu pilar fundamental, de fato também haviam destruído o Estado burguês e, quando tomaram o poder, a única força militar existente era a que eles dirigiam.*

Ocorria assim uma situação extremamente contraditória: as bases econômico-sociais do país continuavam sendo capitalistas, mas o estado burguês havia sido destruído, e o poder estava nas mãos de uma direção pequeno-burguesa apoiada na mobilização revolucionária das massas e em uma força militar independente da burguesia e do imperialismo.

Nessas condições, abrem-se duas possibilidades. A primeira é que, pela combinação de fatores concretos e históricos, essas direções se vejam obrigadas a ir “além”, como fizeram Tito, Mao e Fidel. Mas, neste avanço, já teriam o caminho desobstruído.

A segunda alternativa, que se deu em outros processos revolucionários similares, é que as direções pequeno-burguesas, após derrotar as Forças Armadas burguesas ou imperialistas, retrocedam e reconstruam, ou ajudem a reconstruir o estado burguês, e devolvam o poder à burguesia. Foi o que ocorreu com a FSLN, na Nicarágua, a partir de 1979: os sandinistas, orientados por Fidel, desmontaram as milícias que haviam derrotado a Guarda Nacional de Somoza e reconstruíram um exército burguês “normal”. Algo parecido ocorreu, em 1946, no Vietnã. Durante a Segunda Guerra, os japoneses haviam invadido o país e expulsado o exército francês. Após a retirada das tropas japonesas, depois

de sua derrota, a guerrilha comunista, que havia combatido contra os invasores, era a única força política armada do país. No entanto, como parte dos acordos de Ialta e Potsdam, entre Stalin e as potências imperialistas aliadas, permitiram a volta do exército francês e a reconstrução do velho estado colonial no país.

Em resumo, nos casos em que os processos avançaram, foi a combinação entre a pressão da mobilização revolucionária das massas e a necessidade de se defender dos ataques do imperialismo e da burguesia o que obrigou essas direções a ir “além de suas intenções”.

As Forças Armadas venezuelanas hoje

Desde o Vietnã, em 1975, esses processos não voltaram a se repetir. A queda dos estados operários na ex-URSS e China e, em geral, a destruição do aparato stalinista mundial, dificultam ao extremo a possibilidade de que uma direção pequeno-burguesa avance “além de suas intenções” sem ter a garantia de poder se incorporar depois a um sólido aparato burocrático internacional que possa ajudá-la a controlar e congelar o processo. No entanto, não podemos descartar que a combinação entre um grande ascenso revolucionário de massas, por um lado, e a ausência de um alternativa de direção revolucionária, pelo outro, façam com que processos desse tipo voltem a ocorrer.

Mas essa situação não tem nada a ver com a realidade venezuelana atual, nem com a política do chavismo. O essencial é que, apesar de existir um grande ascenso revolucionário de massas, a questão central (derrota militar e destruição das FF.AA.) não aconteceu na Venezuela. É uma tarefa pendente para qualquer possibilidade de “avanço rumo ao socialismo”. Um ponto que é claramente omitido ou “esquecido” pelos defensores abertos ou envergonhados do chavismo.

Isso nos leva a um problema decisivo: é possível que Chávez, antes um alto oficial das FF.AA. burguesas e hoje seu chefe máximo, possa levar adiante sua destruição? Nós afirmamos claramente que não. Pelo contrário, sua política tem sido recompô-las e fortalecê-las, após a profunda crise que viveram depois do “Caracazo” (agudizada pelo fracasso do golpe de 2002): Chávez perdoou os oficiais golpistas, outorgou um forte aumento de salários, municiou as FF.AA. com novas armas e recursos técnicos, etc. Tampouco está impulsionando uma política de “democratização”, com direitos políticos e sindicais para os suboficiais e a tropa, ou a eleição democrática dos oficiais. Uma pergunta chave é: com que fim Chávez está armando as FF.AA. burguesas? Para uma guerra contra o imperialismo ou para um futuro e inevitável enfrentamento com os trabalhadores e as massas? Em nossa opinião, apoiados em toda a experiência histórica, trata-se claramente da segunda alternativa.

Há outra hipótese ainda mais absurda que uma “marcha ao socialismo” encabeçada por Chávez: é possível que as FF.AA. burguesas “troquem” a classe que defendem, passem ao campo dos trabalhadores e das massas e expropiem o conjunto da burguesia e do imperialismo? Esclareçamos que não estamos nos referindo à ruptura de um setor das Forças Armadas, coisa que de fato ocorreu na história, mas à possibilidade de que a expropriação ocorra sob a direção de seus generais, como instituição de conjunto.

As expectativas, ou a hipótese, de que uma corrente como o chavismo, baseada nas FF.AA burguesas possa ser obrigada pela mobilização revolucionária

das massas a ir “além de suas intenções” não contrariam apenas toda a teoria marxista e toda a experiência histórica, mas a própria realidade concreta desses generais chavistas, que estão se transformando na “burguesia bolivariana” a partir do estado burguês.

Qual é a política atual do imperialismo para a Venezuela?

Há outro aspecto muito importante em que a situação da Venezuela é diferente da Iugoslávia, China e Cuba de antes da expropriação. Em todos esses países, o imperialismo atacou as direções e praticamente não lhes deixou outra alternativa a não ser fazer avançar o processo revolucionário ou, em caso contrário, ser derrotadas e destruídas.

Tito foi obrigado a enfrentar primeiro os nazistas e em seguida os acordos de Yalta e Potsdam que, apoiados pela débil burguesia nacional, entregavam a Iugoslávia ao domínio britânico, sem espaço para uma corrente nacional independente. Se não avançasse, teria o mesmo destino que os comunistas gregos dissidentes, massacrados pelo exército britânico e abandonados por Stalin.

Chiang Kai Shek negou-se a qualquer acordo com Mao e, apoiado pelo imperialismo norte-americano, enfrentou Mao em uma feroz guerra civil. Fidel e o Che, depois de alguma confusão inicial por parte do imperialismo ianque, foram duramente atacados quando de suas primeiras medidas. Como o Che dizia, a revolução cubana “avançou por reação aos ataques do imperialismo”. Veja-se como exemplo a fracassada invasão da Baía dos Porcos.

Na Venezuela, a política inicial do imperialismo e da burguesia venezuelana foi, de fato, derrotar o governo Chávez. Mas, desde 2003, mudaram e viram-se obrigados a aceitá-lo e a negociar com ele. Seguramente, seria preferível ao imperialismo ter outro homem mais confiável no poder, mas hoje não existe nenhuma possibilidade de um nova tentativa golpista nem, muito menos, de uma invasão dos *marines*. Longe de estar encurralado e sem saída, o chavismo desfruta, em seu benefício, do Estado burguês venezuelano e de seus recursos provenientes do petróleo. Mas, mesmo se um novo ataque burguês-imperialista estivesse colocado na realidade, os fatos de 2002 mostraram que Chávez, longe de responder a este ataque, se entregou, e se negou a apelar para as massas para enfrentar o golpe. Depois, uma vez que as massas derrotaram o golpe por sua própria conta, Chávez não apenas não avançou “além de suas intenções”, como consolidou as Forças Armadas e o Estado burguês.

Por isso, nossa segunda conclusão é que *qualquer política destinada a impulsionar mobilizações com a exigência de que Chávez “avance rumo o socialismo” não só parte de um sério erro teórico-político, como — o que é muito grave — é o caminho mais seguro para uma derrota do processo revolucionário venezuelano.*

A tarefa de destruir as Forças Armadas da burguesia, imprescindível para iniciar a “marcha rumo ao socialismo”, estará então em mãos dos trabalhadores e das massas venezuelanas. E ao levá-la a cabo, não temos dúvidas de que tanto Chávez como a oficialidade chavista e a “burguesia bolivariana” estarão nas trincheiras do outro lado ■

A Venezuela continua sendo uma semicolônia

Abordemos agora a questão do caráter atual da Venezuela. Já assinalamos que algumas organizações trotskistas coincidem conosco em que, pelo caráter burguês do chavismo, é impossível que ele encabece um processo de revolução socialista. No entanto, várias delas, por exemplo a UIT¹, afirmam: “Sem dúvida, a Venezuela continua sendo um país politicamente independente”. Ainda que denunciem que a atual política chavista de “normalizar” as relações com a burguesia e o imperialismo põe em risco esse caráter, esclarecem que “isso ainda não aconteceu”².

Aqui se abre outra discussão teórico-política muito importante. A maioria da esquerda tinha a caracterização de que a Venezuela era, até a posse de Chávez, uma semicolônia norte-americana. Portanto, se agora a definirmos como um “país independente”, isso significará que o governo chavista rompeu os pactos políticos e econômicos que cerceavam a soberania venezuelana e eliminou as bases da dependência e do domínio econômico que o imperialismo tinha sobre o país. Ou seja, um fato essencial para uma análise e uma política revolucionária.

Uma nova onda de nacionalismo burguês?

Em primeiro lugar, essa realidade estaria em clara contradição com as perspectivas assinaladas no documento *Revolução ou Colônia*³, compartilhadas por esse autor. Nesse documento afirma-se que a característica histórica dominante na América Latina era, por um lado, um processo de recolonização de seus países por parte dos diferentes imperialismos, aceito e impulsionado pelas burguesias nacionais, e, por outro, a resposta de luta das massas às suas conseqüências. Um choque que já começava a se expressar na revolução equatoriana de 2000. Entre ambos os fatores centrais da realidade latino-americana, afirmava-se que restava pouco ou mesmo nenhum espaço para o desenvolvimento de processos nacionalistas burgueses, como ocorrera com o peronismo argentino ou o cardenismo mexicano, em distintos momentos do século XX.

Se, pelo contrário, o chavismo foi capaz, inclusive sem romper com o sistema capitalista, de avançar em direção à independência da Venezuela e conseguir uma melhoria consistente no nível de vida das massas (algo que poderia se

ALEJANDRO
ITURBE

Tradução:
Márcio
Palmares

¹ Unidade Internacional dos Trabalhadores, corrente internacional de origem morenista com influência em setores do PRS venezuelano.

² *Tendências fundamentais da conjuntura política nacional*, documento político do PRS escrito por Miguel Ángel Hernández.

³ Aprovado pelo VI Congresso da LIT-QI (Liga Internacional dos Trabalhadores – Quarta Internacional), realizado em 2001.

repetir na Bolívia, com Evo Morales), essas perspectivas estariam completamente equivocadas. Mas as análises e as perspectivas podem e devem ser corrigidas quando não estão de acordo com a realidade. Muito mais importante seria o fato de que a possibilidade de avançar na construção de uma direção revolucionária socialista com peso de massas ficaria postergada por longo tempo, inclusive décadas, já que enfrentaria um novo e poderoso obstáculo nesses movimentos nacionalistas burgueses, com possibilidades reais de se desenvolver.

Nós afirmamos que a caracterização da Venezuela como “país independente” é equivocada. Acreditamos que, apesar das características independentes de seu governo, Chávez não mudou o caráter semicolonial do país e, inclusive, acentuou alguns elementos em relação aos governos anteriores. O primeiro passo, então, para abordar o debate é ver que critério ou ferramenta utilizamos para a definição de “semicolônia”.

A definição de “semi-colônia” de Lenin

O primeiro a trabalhar em profundidade com essa categoria foi Lenin:

Quanto aos Estados “semicoloniais”, nos dão o exemplo das formas de transição que encontramos em todas as esferas da natureza e da sociedade. O capital financeiro é uma força tão considerável... que é capaz de subordinar, e de fato subordina, inclusive Estados que gozam de uma independência política completa... Mas, naturalmente, para o capital financeiro a subordinação mais benéfica e mais “cômoda” é aquela que traz junto consigo a perda da independência política dos países e dos povos submetidos. Os países semicoloniais são típicos, nesse sentido, como “caso intermediário”.⁴

No mesmo trabalho, citando outro autor, Lenin mostra o caso da Argentina como um exemplo típico: “A América do Sul, e sobretudo a Argentina (diz Schulze-Gaevernitz em sua obra sobre o imperialismo britânico), encontra-se em uma situação tal de dependência financeira em relação a Londres que deve ser qualificada como colônia comercial inglesa”.⁵ É interessante assinalar que, nesse trabalho, Lenin utiliza como sinônimos os termos “colonização” e “dependência”. Por isso, fala indistintamente de “semicolônias” e “países semidependentes” para se referir a esses “casos intermediários”.

As contribuições de Nahuel Moreno

O trotskista argentino Nahuel Moreno amplia e, em alguns aspectos, modifica essa definição, já que propõe três categorias ou graus de domínio imperialista de um país (em Lenin eram só dois):

A esse respeito, propusemos três categorias [de países]: *dependentes*, *semicoloniais* e *coloniais*. Dependente é um país politicamente independente, isto é, eleger seus governantes, mas desde o ponto de vista dos empréstimos, do controle do comércio ou da produção depende economicamente de uma ou várias potências imperialistas. *Semicolonial* é aquele que assinou pactos políticos e/ou econômicos que cerceiam sua soberania, sem acabar com ela totalmente. Colônia é aquele que nem

⁴ O imperialismo: fase superior do capitalismo, Capítulo VI.

⁵ Idem.

sequer elege seu governo, já que o mesmo é imposto ou controlado por um país imperialista.”⁶ (Grifos nossos.)

Para Moreno, a categoria “semicolônia” é mais restrita, já que à “subordinação econômica”, elemento central para Lenin, agrega outro requisito: os pactos que cerceiam a soberania nacional. Para ele, se este elemento não está presente, o país é “dependente”, mas não semicolonial. É interessante assinalar que, coerente com esta definição, Moreno considerou que a Argentina foi um “país dependente” até 1930, quando a assinatura do Pacto Roca-Runciman a transformou em semicolônia inglesa, enquanto Lenin, já no início do século XX, tomava-a como exemplo de semicolônia.

No trabalho já citado, além dessa definição geral, Moreno analisa a transformação do conjunto dos países latino-americanos em semicolônias norte-americanas:

Os Estados Unidos tentaram, e em grande medida conseguiram, organizar toda a América Latina como uma semicolônia. Estruturaram um império neocolonial parecido com o inglês do pós-guerra, embora mais fechado, mais férreo, com uma base mais sólida que a britânica em decadência. A partir da assinados nessa mesma cidade, foi elaborado um sistema pelo qual as Forças Armadas, os Estados e a economia de todos os países americanos passaram a depender quase diretamente do imperialismo de Wall Street. (...) A culminação dessa nova estrutura imperial foi o famoso Pacto da OEA, cujas bases fundamentais foram os acordos do Rio de Janeiro”.⁷

A questão da dívida externa e o FMI

Posteriormente, a dívida externa passou a ocupar um peso cada vez mais importante como fator de dependência econômica e colonização: seu pagamento, tanto a parte principal como os juros, significava a drenagem de bilhões de dólares e seus acordos de refinanciamento permitiam ao FMI desempenhar o papel de supervisor permanente dos planos econômicos dos governos dos países semicoloniais.

Por isso, em 1983, ao formular os três eixos programáticos que deviam ser defendidos na Argentina, após a queda da ditadura militar, Moreno sintetiza um programa antiimperialista da seguinte maneira:

“Enquanto seguimos mantendo nossas consignas tradicionais (expropriação dos monopólios imperialistas industriais, comerciais e financeiros; ruptura dos pactos que nos atam ao imperialismo como a OEA, o TIAR, Rio de Janeiro, etc.), levantamos uma grande consigna central: o não pagamento da dívida externa. Essa consigna sintetiza de certo modo todas as demais, porque ataca a expressão mais acabada da exploração imperialista sobre o país e o povo. (...) E coloca os problemas restantes: a necessidade de expropriar o imperialismo e seus sócios nacionais para evitar a sabotagem econômica, tanto quanto a necessidade de armar o povo para enfrentar uma eventual represália do imperialismo mundial...”⁸

⁶ Método para a interpretação da História Argentina.

⁷ Idem.

⁸ 1982: comienza a revolução.



Novamente a política do chavismo

Com essas ferramentas metodológicas e programáticas fornecidas por Lenin e Nahuel Moreno, podemos analisar novamente a realidade venezuelana e verificar que Chávez não levou adiante nenhuma dessas medidas. No primeiro artigo desse dossiê, vimos a política do governo Chávez frente a temas centrais como a dívida externa, o petróleo ou as inversões estrangeiras em geral. Com isso, acreditamos ter fundamentado que “desde o ponto de vista dos empréstimos, do controle do comércio ou da produção”, a Venezuela “depende economicamente de uma ou várias potências imperialistas”. Agora veremos os “pactos políticos e/ou econômicos que cerceiam sua soberania, sem acabar com ela totalmente”.

Os organismos internacionais

A Venezuela é um membro muito ativo da OEA que, como vimos, é caracterizada por Moreno como um dos pilares do domínio semicolonial norte-americano. O mesmo podemos dizer da ONU, organismo que, embora sirva de cenário para que Chávez chame Bush de “diabo”, é o herdeiro da velha “cova de bandidos imperialistas”, como Lenin definia sua antecessora, a Sociedade das Nações. Na ONU, Chávez acaba de tentar, sem êxito, ser eleito para ocupar o lugar da América Latina no Conselho de Segurança. Já vimos que Chávez é um sócio bastante assíduo do FMI, organismo financeiro com o qual, segundo Moreno, teria que romper como requisito para qualquer independência nacional.

Também queremos nos referir a um aspecto menos estudado: a participação de Chávez na Cúpula Ibero-Americana. Essas reuniões se iniciaram em 1991, no México. São realizadas anualmente, em diferentes cidades e, nelas, participam os chefes de Estado e de governo da Espanha, Portugal e das nações latino-americanas de fala hispana e portuguesa. Apesar de não ter o caráter “oficial” nem o peso da OEA ou da ONU, não acreditamos que seja um organismo formal sem nenhuma função para o imperialismo. Parece-nos que expressa o crescente peso econômico e político do imperialismo espanhol e sua política para o continente.

Em alguns casos, é um mecanismo de busca de alternativas quando a política do imperialismo ianque é demasiado agressiva ou tenha levado a uma crise. Um exemplo é o papel desempenhado por Felipe González (como delegado do governo espanhol) e os embaixadores de Chávez, Lula e Kirchner para desmontar a bomba relógio da insurreição boliviana de 2005. Outro aspecto significativo é que, diferentemente da OEA, contam com a participação de Cuba.

Nessas reuniões, a retórica anti-Bush de Chávez se transforma em servilismo frente ao imperialismo espanhol. Por exemplo, na reunião realizada em Salamanca (2005), Chávez participou da entrega de uma bandeja de prata lavrada como presente para o rei (símbolo do imperialismo espanhol) e, sorridente, tirou fotografias com ele.

O caráter de organismo auxiliar do imperialismo que esta Cúpula tem ficado muito claro na declaração de 2006: “Os Chefes de Estado e de Governo dos 22

países que conformam a Comunidade Ibero-Americana de Nações, reunidos em sua XVI Cúpula em Montevideu, Uruguai, nos dias 3, 4 e 5 de novembro de 2006, *reafirmam sua total adesão aos propósitos e princípios consagrados na Carta das Nações Unidas...*⁹

As nacionalizações

A partir dessa definição geral, devemos analisar aquelas medidas ou políticas que parecem “contraditórias” em relação ao caráter semicolonial da Venezuela. Entre elas, especialmente a nacionalização da CANTV e da empresa de eletricidade EDC.

Seguramente, essas medidas causaram grande impacto e foram recebidas com entusiasmo pelo povo venezuelano e as massas latino-americanas. A razão é simples: depois de muitos anos de privatizações, governos como o de Chávez e o de Evo Morales parecem começar a marchar na direção contrária.

O fato é que, inclusive com o caráter profundamente limitado e parcial que lhe impuseram ambos os governos, *essas nacionalizações contêm um elemento progressivo: recuperam para o Estado, das mãos das empresas imperialistas, parte do patrimônio nacional que elas utilizavam para saquear o país*. Nesse sentido, podemos dizer que são um triunfo, mesmo parcial, da luta de muitos anos dos povos desses países.

O caso da CANTV e da EDC

A empresa telefônica CANTV tinha o monopólio estatal do setor até 1991, quando foi privatizada e comprada pelo consórcio Venworld Telecom, cujo principal componente era a empresa norte-americana Verizon Communications Inc. Ao tomar posse da CANTV, esse consórcio reduziu drasticamente a folha de pagamento, aposentando 8.000 trabalhadores e comprometendo-se a pagar a eles a aposentadoria, que, de acordo com as leis venezuelanas, não pode ser menor do que um salário mínimo. Ao não cumprir esse compromisso e pagar aos aposentados muito menos do que isso, os aposentados iniciaram ações judiciais, com sentença favorável, e mobilizações. Nessa situação, no ano passado, Chávez declarou: “ou pagam as dívidas aos aposentados ou se procederá à nacionalização da CANTV”.

Por outro lado, junto aos grandes negócios próprios da área telefônica, a compra de ações da CANTV na Venezuela, pagas em bolívares, e sua venda na bolsa de Nova York se converteu em uma forma “legal” de extrair divisas do país e em um virtual “mercado negro” (os jornais, ao informar a cotação da moeda estrangeira, falam de dólar oficial, dólar paralelo e dólar CANTV).

O fato é que, como parte de um plano de reorganização continental, a Verizon pôs à venda suas ações na CANTV. O principal interessado em comprá-las, e tomar posse da empresa, era o multimilionário mexicano Carlos Slim (indicado pela revista *Forbes* como uno dos homens mais ricos do mundo).

Agora, Chávez acaba de nacionalizá-la. Não se tratou de uma “expropriação revolucionária”, mas da compra das ações da Verizon que estavam à venda, algo totalmente normal dentro do direito e dos critérios burgueses. O que estava em discussão, e gerou pressão do governo dos EUA, era o preço, já que Chávez

⁹ Declaração de Montevideu, XVI Cúpula Ibero-Americana.

afirmava que descontaria a dívida da Verizon com os aposentados, pelos quais o Estado venezuelano se responsabilizaria. Finalmente, pagou 572 milhões de dólares (menos do que Slim oferecia: 100 milhões a mais do que a primeira oferta do governo).

Por seu lado, pela companhia elétrica EDC, foram pagos 730 milhões de dólares. Os jornais informam que: “A operação não causou maiores controvérsias com a firma norte-americana. O representante da empresa e assinante do acordo, Paul Narran, afirmou que acredita fortemente na Venezuela e na EDC como companhia.” (*Clarín*, 10/02/07.)

Em segundo lugar, *as nacionalizações não se estendem a outros setores chave da economia*, onde as empresas imperialistas têm muito peso, *como a produção petrolífera ou a indústria automobilística*. Por outro lado, *o governo não propõe nenhum tipo de controle por parte dos trabalhadores sobre essas nacionalizações, nem na compra, nem na administração das futuras empresas estatais*. Por isso, é muito possível que repitam-se nelas as negociatas que os principais quadros do chavismo estão fazendo na PDVSA e em outras áreas do Estado (processo a partir do qual começaram a ser chamados de “burguesia bolivariana”).¹⁰

A conclusão é que essas nacionalizações, embora contenham esse elemento progressivo ao qual nos referimos, não são parte de uma verdadeira política antiimperialista do governo de Chávez, nem, muito menos, um passo na “marcha rumo ao socialismo”.

A ALBA, o Mercosul, a aliança com Fidel e as relações com o Irã

Outros aspectos que parecem contraditórios com o caráter semicolonial da Venezuela são a formação da ALBA (Alternativa Bolivariana para a América), a aliança com Fidel Castro e, mais recentemente, o estreitamento das relações com o regime iraniano. Vejamos com mais detalhe cada uma dessas políticas.

A ALBA foi uma proposta que Chávez lançou há alguns anos, apresentada como uma alternativa à ALCA. Naquela ocasião, um analista da BBC caracterizou a “Aliança” como uma tentativa de Chávez de formar um bloco regional que pudesse negociar melhores condições de integração com os EUA. Inicialmente, ficou limitada a um acordo entre a Venezuela e Cuba. Posteriormente, no marco da postergação da ALCA e do impulso que os EUA deram aos TLC’s, a política do chavismo se dividiu em duas. Por um lado, ingressou no Mercosul; pelo outro, conseguiu ampliar a ALBA para a Bolívia, Equador e Nicarágua, após os respectivos triunfos eleitorais de Evo Morales, Correa e Daniel Ortega.

Analisemos um pouco seu ingresso no Mercosul. A partir da década de 90, este acordo foi impulsionado pelo próprio imperialismo para que suas empresas na região tornassem seus negócios e inversões mais eficientes, produzindo para mercados maiores e exportando com tarifas alfandegárias baixas ou nulas. Nesse sentido, o ingresso da Venezuela mostra claramente a falácia de seu caráter de “país independente”. Dentro do Mercosul, acreditamos que a perspectiva será um aumento do intercâmbio de petróleo e, especialmente, gás venezuelano (que de forma não casual acaba de ser entregue totalmente às empresas

¹⁰ O velho lutador venezuelano Domingo Alberto Rangel denuncia que Diosdado Cabello, governador do Estado Miranda e chefe do Comando Nacional do MVR, “adquiriu, através de seus testas-de-ferro, a enlatadora de Eveda em Cumaná, as empresas industriais que pertenceram aos grupos Sosa Rodríguez e Montana, hoje dissolvidos, três bancos comerciais, várias empresas de seguro (...) essa é a verdade.” Outro integrante desse setor, o ministro das Comunicações Jesse Chacón, cujo irmão comprou uma empresa de produtos lácteos do grupo Parmalat, seria o futuro presidente da CANTV estatizada (*Se não há propriedade coletiva, não há socialismo*).

estrangeiras) por automóveis, maquinaria e alimentos do Brasil e da Argentina, com grandes benefícios para as multinacionais e as grandes empresas “nacionais”.

Por outro lado, longe de como querem apresentá-la os chavistas, a ALBA não tem nada a ver com um bloco político-comercial antiimperialista: Cuba está vivendo um acelerado processo de recolonização por parte dos imperialismos europeu e canadense; o novo governo equatoriano mantém o TLC com os EUA; o vice-presidente boliviano declara que deseja que os EUA sejam o “sócio estratégico” do país...

Pelo contrário, parece-nos que na ALBA se expressam três questões. Em primeiro lugar, frente a Cuba, deixou de ser um simples mecanismo de intercâmbio de petróleo por médicos e professores e se transformou em uma ferramenta que permite à burguesia bolivariana, e à burguesia venezuelana em geral, intervir nos negócios que o novo estado capitalista cubano oferece, especialmente na área petrolífera. Em segundo lugar, a ALBA é parte de uma política para formar um bloco de países produtores de hidrocarbonetos que tenha mais peso na hora de definir os preços internacionais e evitar uma queda, em contraposição à política de governos muito mais ligados ao imperialismo, como os da Arábia Saudita, Emirados Árabes, Kuwait, etc. Não é casual que três de seus integrantes (Venezuela, Equador e Bolívia) sejam fornecedores de petróleo e gás. No mesmo sentido iria o estreitamento das relações com o Irã.

Finalmente, acreditamos que é uma tentativa de criar uma “área de influência política regional” que permita ao chavismo negociar em melhores condições tanto com o imperialismo como com os países latino-americanos mais fortes. Nesse aspecto, sua política parece ser mais ampla e apontar para a construção de uma corrente chavista latino-americana que inclua não só esses governos, como também a formação de organizações chavistas nos outros países, diretamente ligadas ao financiamento do governo da Venezuela. É uma corrente que está sendo construída em comum com Fidel Castro e, nela, começam a ser reciclados setores importantes do velho stalinismo, do castrismo, do nacionalismo burguês e grupos trotskistas.

A terceira conclusão, portanto, é que se o chavismo não rompeu o caráter semicolonial da Venezuela, nem tem intenções de fazê-lo, *qualquer política que gere expectativas nessa possibilidade só ajudará a impedir que os trabalhadores e as massas venezuelanas tomem essa tarefa em suas próprias mãos* ■

O que é o governo Chávez?

No marco das conclusões que fomos elaborando, devemos reconhecer, no entanto, que a relação do governo Chávez, no mínimo diante do imperialismo norte-americano, é distinta do servilismo que acabam de mostrar Lula, Tabaré, Uribe ou Calderón. Suas atitudes aparecem como muito mais independentes e desafiantes.

Para compreender essa diferença real, acreditamos ser necessário analisar que tipo de regime e de governo Chávez encabeça, e o que o torna diferente de outros presidentes latino-americanos e, finalmente, como se combina essa diferença com o caráter semicolonial da Venezuela.

Para definir o regime e o governo de Chávez, também vamos partir das elaborações de Nahuel Moreno: “O estado é um conjunto de instituições, mas a classe no poder não as utiliza sempre da mesma forma para governar. Concretamente, para definir um regime político devemos responder as seguintes perguntas: Qual é a instituição fundamental de governo? Como se articulam nela as outras instituições estatais?” Agreguemos que este “jogo institucional” tem dois marcos: *a classe de país* em que se dá (imperialista, independente, semicolonial, etc., o que vai determinar o *conteúdo social* do regime) e o *contexto da luta de classes*.

Trotsky sobre o México

Nós mantemos a caracterização, desenvolvida na *Marxismo Vivo* n.º 10, de que Chávez encabeça um regime e um governo “bonapartista *sui generis*”. Para tanto, nos baseamos na definição dada por Trotsky ao analisar o sistema de poder burguês mexicano, na época de Lázaro Cárdenas:

Nos países industrialmente atrasados o capital estrangeiro desempenha um papel decisivo. Daí a relativa debilidade da burguesia nacional em relação ao proletariado nacional. Isto cria condições especiais de poder estatal. O governo oscila entre o capital estrangeiro e o nacional, entre a relativamente débil burguesia nacional e o relativamente poderoso proletariado. Isto dá ao governo um caráter bonapartista *sui generis*, de índole particular. Eleva-se, por assim dizer, por cima das classes. Na realidade, pode governar ou convertendo-se em instrumento do capitalismo estrangeiro e submetendo o proletariado com as cadeias de uma ditadura policial, ou manobrando com o proletariado, chegando inclusive a fazer-lhe concessões, ganhando desse modo a possibilidade de dispor de certa liberdade em relação aos capitalistas estrangeiros.¹

ALEJANDRO
ITURBE

Tradução:
Márcio
Palmares

¹ *A indústria nacionalizada e a administração operária, Escritos latino-americanos.* Para evitar confusões, assinalemos que foi Moreno quem trabalhou mais profundamente o conceito de “regime” como uma categoria diferente e independente da de “governo”. Trotsky e outros escritores marxistas as utilizavam, em muitos casos, de modo indistinto. Nesse caso, pelo conteúdo da citação, a definição de Trotsky corresponde muito mais ao conceito de “regime”.

Em resumo, o bonapartismo *sui generis* é um regime típico dos “países capitalistas atrasados”, porque a debilidade da burguesia nacional frente ao imperialismo e ao proletariado obriga-a a tentar construir um regime forte, que trate de se elevar “por cima das classes”. Tem duas opções: ser uma “ditadura policial” contra as massas, apoiada pelo imperialismo, ou “manobrar” com as massas para “dispor de certa liberdade” em sua relação com ele.

Em ambos os casos, a burguesia tem a necessidade de construir um “regime forte” para submeter o movimento de massas. Daí decorre seu caráter bonapartista. Por isso, as instituições da democracia burguesa são eliminadas, nas ditaduras policiais ou militares, ou adquirem um caráter puramente formal, no segundo caso, pela necessidade de engessar e impedir que a mobilização do movimento de massas, utilizada para chantagear o imperialismo, saia do controle. Por isso, apela-se ao “grande líder”, aos “partidos únicos”, aos sindicatos como agências do estado, etc. No segundo caso, ademais, as concessões às massas são utilizadas tanto para manter seu apoio como para justificar e tornar aceitável para elas essa relação bonapartista e totalitária.

Por outro lado, nesse mesmo artigo, Trotsky assiná-la também que, para tentar essas manobras de independência relativa, esses governos procuram “aproveitar para defender os antagonismos entre os distintos países e grupos de países imperialistas”, apoiando-se ora em um, ora em outro grupo.

Digamos, finalmente, que, por costume, no movimento trotskista, a denominação “bonapartismo *sui generis*” é associada muito mais com a segunda alternativa do que com as “ditaduras policiais”, embora, como vimos, Trotsky a emprega nos dois casos.

Um contexto mundial diferente

Acreditamos que o chavismo enquadra-se claramente dentro dessa segunda variante. No entanto, no marco dessa definição geral, devemos assinalar que, pelas diferenças entre o contexto político-econômico internacional, seu “espaço de manobras” entre as massas e o imperialismo é muito menor que o que tiveram outros bonapartismos *sui generis* anteriores, como o peronismo argentino, o PRI mexicano ou os partidos nacionalistas árabes. Vejamos essas diferenças.

Em primeiro lugar, depois da Segunda Guerra Mundial, os EUA impuseram claramente sua hegemonia como principal potência imperialista, subordinando a Inglaterra, França, Alemanha, Japão, etc. Hoje não existe, ou ficou reduzida a uma mínima expressão, a possibilidade de que um país atrasado “manobre” com as contradições entre essas potências ou se apóie nelas, como podiam fazer no passado.

Em segundo lugar, a política econômica keynesiana, aplicada pelo imperialismo durante várias décadas do século XX, deixava maior espaço para as nacionalizações de empresas e certo desenvolvimento autônomo nessas nações atrasadas, assim como para dar algumas concessões às massas. Hoje, a necessidade do imperialismo de se apropriar de uma massa cada vez maior de mais-valia, para sustentar a taxa de lucros, leva-o a impulsionar o processo oposto (as privatizações) para extraí-la de modo direto. Também ocorreram numerosas compras de empresas de capital nacional por parte de capitais imperialistas. Ao

mesmo tempo, o imperialismo aumenta a extração indireta, com a dívida externa, e busca dirigir, quase diretamente, as economias dos países atrasados.

Por um lado, essa nova realidade econômica deixa muito menos espaço para dar concessões às massas. Pelo outro, e isso é uma questão central para nossa análise, provocou uma mudança estrutural nas burguesias nacionais, que se tornaram muito mais dependentes e submissas aos capitais imperialistas. Portanto, com muito menos margem, e vontade, para iniciativas nacionalistas.

Essa é a principal causa estrutural do giro à direita, rumo a posições claramente pró-imperialistas, da grande maioria dos velhos movimentos nacionalistas burgueses como o APRA peruano, o PRI mexicano, o MNR boliviano ou o peronismo argentino.

Em terceiro lugar, a queda dos ex-estados operários burocratizados (URSS, China, Leste europeu, Cuba...) eliminou a possibilidade de ocupar a “terceira posição”, o “não alinhamento” que muitos governos nacionalistas burgueses adotavam. Ou mesmo as alianças táticas com esses ex-estados operários burocratizados para se fortalecer frente ao imperialismo.

Outra diferença central, que analisamos na *Marxismo Vivo* n.º 12, é que se acentuou ao extremo a dependência dos países imperialistas com as importações de petróleo e que isso gerou uma forte ofensiva político-militar, especialmente do imperialismo ianque, para assegurar o controle direto dessas fontes de abastecimento. É certo que essa ofensiva vem fracassando no Oriente Médio e também teve um revés na Venezuela. Mas essa é uma estratégia do imperialismo que deixa muito menos espaço para “nacionalismos petroleiros”.

Esse é o marco mais geral que explica por que *o chavismo não modificou o caráter semicolonial do país nem se propõe a fazê-lo*. Como assinalamos no início, é dentro dessa limitação geral que se dão as manobras relativamente independentes do chavismo.

A Venezuela de hoje não é a Argentina de 1946

Além dessas diferenças do contexto mundial, o chavismo tem outra profunda limitação: a impossibilidade de outorgar conquistas realmente importantes e sólidas para as massas, especialmente à classe operária. Os recursos decorrentes das exportações de petróleo permitem a Chávez financiar as Missões ou comprar a CANTV e as empresas elétricas. Mas são insuficientes para garantir uma melhora qualitativa do nível de vida das massas e dos trabalhadores, como fez o peronismo durante seu primeiro governo.

Apesar da importante arrecadação vinda do petróleo, o desenvolvimento econômico da Venezuela está muito longe de ser o que era a Argentina em 1946. Em primeiro lugar, a Argentina era, até pouco tempo atrás, o sexto país em importância dentro do comércio mundial e tinha o desenvolvimento capitalista mais forte da América Latina, apesar de profundamente deformado pela dominação inglesa. Embora já estivesse em decadência, o país caía desde um nível alto e sua queda, além de tudo, estava amortizada pelos fortes ingressos recebidos pela exportação de alimentos durante a Segunda Guerra.

Em segundo lugar, a burguesia argentina havia adotado, inclusive antes do ascenso do peronismo, um modelo de acumulação capitalista chamado “substituição das importações”, com forte emprego de mão-de-obra, e no

qual, ademais, os trabalhadores assumiam importância como consumidores dos produtos fabricados.

Por essa combinação de fatores, o peronismo pôde dar conquistas que melhoraram qualitativamente o nível de vida dos trabalhadores.² Foram essas conquistas que arraigaram o peronismo tão profundamente na classe trabalhadora argentina. Como resultado, mesmo depois de ter sido derrotado em 1955, manteve-se durante várias décadas como a principal direção político-sindical do país.

Pelo contrário, a Venezuela nunca teve, nem sequer na dourada década de 1970, o grau de desenvolvimento capitalista que a Argentina havia alcançado. Além disso, viveu, entre 1982 e 2002, uma profunda decadência, que deteriorou ao extremo o aparato produtivo e estatal, e que recém começou a compensar, e apenas relativamente, a partir de 2003. Por outro lado, o modelo de acumulação que teve e continua tendo o país é o de “exportador de petróleo”, que gera um tipo de “burguesia rentista” que nunca se preocupou em impulsionar realmente o desenvolvimento da indústria e a infra-estrutura (salvo aquela ligada diretamente à produção e transporte de hidrocarbonetos).

Em outras palavras, Chávez não tem a possibilidade de repetir a experiência peronista de 1946-1955. Nem tampouco quer fazê-lo, mesmo que seja a uma escala menor, porque expressa uma burguesia rentista para a qual o nível de vida da classe operária é totalmente secundário em seu projeto econômico. É o que explica que, apesar de levar já quatro anos de “bonanza petroleira”, este aumento da arrecadação do país quase não se refletiu em uma melhora do nível de vida dos trabalhadores e das massas. Algo que já analisamos ao ver o salário mínimo recebido pela maioria dos trabalhadores, as condições de trabalho e os 50% da população economicamente ativa que vive da economia informal.

Gênese do chavismo

O chavismo, como movimento político, é resultado indireto do “Caracazo”, que feriu mortalmente o Regime do Ponto Fixo.³ Surge como o movimento de um setor pequeno-burguês da segunda linha da oficialidade que, diante dessa crise aguda, busca salvar o estado burguês e, especialmente, recompor as Forças Armadas, profundamente divididas desde o próprio “Caracazo”. Ao mesmo tempo, algo comum na história venezuelana, expressa um setor militar que aspira a tomar o controle do aparato estatal para se apropriar de seus benefícios econômicos e se transformar em burguesia. A crise e agonia dos partidos do Regime do Ponto Fixo (AD e COPEI), por um lado, e a falta de uma alternativa revolucionária, pelo outro, permitiram ao chavismo ganhar peso de massas, com sua prédica anti-regime, e triunfar nas eleições de 1998.

Dada essa gênese, o regime bonapartista sui generis do chavismo tem uma relação com o imperialismo distinta da que têm os regimes de democracia colonial que definimos em *Revolução ou Colônia* e que predominam na grande maioria dos países latino-americanos. Mas essa diferença não se baseia na ruptura do caráter semicolonial do país: é o subproduto de um ascenso revolucionário, e é por essa razão que o chavismo é de certa forma “independente” do imperialismo.

Por isso, produzem-se atritos de maneira constante com o governo Bush. Ainda que essa “independência” se expresse essencialmente nos discursos, em

² Em 1950, os trabalhadores argentinos tiveram o nível salarial mais alto da história. Além disso, conseguiram conquistas como o 13º, as férias, a estabilidade no trabalho e contratos coletivos muito favoráveis.

³ Regime surgiu em 1958, a partir do acordo entre os principais partidos burgueses (AD, COPEI e UDR) para respeitar os resultados eleitorais e se alternarem no poder para evitar novos golpes e intervenções das Forças Armadas.

atitudes *pour le galerie* ou em medidas muito parciais, é importante identificá-la porque, além de existir, é a base do prestígio de Chávez entre as massas e a vanguarda, ainda mais quando comparado com governos como Uribe, Calderón, Bachelet, Lula ou Tabaré...

Outro processo que reforça a margem de relativa independência do chavismo é a situação do imperialismo norte-americano e de sua política de “guerra contra o terror”, que está sendo derrotada no Iraque, Afeganistão e Líbano, e que também sofreu uma derrota na tentativa de golpe de 2002, na própria Venezuela.

Retomando a definição de Moreno, digamos que a instituição principal do regime chavista é o próprio Chávez, como presidente e comandante das Forças Armadas e da “revolução”. Todas as demais instituições são secundárias e giram ao redor dele. Por isso, adquire uma característica própria dos regimes personalistas já que, em grande medida, desaparecem os limites entre regime e governo, porque ambos se identificam com o “líder” (Chávez).

O fracasso do golpe de 2002 e suas conseqüências

O imperialismo e o grosso da burguesia nacional têm, nos primeiros anos, a política de derrubar o governo através do golpe e do *lock-out*. O imperialismo o ataca, essencialmente, porque a política de Bush era privatizar a PDVSA e controlar diretamente um de seus mais importantes fornecedores de petróleo. A velha burguesia quer recuperar o controle do Estado e seus negócios. Para isso, apoiaram-se em setores majoritários da classe média que não recebiam nenhum benefício do governo.

Ao fracassar o golpe de 2002, a situação revolucionária que vem desde o “Caracazo” se aprofunda, porque é a mobilização independente das massas que o derrota (quando Chávez já havia se entregado). O fracasso do *lock-out* de dezembro 2002 a março de 2003 consolida ainda mais essa dinâmica, pelo papel central que a classe trabalhadora desempenhou na recuperação da PDVSA e das empresas privadas.

Esses fatos da luta de classes têm duas importantes conseqüências. Por um lado, ampliam a margem de manobra de Chávez frente ao imperialismo norte-americano e a burguesia venezuelana, já que se vêem obrigados a aceitá-lo como a única alternativa para controlar o movimento de massas. Por isso, abandonam a política de derrubá-lo através de um golpe. Ao mesmo tempo, os grandes burgueses locais começam a fazer negócios com o governo: o grupo Mendoza-Polar é um dos grandes fornecedores do Mercal (sistema de distribuição estatal de alimentos e bebidas a baixo preço) e, nesses anos, adquiriu a Mavesa, uma empresa importante do setor. A ala mais extrema dos “esquálidos” ficou isolada. Por exemplo, há uma pichação desse setor perto da Universidade de Caracas que diz: “*Cisneros se vendeu. Cisneros virou comunista*”⁴.

Por outro lado, torna-se mais aguda a necessidade do regime chavista de desmontar a mobilização independente e engessar o movimento de massas, através dos mecanismos que analisaremos mais adiante. O plebiscito revogatório de 2004 mostra um ponto de inflexão neste aspecto, porque, mais do que os atritos entre o chavismo e a oposição, é o resultado de um acordo que tenta retirar o enfrentamento das ruas para levá-lo ao terreno eleitoral, como parte da política

⁴ Proprietário do canal *Globovisión* e do maior grupo de comunicação do país. Foi um dos principais impulsionadores do golpe de 2002.

de desmobilizar o movimento de massas. Nesse plebiscito, a chamada “Segunda Batalha de Santa Inés”, lançada por Chávez, foi uma política consciente para avançar, através da organização eleitoral, no controle do movimento de massas. Nós não vimos esse processo e, em um artigo do *Correio Internacional*, caracterizamos erroneamente o plebiscito como uma tentativa de “golpe institucional”.

Junto com isso, o alta espetacular do preço internacional do petróleo, iniciada em 2003, e seu correspondente aumento da arrecadação do Estado, deu ao chavismo uma situação muito mais favorável tanto para realizar acordos com a burguesia venezuelana e o imperialismo como para outorgar algumas concessões às massas. Pelo contrário, a recente queda do preço do barril, ainda que esteja em um nível aceitável, representa uma ameaça, porque, ao reduzir a arrecadação do Estado, reduz seu espaço de manobra em ambos os sentidos.

A “burguesia bolivariana”

Para entender a fundo o caráter do regime e do governo chavistas, é necessário deter-se em um processo social que se desenvolveu durante seu governo. Parasitando o Estado e intermediando seus negócios com as empresas privadas e o imperialismo, um setor da direção chavista começou a se transformar diretamente em burguesia. Seu máximo expoente é Diosdado Cabello, governador do Estado Miranda e chefe do Comando Nacional do MVR ⁵, que, em poucos anos, tornou-se proprietário de várias empresas. É a chamada “burguesia bolivariana”, um setor que, a partir de seu controle do Estado e de seus negócios, busca sua própria expansão. Por isso, muitos analistas consideram-na uma das defensoras da nacionalização da CANTV.

No ano passado, produziram-se fortes atritos sobre a política a adotar frente à burguesia tradicional, entre este setor e o daqueles quadros chavistas que ainda refletem uma maior ligação com o movimento de massas. Sua máxima expressão foi o choque, no Comando Nacional do MVR, entre Barreto, prefeito Maior de Caracas, e Diosdado Cabello, sobre o anúncio do primeiro de que iria expropriar os campos privados de golf, localizados em zonas residenciais, para construir bairros de moradias populares. Cabello o atacou dizendo que “não era o momento de enfrentamentos, mas de conciliação” e Barreto foi virtualmente afastado do Comando Nacional.

O fato, além de refletir o predomínio da “burguesia bolivariana” na atual política do chavismo, expressa claramente a intenção de que essa “conciliação” com a velha burguesia e o imperialismo lhes garanta, no futuro, se o panorama político venezuelano mudar, o respeito pelas propriedades adquiridas.

A necessidade de controlar as massas

Já assinalamos que o chavismo, como toda direção burguesa que tenta se apoiar em uma mobilização limitada das massas, tem a necessidade de controlá-la e enquadrá-la. Mostramos também que, no caso da Venezuela, essa necessidade se torna maior pelo curso tomado pela luta de classes nos últimos anos.

Até agora, Chávez utilizou dois mecanismos principais para avançar no controle. O primeiro são as Missões, ao redor das quais se construiu um verdadeiro

⁵ MVR: Movimento V República (o partido de Chávez).



“estado paralelo”, que distribui benefícios de saúde, educação e alimentos, ajuda econômica aos desempregados, subsídios às microempresas e cooperativas, etc. As Missões permitiram ao chavismo, por um lado, cooptar uma grande quantidade de quadros do movimento de massas e, por outro, gerar uma relação de dependência com o governo dos setores mais empobrecidos da sociedade.

O segundo mecanismo, desde o plebiscito, foi a organização eleitoral, estruturada de modo similar a um organograma militar, através de “comandos” controlados pelo aparato, que foram substituindo os “círculos bolivarianos” formados no processo anterior e aos quais outras organizações de massas, como os sindicatos, deveriam subordinar-se.

Uma frente aberta: o movimento operário

O chavismo vem avançando em sua política de engessar o movimento de massas. Por exemplo, as últimas mobilizações foram muito mais controladas pelo aparato que as mobilizações que enfrentaram o golpe ou mesmo as mobilizações do plebiscito revogatório. No entanto, há uma frente onde este controle é ainda muito débil: a classe trabalhadora e, especialmente, o movimento operário industrial.

Isto se deve a várias razões. Em primeiro lugar, a maioria do movimento operário industrial trabalha em empresas privadas, isto é, não depende do aparato do Estado. Em segundo lugar, o crescimento econômico permitiu uma certa recuperação do emprego nesse setor e uma margem maior para as lutas. Em terceiro lugar, embora o governo tenha outorgado algumas concessões, como uma maior estabilidade nos contratos de trabalho ou a eleição dos delegados de prevenção de saúde e acidentes (similares às CIPA's brasileiras), o nível salarial geral é baixo e as condições de trabalho péssimas. Por isso, em quarto lugar, os trabalhadores enfrentam cotidianamente os burgueses nacionais ou gerentes imperialistas, que, por outro lado, são os mesmos que impulsionaram o golpe e o *lock-out*.

Os trabalhadores venezuelanos vêm de uma riquíssima experiência de organização e luta para derrotar o golpe e especialmente o *lock-out*. Essa experiência também foi feita dentro das empresas estatais mais importantes, como a PDVSA. Por todas essas razões, apesar de o movimento operário industrial apoiar Chávez e ter votado nele, o fez desde uma atitude muito mais independente e crítica que os outros setores do movimento de massas, atados de modo clientelista às Missões.

Esse fato se expressou em uma forte onda de lutas por salários, contratos coletivos, condições de trabalho, etc. O governo trata de intermediar as negociações, mas sua margem econômica de manobras para dar concessões não é muito grande.

A UNT

Outra expressão importante de todos esses anos de ascenso revolucionário foi a crise aguda da velha burocracia da CTV (por sua posição frente ao governo e ao golpe) e um riquíssimo processo de reorganização “por baixo”, expresso também na fundação da UNT (União Nacional de Trabalhadores).

Em sua constituição entraram três setores: a CTR – Corrente de Trabalhadores Revolucionários, o chavismo “puro”; uma ruptura da velha burocracia da CTV e a CCURA (encabeçada por dirigentes sindicais que provêm do trotskismo).⁶

A UNT define-se como chavista e apóia o governo, mas o fato é que não é controlada totalmente pelo aparato do Estado, o que gera fortes contradições. No ano passado se produziu uma crise entre a CCURA e os outros dois setores sobre se a primeira eleição direta da direção da central deveria ser realizada antes ou depois das eleições nacionais. A CCURA ameaçou convocar sozinha o processo eleitoral interno. Embora depois tenha cedido frente à pressão do governo, a crise foi uma expressão dessas contradições.

As eleições se realizarão mais ou menos no meio do ano e os três setores apresentarão chapas próprias. A CCURA estima que sua votação pode alcançar 20%. No entanto, mesmo que o chavismo “puro” consiga avançar qualitativamente no controle burocrático da direção da UNT, parece-nos que isso não encerrará de imediato as contradições e o processo que se dá “por baixo” (lutas e reorganização) pela análise estrutural que fizemos. Mesmo que passe a ocorrer em um marco sindical mais difícil pode, inclusive, tornar mais agudas essas contradições e levar a base, e os sindicatos de base, a enfrentar essa direção burocrática.

O PSUV

A proposta de formação do PSUV (Partido Socialista Unido da Venezuela) representa um salto nessa política. É a tentativa de criar uma ferramenta política típica do bonapartismo sui generis, através da qual Chávez, desde o aparato do Estado, possa exercer um controle muito mais férreo sobre o movimento de massas e, ao mesmo tempo, disciplinar verticalmente, nessa estrutura, todos os quadros do movimento que o apóia, hoje ainda bastante heterogêneo e disperso em várias organizações.⁷

O projeto do PSUV não representa, na realidade, nenhuma novidade histórica, já que é muito parecido com o que foram o peronismo argentino, o PRI mexicano ou os partidos do nacionalismo árabe. Um fato da história argentina mostra claramente o objetivo da direção burguesa de controlar e disciplinar as massas. Em sua primeira vitória eleitoral, em 1946, Perón se baseou no *Partido Laborista*, organizado desde os sindicatos e impulsionado pela burocracia sindical. Depois da vitória, Perón dissolveu esse partido, prendeu vários dos principais dirigentes que se opuseram a essa medida, como Cipriano Reyes, e criou o *Partido Justicialista*, rigidamente disciplinado a sua direção pessoal. Aconteceu que, apesar do apoio leal à sua candidatura e a seu governo, o *Partido Laborista* representava um perigoso processo de organização operária independente. Por isso, o primeiro passo para a constituição do PSUV será a dissolução nele de todas as organizações que se reivindicam chavistas, como condição para seguir usufruindo do aparato do Estado. Isso já começou a gerar contradições com as organizações da base chavistas como o “Podemos”, o PCV e a PPT.

Nesse contexto, não há outra posição possível para os revolucionários, e para aqueles que defendem a independência política dos trabalhadores, que se

⁶ Lamentavelmente, em sua última reunião nacional (realizada nos dias 13 e 14 de janeiro) a CCURA resolveu ingressar no PSUV, embora solicitando algumas “condições”.

⁷ Essas organizações são o MVR (Movimento Quinta República, o chavismo propriamente dito); PPT (Pátria Para Todos, ruptura da Causa R); Podemos (ruptura do MAS); a UPV de Lina Ron (uma espécie de dirigente piqueteira venezuelana); o PCV e, inclusive, o PRS.

opor à entrada das organizações operárias no PSUV, principalmente se se tratar de uma adesão “compulsória” ou pressionada pelo Estado e pelo governo. É necessário, ao mesmo tempo, defender o direito democrático de todas as organizações políticas, sociais e sindicais dos trabalhadores e das massas de permanecer fora dele.

Nesse sentido, parece-nos totalmente equivocada a resolução de ingressar no PSUV adotada pela plenária da CCURA, mesmo com condições, porque isso representa a entrada em um partido burguês de uma corrente que, apesar de suas contradições, agrupou parte importante do melhor ativismo operário surgido nesses últimos anos no país. Mais ainda: não se trata de qualquer partido burguês, mas do partido do governo. Em outras palavras, entrar no PSUV é, de fato, entrar no governo burguês de Chávez e liquidar toda alternativa de independência de classe frente ao chavismo, por mais “condições” que se exijam e argumentos “táticos” ou políticos que se utilizem.⁸

Perspectivas da situação

A pergunta central neste ponto é se o fenômeno chavista durará um longo período, talvez décadas, ou se, pelo contrário, fracassará nos próximos anos. Acreditamos que já começamos a responder a pergunta na análise que realizamos nos diferentes artigos desse dossiê. Não vemos que, nas atuais condições econômicas e políticas mundiais e continentais, o chavismo tenha perspectivas de durar décadas como o peronismo ou o PRI. Pelo contrário, parece-nos que a hipótese mais provável é a outra.

Com respeito às perspectivas mais imediatas, parece-nos que dependerão da combinação de dois fatores. O primeiro, é o curso da situação econômica mundial e, dentro dela, especialmente dos preços do petróleo. Na medida em que se mantenha a atual fase econômica ascendente e os preços do barril não caíam em relação ao seu valor atual, ou mesmo voltem a subir, o chavismo terá um volume de ingressos que lhe permitirão amenizar suas contradições com a burguesia tradicional venezuelana e seus choques com a classe operária e com as massas. Pelo contrário, o início de uma fase descendente, com a combinação de uma queda de preços e uma diminuição do volume de petróleo exportado, reduzirá essa margem de manobras, desnudará essas contradições e agravará esses choques.

O segundo fator será a luta de classes, com marcos diferentes segundo as duas alternativas antes analisadas. No primeiro caso, os acontecimentos dependerão da reação das massas (e em especial da classe operária), isto é, em que medida aceitarão receber só as migalhas da parte da renda do petróleo que fica no país, enquanto a nova e a velha burguesia se enriquecem diante de seus olhos, e se passarão, com suas lutas, a reclamar uma porção maior.

Assinalemos que, ainda que por enquanto muito embrionários e atomizados, podem-se perceber os primeiros sintomas de uma relação mais crítica das massas com o chavismo. No segundo caso, todo o processo se acelera porque nem sequer receberão essas migalhas e, vindo de um riquíssimo processo de luta e experiências de organização, é muito provável que enfrentem duramente essas perdas.

⁸ Como exemplo dessas posições, é muito significativa a entrevista de Stalin Pérez Borges, difundida pela oficina de imprensa da UNT/CCURA (reproduzida no jornal do MST da Argentina, Alternativa Socialista 448, 15/03/07). Nela, após criticar a negativa do Podemos de entrar no PSUV, defende a postura da CCURA de ingressar nesse partido apostando em “um debate democrático” e numa “construção desde baixo” para “aprofundar o caminho rumo ao socialismo”.

Qual deve ser a política dos revolucionários frente a Chávez?

Para formular nossa proposta política frente ao chavismo, parece-nos necessário começar pelos problemas mais pesados e estratégicos, para depois ir “baixando os escalões” rumo às questões mais táticas.

As tarefas estratégicas

Como o chavismo é um governo burguês nossas tarefas estratégicas são, por um lado, *preparar sua derrota através da mobilização revolucionária das massas. Por outro lado, ir construindo, nesse processo de mobilização, o partido operário socialista revolucionário que, como seção da IV Internacional, seja capaz de se postular para dirigir essa derrota do chavismo.*

Como expressava Nahuel Moreno em muitos de seus trabalhos, todas as nossas táticas se subordinam a essas duas estratégias e têm seu valor aferido por sua utilidade em relação a elas. Pode parecer desnecessário repetir essas formulações gerais, em última instância, a razão de ser do trotskismo. Mas os trotskistas, especialmente na América Latina, estão imersos na terrível pressão das massas e das vanguardas que confiam no chavismo.

Por isso, seria um grave erro responder com “táticas” que, se não têm esse marco estratégico, serão uma via para a capitulação. Parafraseando Lenin, podemos dizer que a principal tarefa, “enquanto estejamos em minoria”, é “explicar pacientemente às massas a completa falsidade de todas as promessas” de Chávez, para que compreendam “a necessidade de que todo o poder passe às mãos” da classe operária.

O segundo nível parte da definição de que o chavismo manteve e manterá o caráter semicolonial do país. Isso significa que *nossa política diante do governo Chávez concentra-se essencialmente na denúncia e no chamado à luta contra ele.* Os momentos de possível unidade de ação serão, então, muito mais episódicos e de curta duração (como nos dias prévios à nacionalização da CANTV e das empresas de eletricidade).

O terceiro nível é o da formulação mais tática de nossa política. Neste plano, para não cair no sectarismo que feche o diálogo com as massas e a vanguarda, devemos considerar seu nível de consciência presente. Em especial, a contradição entre o que Chávez realmente é e como elas o vêem (como um dirigente que está lutando contra o imperialismo). Ou seja, *necessitamos adaptar o conteúdo da política a essa consciência presente através de sua formulação tática.* Por isso, em muitos casos, nossa política deve apresentar-se na forma de *exigência.*

O que se deve e o que não se deve exigir?

Nesse ponto das exigências aos governos populistas ou frente populistas existe certa confusão, inclusive entre as correntes que não capitularam ao chavismo. Em que casos é correto e necessário fazer exigências a esses governos? Em que casos seria totalmente equivocado? Para responder a



essas perguntas, e tentar clarificar a confusão, o melhor é partir de um porto seguro: a política defendida por Lenin frente ao governo provisório, em 1917:

Este trânsito se caracteriza (...) pela *confiança inconsciente das massas no governo dos capitalistas*, os piores inimigos da paz e do socialismo. *Esta peculiaridade exige-nos habilidade para nos adaptar às condições especiais do trabalho do partido entre as massas inusitadamente amplas do proletariado que acabam de despertar para a vida política.* Nenhum apoio ao Governo Provisório; explicar a completa falsidade de todas as suas promessas, sobretudo da renúncia às anexações. *Desmascarar este governo, que é um governo de capitalistas, em vez de propor a inadmissível e ilusória “exigência” de que deixe de ser imperialista*”.⁹ (Grifos nossos.)

Ou seja, para Lenin, não se pode exigir de um governo capitalista que vá contra sua essência e deixe de sê-lo, porque isso seria impulsionar ilusões nas massas. Por isso, exigir de Chávez que exproprie a burguesia de conjunto, destrua as Forças Armadas e “avance rumo ao socialismo” é uma política equivocada que “propõe ilusões inadmissíveis” às massas, como se pressionando o governo e se mobilizando o suficiente, Chávez pudesse chegar a fazer tais coisas. Nesse sentido, ainda que a intenção seja “dialogar com as massas” e acompanhar sua experiência, toda tática de exigência nesses pontos vai contra o desenvolvimento de sua consciência. Em última instância, termina sendo uma forma de capitulação indireta a Chávez. Em contraposição, como já vimos, a orientação de Lenin é “explicar pacientemente” às massas o verdadeiro caráter do governo.

Pela mesma razão, hoje não está colocado aplicar frente a Chávez a tática de “governo operário e camponês” que utilizaram os bolcheviques em 1917 (não se pode pedir a um governo burguês que rompa com a burguesia). Recordemos, ademais, que essa tática não estava dirigida ao governo provisório como tal, mas aos partidos operários e de esquerda que o integravam (mencheviques e socialistas revolucionários: *Rompam com a burguesia! Tomem o poder apoiados nos soviets!*).

Pelo contrário, é correto e necessário fazer — e chamar as massas a fazer — todas aquelas exigências que não significariam ruptura com o capitalismo, porque essa política ajuda em sua experiência com esse governo. Por exemplo, que puna os militares golpistas ou que nacionalize a CANTV.¹⁰

Ao mesmo tempo, mesmo que Chávez leve adiante algumas dessas medidas, nunca o apoiamos, nem o governo nem as suas medidas, porque, apesar de seu caráter progressivo, sempre são parte de uma política contra-revolucionária de conjunto, tal como explicou Trotsky frente ao governo republicano espanhol, durante a guerra civil.

Tomemos o exemplo da nacionalização da CANTV ou das empresas elétricas. Na formulação de nossa política, partimos do reconhecimento que *é muito progressivo* que um ramo tão importante como a telefonia deixe de estar em mãos estrangeiras e volte a ser do Estado e que isso é uma vitória da luta das massas (essa é uma diferença essencial em relação a uma política sectária). Ao mesmo tempo, devemos dizer que *é uma medida totalmente insuficiente*, porque se trata de uma compra e não de uma expropriação sem indenização, e que

⁹ *Teses de Abril.*

¹⁰ Pouco antes de escrever este artigo, 8.000 trabalhadores, convocados pela CCURA, se mobilizaram em Caracas reivindicando Nacionalizações sem indenização.

deveria se estender às outras empresas imperialistas, especialmente aquelas que estão na área do petróleo. E, finalmente, que essas nacionalizações devem ser postas sob o controle democrático dos trabalhadores e das massas, através de suas organizações. Em outras palavras, avançamos em nossa exigência. E a formulamos junto com um chamado aos trabalhadores e às massas para que se organizem e se mobilizem exigindo de Chávez que aplique essas medidas, alertando que não acreditamos que o faça e que, seguramente, as massas deverão tomá-las em suas próprias mãos.

Naturalmente, se frente a qualquer dessas medidas o imperialismo ou a burguesia tradicional atacarem o governo Chávez (uma tentativa de golpe, boicote, etc.), seria aberto um momento de unidade de ação, de defesa do governo frente a esses ataques, com o critério desenvolvido pelos bolcheviques frente ao golpe de Kornilov.

Conclusões finais

O chavismo, como todo fenômeno político de impacto, tem gerado fortes polêmicas no seio da esquerda e das organizações populares. Na realidade, reabriu, sob uma luz diferente, velhas polêmicas como, por exemplo, se a burguesia nacional pode encabeçar uma luta conseqüente contra o imperialismo ou, mais ainda, se as Forças Armadas de um país capitalista semicolonial podem dirigir a marcha ao socialismo.

Por nossa parte, rechaçamos as “novas teorias” (na realidade, um produto reciclado de outras muito velhas) que levarão os trabalhadores e as massas venezuelanas e latino-americanas a sofrer duras derrotas. Preferimos nos manter no “velho marxismo” de Leon Trotsky, quando afirmou, ainda no período de maior auge dos movimentos nacionalistas burgueses: *Só o movimento revolucionário das massas populares contra o imperialismo poderá alcançar o objetivo da independência nacional. (...) Não será a retardatária burguesia sul-americana a classe chamada a resolver essa tarefa, mas sim o jovem proletariado que dirigirá as massas.* Ou quando, anos antes, na *Revolução Permanente*, analisou que a tarefa da independência nacional só poderia ser alcançada no marco de um processo de luta que, encabeçado pela classe operária, avançasse rumo à verdadeira revolução socialista.

É um fato que a experiência histórica mostrou, depois, que outros setores sociais, como o campesinato pobre ou as massas pobres plebéias urbanas, com direções pequeno-burguesas, foram também capazes de levar a cabo essa tarefa, ao menos em parte e por um período. Mas a essência da política de Trotsky (sem destruir o estado burguês e sem expropriar a burguesia e o imperialismo, como parte de um processo de marcha ao socialismo, não há como conseguir a verdadeira independência e a libertação nacional dos países atrasados) tem hoje mais vigência do que nunca.

Também preferimos o “velho marxismo” de Lenin, quando afirmava que os revolucionários devem saber ficar em minoria e, enquanto as massas ainda confiem no enganador da vez, é necessário “explicar pacientemente” as propostas que possam levar os trabalhadores e as massas à vitória da revolução ■



ITÁLIA

O nascimento do PdAC no panorama da esquerda italiana: dos anos 90 até hoje

Com a queda do Muro de Berlim (9 de novembro de 1989) e a dissolução da URSS (agosto de 1991), agrava-se a concorrência interimperialista, com processos bárbaros de restauração capitalista no Leste europeu.

Em particular a evolução da situação italiana combina-se com a transformação do quadro político e econômico mundial, na era que, enfaticamente, define-se como *globalização capitalista*.

Esses anos se caracterizaram por um colossal processo de renascimento financeiro que implicou uma mudança profunda na aparência da sociedade italiana e nas instituições do capitalismo nacional.

Depois de 1992, os governos que se sucederam¹ fizeram coincidir o processo de integração da burguesia italiana na União Européia com um ataque sem precedentes às massas populares: os gastos sociais sofreram uma contração estrutural; o poder aquisitivo dos salários sofreu forte corrosão; o desemprego assumiu a fisionomia das massas castigadas no sul do país e, por outro lado, as condições materiais dos trabalhadores rapidamente sofreram uma retração causada pela aparição, em particular, de uma contratação considerada “flexível”, que impôs a milhões de trabalhadores a forma brutal da nova precarização.

Mas, agora, o ataque ao mundo do trabalho foi conjugado com a profunda reorganização das instituições do estado: reforço do Executivo, Reforma da Constituição, das autonomias locais e federais, permitiram uma penetração do capitalismo na gestão das instituições públicas.

No interior da fórmula bipolar, pois, nesses anos, a centro-esquerda se apresentou aos olhos das grandes famílias burguesas como o único aparato capaz de garantir seus interesses materiais: uma ferramenta experimentada com a quebra de 1995 no governo de Berlusconi², revelando-se incapaz de gerir a transição a Maastricht e de garantir a paz social e a conciliação sindical.

A composição subjetiva do pessoal político que a centro-esquerda expressou nesses anos, experimentado e selecionado nos principais clãs da burguesia

RUGGERO
MANTOVANI,
com a
colaboração de
DAVIDE
PERSICO,
quem, em
particular,
revisou o texto

Tradução do
espanhol:
Márcio
Palmares

Ruggero
Mantovani é
membro da
direção do
PdAC (Partido
de Alternativa
Comunista)

nacional e internacional, combinou-se com a investidura da união das massas, agora hegemônica pelos democratas de esquerda (DS), transformados em epicentro da coalizão e verdadeira força de representação burguesa.

Os democratas de esquerda, nova representação da burguesia italiana

A parábola liberal que coube à DS³ não é examinada sobre um terreno abstratamente ideológico, mas nas vivências de sua função de classe: a barreira real fortemente arraigada entre as massas politicamente ativas e a maioria dos quadros organizados do movimento operário surgiu como força política e social necessária à burguesia para definir uma difícil transição.

A admissão direta da responsabilidade do governo por parte da DS significou para ela um acelerado processo de perda de identidade social-democrata na era da crise reformista da social-democracia européia, com a conseqüente formação de um partido liberal de massas que poderia determinar, a partir de então, e em curto prazo, uma desarticulação no próprio bloco social referido.

Uma análise marxista do fenômeno da DS impõe um rigoroso exame da função de classe, social e política desse partido no desenvolvimento da vida nacional e internacional dos anos 90, nos quais teve um aspecto central a queda do stalinismo e, na vida italiana, a transição à chamada “segunda república”.⁴

Uma evolução em sentido liberal, a da DS, comprovada na realidade: a progressiva homogeneização das orientações de fundo com as quais se expressa *La Margherita*⁵; a superação das uniões com a CGIL⁶ e as tradicionais organizações das massas como centro de gravidade da linha política e o conteúdo da multiplicação das relações com setores do capitalismo produtivo e especulativo.

Desse ponto de vista, a construção do Partido Democrático, questão central do IV Congresso da DS⁷, representa o êxito da estratégia surgida da Bolognina⁸: emancipar-se da força do governo, do eixo central de uma nova representação da burguesia italiana que, superando um papel de subalterna ao centro tradicional burguês, hoje se encaminha em direção ao Partido Democrático. Essa perspectiva se inscreve na complexa história originada, em sua evolução, do velho PCI.

O novo quadro histórico delinea-se após 1989, permitindo à burocracia dirigente completar o curso estratégico togliatiano e belingueriano: em definitivo, a enorme instalação institucional que havia transformado o PCI, em sua base material, em uma social-democracia “normal” com o fim da URSS — que representou por dezenas de anos um estorvo e um obstáculo real — legitimava aquele partido como força de governo. Uma força de governo não episódica, como foi a do PCI — como exemplo, no pós-guerra, o partido de Togliatti⁹ foi decisivo para a reconstrução das instituições burguesas e da economia capitalista; em fins dos anos 70, no governo dos acordos liberais, no qual o PCI desempenhou um papel de contenção da radicalidade expressa nos conflitos sociais, permitiu à burguesia impor a política da austeridade — mas determinante, na crise surgida no marco político dos anos 90, para a transição da burguesia italiana.

Nesse sentido, o nascimento do PDS não representou uma decomposição do velho PCI, mas o desenvolvimento de uma política social-democrata do



novo partido, do qual herdou as vastas uniões institucionais e sociais amadurecidas no decênio precedente, representando uma indiscutível continuidade.

A centralização da DS nos governos dos anos 90 facilitando, com o fim da Democracia Cristã, a ausência de uma representação central da burguesia italiana, constituiu o fator decisivo de sua evolução liberal: conquista de setores da pequena e média burguesia, essenciais para a formação de uma força liberal de massas; multiplicação das relações e dos interesses específicos expressos nas classes dominantes.

Quinze anos de reformismo do Partido da Refundação Comunista

O Partido da Refundação Comunista (PRC)¹⁰ não nasceu de um interesse nostálgico e artificioso, mas de uma necessidade real.

A crise conjunta do stalinismo e a exigência de reconstruir um movimento operário autônomo e independente ofereceu um espaço inédito de representação política e social, ocupado nesses anos por um aparato dirigente que buscava constantemente a oposição ao governo e a colaboração de classes com a burguesia liberal, do que resultaria uma refundação subtraída.

A Refundação Comunista mostrou-se como uma verdadeira novidade no quadro político italiano, atraindo setores importantes da vanguarda do movimento operário e resgatando ex-militantes da extrema esquerda que, naquele momento, não tinham um espaço real de representação.

A natureza política do PRC esteve, desde o início, caracterizada pela tradição de seu grupo dirigente que, embora representasse um setor minoritário do velho PCI, sólido na crítica ao discurso liberal-democrático, resgatava a essência da tradição togliattiana, com tudo o que esta herança significou sobre as aberturas político-programáticas: aceitar e promover as alianças com a chamada burguesia “democrática” e “progressista”.

Essa é a contradição de fundo: o PRC nascia e assumia um papel central como resposta ao fracasso da práxis reformista do PCI, inclusive se seu aparato dirigente prestava-se, por cultura e tradição, a refundar o Partido Comunista sobre as mesmas bases de dito fracasso.

O PRC está, de fato, obrigado, no quadro político entre 91 e 95, a se colocar na oposição, concebendo esse fato como um processo de acumulação de forças a desenvolver em terreno reduzido para se consolidar no plano institucional.

Depois do fracasso de 93 da *Esquerda de Alternativa* (semibloco de oposição com *La Rete*¹¹ de Leoluca Orlando), em 94, o PRC força o acordo com o Pólo Progressista¹², embrião de centro-esquerda (hoje *La Unión*¹³), candidatando-se explicitamente a participar, em caso de vitória, de um governo burguês. *Só a derrota impedirá um ingresso posterior à área governista!*

O projeto estava maduro: consolidar-se como força crítica à esquerda da centro-esquerda.

Toda a coalizão no Pólo Progressista se esfumou por vontade do hoje PDS, empenhado na formação de uma organização política menos composta, à altura de governar a política do capitalismo italiano: um pólo industrial, liberal e de massas.

Em 1995, a oposição contra o governo de Dini (luta contra o orçamento e a contra-reforma das aposentadorias) era manejada pelo PRC, preferencialmente sobre o plano institucional.¹⁴

Nessa fase, a Refundação retoma vigor objetivamente, atraindo a simpatia de uma ampla base da esquerda: uma oposição e uma conflitualidade mais sindical e não política (tanto que a nível local o PRC entrava em muitas uniões de centro-esquerda), investida com o voto de representação de classe, determinado pela conciliação sindical nascida dos acordos da união industrial de 1992.

A acumulação dessa massa de impulso foi, então, incluída em 1996 no acordo de renúncia com a centro-esquerda, e o voto ao governo Prodi representou a definição de um curso político total, definido, neste caso, no III Congresso “da oposição ao projeto”.

No governo Prodi (que colocou despojos não desprezíveis à disposição da burguesia italiana), o PRC atacou aquilo que exigira os maiores esforços da oposição no período anterior: uma prática colaboracionista em franca competição com as representações sindicais.

Mas, progressivamente, diluíram-se os contornos do contrato bertinottiano, induzindo Fausto Bertinotti, no outono de 1998, a sair do governo de Prodi, relançando, então, um governo de decantação institucional, com a esperança de repartir um novo acordo de legislatura, que não se realizará apelas pela intervenção fracional do PRC na área controlada por Armando Cossutta.

O PRC empurrado, de novo, à oposição ao governo de D’Alema, nascido depois da experiência prodiana, coloca-se como a principal força política contra a guerra imperialista em Kosovo, tendo uma enorme presença na base da esquerda italiana e no movimento pacifista.

Ainda nessa fase, o PRC não rompe com a centro-esquerda, tanto que apóia a ONU como força de paz e não a Confederação Iugoslava e Socialista dos Balcãs; abstendo-se, inclusive, sobre a moção do governo de D’Alema que previa a suspensão do conflito bélico.

Não é casualidade que a falta de uma ruptura definitiva com o aparato da DS teve um lugar privilegiado no qual foi selado o novo compromisso para as eleições regionais de abril de 2000 (com 14 acordos sobre 15) e a “não beligerância” na política de 2001.

A crise de hegemonia social da política liberal, bem aceita nos anos 90 pela centro-esquerda, se manifestou no nascimento de um movimento antiglobalização e pacifista que, depois da manifestação de Gênova de julho de 2001 e apesar da reacionária campanha comandada pelo governo de Berlusconi, foi o detonador do nascimento de um conflito social com reais bases de massas.

Novos ventos percorreram as praças italianas e uma nova geração ergueu a cabeça depois de anos de passividade. Jovens fizeram o movimento antiglobalização. Jovens realizaram o movimento pacifista. Jovens estão na classe operária que rompeu a conciliação sindical e aderiu ao protesto nas praças. Novos ventos de luta que atravessaram os setores mais sensíveis do mundo do trabalho e da sociedade civil: desde as mobilizações dos ferroviários e trabalhadores do transporte urbano, dos trabalhadores de Alitalia, à heróica resistência dos operários da Fiat de Nelfi; da luta das populações de Acerra contra o termoincinerador, à batalha com a TAV.



Mas a enorme potencialidade que este movimento expressou, encontrou um apoio enganoso do aparato do PRC. Um patrimônio de luta utilizado por Bertinotti como carta de crédito e precioso dote para realizar um novo compromisso de classe nas eleições políticas de 2006, e entrar no governo burguês de *La Unión*.

Quinze anos de reformismo que, maior hoje em dia, no qual o PRC tem a responsabilidade central na política antipopular que o governo de *La Unión* está aplicando (orçamento miserável e sangue para as massas populares; via a reforma da previdência e do TFR, ataque à situação social; financiamento da guerra imperialista no Afeganistão e no Líbano e as 12 condições impostas por Romano Prodi depois da crise de governo amadurecida no mês de fevereiro de 2007), assinalam o fim de uma refundação comunista negada pela colaboração de classe, que impõe à vanguarda do movimento operário italiano a necessidade de reviver o processo de reconstrução da refundação comunista, da qual nasceu o *Partido de Alternativa Comunista* e que é um pressuposto fundamental.

A tendência crítica no interior da Refundação Comunista, uma longa história de submissão ao reformismo

O caso *Bandeira Vermelha*¹⁵, hoje Esquerda Crítica

Essa corrente é parte integrante de uma tendência programática que, nesses anos, fez do programa antiliberal e da democracia participativa a mística de um novo marxismo do terceiro milênio e do movimento antiglobalização o agente da recomposição de uma nova refundação e de um novo movimento operário.

Uma imposição liquidacionista (herdada do centrismo pablista) que caracteriza as contínuas reviravoltas políticas, mostrando-se suas posições constantemente subordinadas ao grupo dirigente reformista.

Basta percorrer brevemente a história da Esquerda Crítica no curso dos congressos da Refundação Comunista.

No I Congresso do PRC (dezembro de 1991), a consigna da *Bandeira Vermelha* é a de evitar qualquer batalha política: estamos no início de um longo percurso, “não podemos identificar quem nos trará problemas”.

No II Congresso do PRC (janeiro de 1994), a *Bandeira Vermelha* apresenta algumas emendas em bloco com Ferrero¹⁶, cujo conteúdo movimentista concede-lhe compatibilidade com o grupo dirigente garaviniano.

Só a acentuação do governo progressista induz os dirigentes da *Bandeira Vermelha* a convergir com a segunda moção do congresso, que identificará o primeiro momento de diferenciação dessa organização rumo à esquerda, mas sobre bases temporárias e limitadas. Durará pouquíssimo: alguns meses depois ocorrerá uma reviravolta sob o pano de fundo do congresso, e a maior parte da segunda moção iniciará o curso em direção ao bertinottismo.

Quando, logo depois, a corrente Magri-Crucianelli¹⁷ se divide, o grupo dirigente da *Bandeira Vermelha* enfatizou o afastamento à esquerda do bertinottismo, interrompendo a dinâmica das coisas que demonstravam que Bertinotti girava à esquerda.

Reprovavam a esquerda revolucionária, ou seja, a nossa proposta então denominada “Proposta pela Refundação Comunista”¹⁸, que supostamente não compreendia a dinâmica política, e, frente ao processo da intenção de Bertinotti, sentenciavam: “Não sabem conectar-se com aqueles que expressam o sentimento da base”.

Mas quando Bertinotti se orientou novamente em direção a Prodi, o grupo dirigente da Bandeira Vermelha ficou completamente isolado. Inicialmente apoiou o giro sustentando o acordo político eleitoral com Prodi (1996, Pacto de Renúncia), votando, na direção nacional do PRC, a favor do governo.

Contudo, passados uns meses e frente ao fato de que o governo Prodi apresentava o orçamento mais imponente dos últimos 20 anos da história italiana e o PRC apressava-se a votá-lo, neste ponto, os dirigentes da Bandeira Vermelha deram um passo atrás: ainda neste caso, no entanto, com muita cautela.

Em vésperas do III Congresso (dezembro de 1996) o grupo dirigente dessa corrente falava em fazer emendas ao texto do congresso da maioria e apenas pelo fato de que Bertinotti impôs uma moção ultimativista (“ou ao meu lado ou contra mim” para transmitir uma mensagem de plena fidelidade à burguesia italiana), sendo obrigado, a contra gosto, a uma segunda reviravolta: convergir com a segunda moção do congresso. Mas, neste caso, o giro durou pouquíssimo.

Quando se produziram as sucessivas rupturas com Armando Cossutta¹⁹, logo após a realocização da oposição do PRC, os dirigentes da Bandeira Vermelha tiveram uma nova queda por Bertinotti, dessa vez muito mais intensa e apaixonada que a anterior, tanto que no IV Congresso do partido (abril de 1999) e no V Congresso (abril de 2002), Bertinotti transforma-se, nesse grupo, literalmente, em um agente, ainda que involuntário, de uma refundação comunista revolucionária na Itália.²⁰

A esquerda do Partido estava agora acusada, como no passado, de sectarismo e de não estar em sintonia com a dinâmica da base.

Mas quando Bertinotti dá um giro filo-prodiano, verifica-se uma nova localização do grupo dirigente da Bandeira Vermelha, transformada agora em “Esquerda Crítica”, reviravolta mais intensa que a precedente, porque colocava em discussão toda a lírica bertinottiana e a tão decantada nova refundação.

No VI Congresso (2005) os dirigentes da Esquerda Crítica, remarcando a indisposição de Bertinotti à apresentação de teses alternativas, tiveram, como reação, uma tímida diferenciação política nos grupos dirigentes e na direção do PRC, um giro concentrado sobre uma plataforma formalmente antiliberal, tanto que propunham uma fantasiosa consulta da Esquerda de Alternativa que, guardadas as proporções, não excluía o enfrentamento programático com o centro liberal burguês (aparato liberal da DS e de La Margherita).

Em definitivo, o movimento da Esquerda Crítica é um itinerário subalterno ao bertinottismo, que retinha não só o produto de um déficit político, mas também a interiorização do papel de “conselheiro do príncipe”, cujo êxito foi, constantemente, a remoção do programa de independência de classe como questão central e de princípios. E tanto mais hoje, com a liquidação do PRC no governo de La Unión, sua função crítica se dissolveu, posicionando-se, inversamente, na política de colaboração de classes.

A trajetória do setor denominado “Ernesto”

A vitória da tendência hoje denominada “Ernesto” tem sua raiz na tradição toglattiana, com tudo aquilo que essa herança significou sob a imposição política: da perspectiva internacional, articulada em termos camponeses, lá onde os informes interestatuais substituíam, de fato, a centralidade da luta de classe; àquela política programática sobre questões de governo que, explicitamente, estava alinhada com a recuperação da via italiana ao socialismo, a via gradual, aceita e promove a aliança com a chamada burguesia “democrática” e “progressista”.

Inicialmente seu grupo dirigente participou do Movimento pela Refundação Comunista, de forma que, em certo sentido, foi um dos iniciadores. A convergência no movimento junto com Luigi Vinci e, ademais, com uma corrente da Democracia Proletária da qual nasce a revista *Comunistas Hoje*²¹, que teve breve existência, mas que anunciava um processo de recomposição entre setores de extrema esquerda e setores que estavam se libertando da vertente do PCI.

Quando se iniciou o processo real e próprio da refundação comunista, guiado por Sergio Garavini²² e Cossutta, este pequeno grupo foi completamente abandonado e posto de lado. Toda sua história nos anos seguintes será a tentativa de reingressar na economia das relações dos grupos dirigentes do partido. No I Congresso do PRC, apesar de não existir nenhuma diferença com a maioria do partido e enaltecendo a expressa tradição da revista *Comunistas Hoje*, a corrente chega marginalizada, tanto que não pode entrar na secretaria do Partido. No II Congresso, com o temor de ser parte secundária do eixo majoritário Cossutta-Magri²³, os dirigentes dessa área atuaram à esquerda com a terceira moção: a moção Vinci-Sorini-Salvato²⁴ emerge, mas com uma posição intermediária entre a governista do grupo dirigente e a expressa na segunda moção. Ainda que, nesse caso, aos dirigentes do setor de Ernesto não foi permitida a entrada na secretaria nacional. Entretanto, localizaram-se organicamente na direção do grupo do PRC só em virtude da divisão que conhecerá esse partido: de entrada, a divisão do componente PDUP (Crucianelli²⁵-Magri) e sucessivamente a divisão dos Comunistas Italianos. Neste ponto se inicia, por parte do grupo dirigente de Ernesto, a total cobertura da linha majoritária do Partido.

A vitória do primeiro governo Prodi é totalmente coberta pela responsabilidade de todos os componentes da secretaria nacional: não se registra nenhuma diferença do grupo de Ernesto sobre o orçamento de “lágrimas e sangue” para as massas populares, sobre o pacote Treu (precarização do trabalho) e sobre os campos de detenção dos imigrantes.

Quando o PRC se realocaliza na oposição (uma oposição forçada e não voluntária), o setor de “Ernesto” se posiciona à direita do grupo dirigente bertinottiano e, no V Congresso, toda sua diferenciação no enfrentamento com Bertinotti finaliza, com o objetivo de reconstruir uma base negociável ao redor da centro-esquerda.

No VI congresso, só a peremptória decisão do secretário do PRC de requerer moções contrapostas empurra “Ernesto” a apresentar uma moção alternativa, mas, definitivamente, totalmente compatível com a concepção governista expressa pelo reformismo bertinottiano.

Toda a história desse setor político, hoje em vias de liquidação político-organizativa, é concordante com a vitória do togliattismo italiano, com tudo o que esta imposição determinou sobre o terreno da colaboração de classes com a burguesia liberal.

O centrismo de Falcemartello²⁶

Esta corrente política, ainda que não particularmente relevante desde o ponto de vista de sua composição quantitativa (na larga história dos congressos do PRC, salvo no VI congresso, houve constantemente produção de emendas aos documentos da esquerda interna), representa um extraordinário caso de “centrismo”.

O fenômeno do centrismo, como explica Trotsky, não é estático e uniforme, mas nas diferentes fases históricas se manifestou através de diversas soluções políticas, cobrindo o campo contraditório que separa o reformismo do marxismo conseqüente.

Nesse sentido, as posições constantemente expressas nessa área política (como sempre ocorre nas formações centristas) tecem uma aparente ortodoxia teórica com uma prática de recuo estratégico aos aparatos do movimento operário, assumindo, como eixo central de seu falso teóricico e político, em forma absolutamente escolástica e ideológica, o caráter social-democrata da DS, ainda que todas as vitórias italianas dos anos 90 tenham demonstrado o contrário.

Pelo contrário, não se pode pensar, como Falcemartello afirmou em todos esses anos, que o aparato da DS se identifique com uma social-democracia “normal” unicamente em base às uniões com as massas sindicalizadas e justificar a política burguesa, representada neste partido, como uma “linha equivocada”.

Toda a vitória de Falcemartello é, em definitivo, prisioneira de sua escolástica: para começar, como dissemos, do juízo sobre a “social-democracia” atrasada. Se é de fato verdade que a mutação liberal do aparato da DS não é um fenômeno definitivo e que inclusive essa contradição condensa em si elementos explosivos no bloco social de referência, a natureza liberal-burguesa expressa na política perseguida por este partido (transformado o eixo central dos governos de centro-esquerda e, hoje, do governo de La Unión), desmente clamorosamente a concepção de “frente única” com a DS, proposta constante de Falcemartello.

Essa tendência buscou constantemente, nesses anos, a construção de um governo DS-PRC, refutando (em nome de uma visão ideológica) a função material da social-democracia liberal que, como a realidade demonstrou, foi constantemente empregada na gestão da política burguesa.

Ao estar fora dessa lógica, resta a antiga utopia do centrismo de sempre: empurrar a agência da burguesia à esquerda, empregando neste empreendimento a pressão das massas, e construir uma alternativa, não no mundo da realidade, mas no mundo da ideologia.

Uma perspectiva certamente consoladora e autonconservadora que, no entanto, a definitiva capitulação do PRC à política burguesa expressa no governo de La Unión, criticou nossa divisão da refundação bertinottiana, afirmando que o distanciamento do aparato reformista, não sendo hoje maduro, deveria ocorrer, no seu modo de ver, em um momento futuro indefinido e após o amadurecimento de um indistinta consciência da base do partido.²⁷

Nosso entrismo no PRC

A construção de um partido autenticamente comunista não ocorre de maneira artificial, através de atalhos e simplificações: é, sobretudo, fruto de uma batalha teórico-política, cujo êxito é a criação de um corpo selecionado de militantes ativos e de quadros que se constituem na vanguarda do proletariado.

O partido revolucionário que construímos (Partido de Alternativa Comunista), não é um estéril ato de autopromoção, mas o êxito de uma longa batalha de frações dentro do PRC contra a impostura programática e organizativa do marxismo revolucionário; batalha que, com o tempo, como demonstra a cisão do “ferrandismo”, constituiu um instrumento de clarificação e seleção militante.

Com essa perspectiva, a tendência que se formou ao redor da revista *Proposta per a Rifondazione Comunista* (Proposta pela Refundação Comunista), após a cisão do Secretariado Unificado em conformidade com um debate e a uma eleição de orientação da própria tendência internacional, participou em seguida ao nascimento do PRC, tomando a relevância de um processo de recomposição do movimento operário e acreditando que ignorar este fato seria perder uma ocasião histórica de investida das posições marxistas revolucionárias em benefício de um puro autoconservadorismo.

A formação de uma tendência revolucionária dentro do PRC, que se constrói sobre o terreno do marxismo conseqüente, se caracterizou logo depois por uma dura batalha político-programática alternativa aos grupos dirigentes do PRC, entrando constantemente na contradição de fundo que caracterizou esse partido: vocação governista do aparato e de sua burocracia, e radicalidade da parte mais sã de sua base. Uma batalha que tinha como fim não simplesmente conquistar um área de influência e de consenso no interior do PRC em uma lógica institucional e eleitoralista, mas a de construir, da conscientização teórico-programática, uma organização de militantes e de quadros e não (e é o sentido da cisão do grupo Ferrando-Grisolia), a mera batalha das idéias e o reconhecimento formal e platônico das relações de organização.

Essa perspectiva programática caracterizou toda nossa vitória política no interior do PRC, em oposição não só ao grupo majoritário, mas principalmente contra o oportunismo que caracterizou a experiência da atual “tendência crítica” (a do Ernesto, Erre-Esquerda Crítica e, por motivos diferentes, a de Falcemartello).

Ao final do I Congresso do PRC, diferentemente de outro setor, que se formara em torno da associação “Proposta”, colocava, como resposta à crise histórica do stalinismo e do reformismo, a necessidade de uma refundação comunista revolucionária.

No II Congresso, essa aposta que, de fato, representou a centralidade de nossa luta de frações no interior do PRC, entrava, em 1994, em colisão frontal com a formação do Pólo Progressista. Uma batalha de tendência que construiria bases mais sólidas em 1996, no momento do III Congresso, onde a luta contra o governo Prodi combinava-se com a construção de um setor de mais amplo espectro que, sobre a base de uma plataforma programática sempre mais completa e articulada (autonomia do movimento operário; pólo de classe anticapitalista; rechaço à colaboração com os governos da burguesia

como ponto irrenunciável da ação dos comunistas) no IV e no V e tanto mais no VI Congresso, representou uma base de referência essencial para a construção, em 2002-2003, após um longo processo de clarificação e separação de outros setores críticos e confusos, do AMR, Projeto Comunista que, indubitavelmente, constituiu a arena política e organizativa da qual nasceu a associação *Projeto Comunista – Refundar a Oposição dos Trabalhadores*, se constituísse como instrumento fundador de um verdadeiro partido comunista na Itália.

Definitivamente, toda nossa experiência dentro do PRC (a ação de reagrupamento revolucionário e a luta de fração interposta durante 15 anos), esteve caracterizada pela necessidade de reconstruir uma autêntica refundação comunista, com a convicção de que, na ausência de uma recuperação dos fundamentos político-programáticos do marxismo revolucionário, nasceria uma refundação morta.

Uma consciência que não era fruto de uma improvisação, porque a história do comunismo conseqüente move-se constantemente sobre este terreno: Marx e Engels na Primeira Internacional deram uma dura batalha pelo retorno ao *Manifesto do Partido Comunista*; Lenin e Rosa Luxemburgo da esquerda da II Internacional, de forma certamente criativa e inovadora (pensar no conceito do imperialismo e o desenvolvimento da teoria leninista sobre o partido e sobre a questão nacional) travaram uma consistente batalha pela recuperação do verdadeiro Marx contra todas as deformações revisionistas, reformistas e centristas. Sem essa recuperação dos fundamentos marxistas não teria nascido o Partido Bolchevique como partido dirigente da revolução de outubro; assim como a Oposição de Esquerda desde sua origem e, sucessivamente, o movimento pela fundação da IV Internacional, só recuperando os fundamentos que a social-democracia e o stalinismo destruíram, reatualizaram o marxismo.

A experiência prática da esquerda revolucionária que, por 15 anos lutou dentro do PRC, demonstra, ainda embrionária, que a construção de uma organização autenticamente comunista passa por inumeráveis provas antes de se transformar no partido da revolução proletária.

Com essa convicção e perspectiva histórica, afirmamos que a divisão da fração Ferrando-Grisolia e o nascimento do grupo PC-ROL, foram indispensáveis para realizar, sobre as bases programáticas do leninismo, a cisão do PRC concretizada em Roma em 22 de abril de 2006.

Em seguida, um trabalho comum de construção da esquerda revolucionária, do qual nasceu o AMR Projeto Comunista, representou um resultado importantíssimo, no momento em que se impunha a divisão do PRC, com o setor Ferrando-Grisolia, que emergiu sobre o terreno da política organizativa, uma fratura inevitável: este grupo buscou não o partido leninista formado de militantes conscientes e de quadros bem sólidos, mas o partido do líder, do guru, tal como testemunha o ferrandiano Movimento pela Construção do Partido Comunista dos Trabalhadores, confuso sobre o terreno programático e autocentrado em sua organização.

O Partido de Alternativa Comunista (seção da LIT-QI), nasceu em Rimini em janeiro de 2007; é, definitivamente, o êxito de um longo processo de seleção e clarificação teórica e programática que, após os anos 30 pôs de novo na Itália a necessidade da construção de um partido conseqüentemente comunista, de

um partido que ambiciona, como diria Lenin, “reconstruir o mundo... acabar com a guerra imperialista mundial, que não pode terminar com uma paz verdadeiramente democrática sem a maior revolução proletária da história” ■

Notas

¹ Em 24 de abril de 1992 finaliza o VII governo de Andreotti (DC, PSI, PSDI, PLI); de 28 de junho de 1992 a 28 de abril de 1993, 1º governo de Amato (PSI, DC, PSDI, PLI); de 28 de abril de 1993 a 10 de maio de 1994, o governo de Ciampi (DC, PSI, PSDI, PLI, alguns parlamentares independentes provenientes dos Verdes e do PDS); de 10 de maio de 1994 a 17 de janeiro de 1995, 1º governo de Berlusconi (FI MSI/AN, Liga do Norte, CCD, UDC); de 17 de janeiro de 1995 a 17 de maio de 1996, governo de Dini (governo técnico); de 18 de maio de 1996 a 9 de outubro de 1998, 1º governo de Prodi (PDS, PPI, Lista Dini-Renovação Italiana, Verdes, apoio externo do PRC); de 21 de outubro de 1998 a 22 de dezembro de 1999, 1º governo de D’Alema (DS, PPI, RI, SDI, Verdes, UDR, PdCI); de 22 de dezembro de 1999 a 25 de abril de 2000, 2º governo de D’Alema (DS, PPI, Os Democráticos, RI, Verdes, PdCI, UdEur); de 25 de abril de 2000 a 11 de junho de 2001, 2º governo de Amato (DS, PPI, Os Democráticos, RI, Verdes, PdCI, UdEur).

² O governo de Berlusconi cai em 1995, depois das extraordinárias manifestações populares e sindicais, com a retirada da confiança de parte da Liga do Norte. Máximo D’Alema ou D’Alema, então secretário do PDS, disse: “A Liga é uma costela da esquerda!”.

³ Em 1998, em Firenze, Massimo D’Alema, então secretário nacional do Partido Democrático da Esquerda (PDS) – nascido em 1991 das cinzas do Partido Comunista Italiano — lança o projeto “Esquerda 2000” pela constituição de um sujeito único da esquerda italiana. Aderiram ao projeto, além do PDS que o promoveu, diversos partidos da área liberal-socialista, católica-social e trabalhista. O nome dado ao partido seria Democráticos de Esquerda (DS), e representaria uma evolução liberal do partido, coroada em 2000 no Congresso de Turín.

⁴ A distinção que há na Itália entre a “primeira república” e a “segunda república” resguarda a presença de determinados partidos no governo. Desde 1946 a 1994, o partido de maioria relativa, a Democracia Cristã (DC) governou ininterruptamente, junto e de maneira alternada, com os partidos Liberal, Republicano, Social-democrático e, às vezes, sobretudo nos anos 80, com o Partido Socialista. Com o Partido Comunista no governo de unidade nacional do período 44-47, e na metade dos anos 70, no contexto do terrorismo e o seqüestro de Aldo Moro, presidente da DC. Em 1994, pela primeira vez, a DC não foi o mais importante partido do governo. Entram no governo partidos novos como a Força Itália de Silvio Berlusconi, e partidos ultra-reacionários como a Liga do Norte e os fascistas do Movimento Social. A maior parte dos partidos da primeira república ficou transtornada pelas denúncias judiciais por corrupção no período 92-93.

⁵ Democracia e Liberdade - La Margherita, é um partido político italiano, aparentemente da área centrista, que nasce de encontro a uma única organização moderadamente reformista de forças ideologicamente ligadas ao filo da cultura católico-popular, liberal-democrática e social-democrática, que tem em seu interior um setor que faz referência ao ambientalismo e à sua convicção inspirada no “europeísmo”. Na atual presidência

nacional encontra-se Francesco Rutelli (vice-premier e ministro de cultura). Este partido é membro fundador de *El Olivo*, organização política que está na base da coalizão política da centro-esquerda italiana, denominada La Unión. No âmbito desse projeto, aparece um informe de colaboração com os Democratas de Esquerda (DS). Em nível europeu, La Margherita adere ao Partido Democrático Europeu e à Aliança dos Democráticos Americanos e Europeus. Hoje, este partido está fortemente abalado pela constituição de um organismo unitário e democrático sobre a DS.

⁶ CGIL (Confederação Geral Italiana do Trabalho). Nasce em 1906 e é o maior sindicato italiano. Em fins de 1950, além do componente comunista (fortemente majoritário) e socialista, conviviam as correntes democratas-cristãs, republicanas e social-democratas. Rapidamente, essas correntes se dividiram dando vida à CISL (Confederação Italiana Extraordinária do Trabalho) e à UIL (União Italiana do Trabalho). Em 1978, assina-se um convênio das 3 siglas sindicais na Eur (com sede em Roma) no qual se encaminhará, oficialmente, a política de conciliação assumida, inclusive, pela própria CGIL.

⁷ A DS deu há pouco um *ultimatum* aos trabalhadores do próprio IV Congresso Nacional. A moção apresentada por Piero Fassino (secretário nacional), e vencedora, decidiu dissolver o partido para confluir junto com La Margherita no nascimento do Partido Democrático (PD), única organização de centro-esquerda. Em desacordo com esta cisão, o setor de Fabio Mussi (ministro da Universidade e da Investigação), quem apresentou uma moção alternativa, com um forte componente social-democrata desde o ponto de vista das referências históricas e internacionais, decidiu sair da DS, fundando a organização política Esquerda Democrática (SD). Atualmente, a SD, junto com os partidos da esquerda do governo (PRC, PdCI, Verdes) está a caminho de fundar um novo partido da esquerda para equilibrar o nascimento do PD, candidatando-se como uma organização social-democrata: este projeto prevê, primeiro, uma confederação à esquerda para se apresentar como cartel eleitoral nas próximas eleições.

⁸ Em 13 de novembro de 1989, poucos dias depois da queda do Muro de Berlim, o secretário do PCI, Achille Occhetto, anuncia em comícios em Bologna, em uma convenção de *ex-partisanos*, a possibilidade de uma transformação do nome e do símbolo do partido. Para março de 1990 convoca-se em Bologna o XIX Congresso do partido. Naquele congresso confrontam-se 3 documentos. A primeira moção, intitulada *Dar vida à fase constituinte de uma nova formação política*, apresentada por Occhetto, Napolitano (atual Presidente da República) e D'Alema (atual vice-premier e ministro do Exterior), propunha a construção de uma nova formação política democrática, reformadora e aberta a componentes laicos e católicos, que superasse o centralismo democrático. A moção obtém 67% do total, permitindo a reeleição de Occhetto à secretaria. A segunda moção, intitulada *Por uma verdadeira renovação do PCI e da esquerda* foi subscrita por Ingrao (presidente da Câmara de '76 a '79). O PCI, segundo afirma essa moção, deveria ser renovado, na política e na organização, mas sem perder sua diversidade comunista. Esta moção saiu derrotada, obtendo 30% do total. A terceira moção, intitulada *Por uma democracia socialista na Europa* foi apresentada pelo grupo Cossutta. Construída sobre uma base tradicionalmente stalinista, obtém apenas 3% do total. No XX Congresso de Rímimi, de fevereiro de 1991, o Partido Comunista Italiano se transformou em Partido Democrático da Esquerda.

⁹ Palmiro Togliatti (1893-1964). Fundador do Partido Comunista da Itália em 21, do qual foi secretário geral desde 1927 até sua morte. Após a morte de Lenin se dispôs, no interior da Comintern, inicialmente com a direita de Bukharin, a se transformar em fiel agente de Stalin. Emigrado à URSS em 1928, para fugir da perseguição fascista,

permanece até 44, desempenhando um papel de primeiríssimo plano na perseguição dos dissidentes políticos, inclusive na Espanha durante a guerra civil. No pós-guerra foi promotor de uma política de colaboração de classes para a reconstrução das instituições burguesas, abandonando toda hipótese insurrecional e revolucionária, inclusive durante as repressões policiais. Ministro da Justiça de 45 a 47, anistiou todos os fascistas e perseguiu os *partisanos* que queriam continuar o combate por uma estratégia revolucionária.

¹⁰ Em fevereiro de 1991, durante o Congresso do PCI que sancionaria a transformação no PDS, um núcleo de dirigentes e militantes contrários à sanção, deram vida ao Movimento pela Refundação Comunista que, em dezembro daquele mesmo ano realizaria seu primeiro congresso transformado no Partido da Refundação Comunista. O secretário será Sérgio Garavini e presidente Armando Cossutta.

¹¹ O Movimento pela Democracia - La Rete, foi um partido político italiano fundado em 24 de janeiro de 1991 por Leoluca Orlando, ao mesmo tempo *sindico* de Palermo, sob o impulso do movimento católico coordenado pelo padre Ennio Pintacuda (um dos animadores do movimento católico que nos anos 80 chama à conhecida “primavera palermitana” contra a máfia) e da convergência de grupos de variada extração política provenientes de todas as regiões da Itália, reunidos em torno de um programa de defesa da democracia na sociedade civil e nas instituições em enfrentamento com a oligarquia dos partidos tradicionais. Se constituiu, também, como movimento antimáfia no momento em que Orlando saía da Democracia Cristã, seu partido de militância, que mantinha fortes laços com a máfia. Esteve presente no Parlamento e em numerosas assembleias locais. Em 15 de dezembro de 1996 muda o nome para “A Rede pelo Partido Democrático”. Confluem nele os Democráticos, em 27 de fevereiro de 1999.

¹² A Aliança dos Progressistas era uma coalizão eleitoral italiana constituída em 1 fevereiro de 1994. Nas eleições políticas do mesmo ano, sob o sistema eleitoral uninominal, representou a ala esquerda da formação política italiana. Os partidos que compunham a coalizão eram: Aliança Democrática (organização horizontal de centro-esquerda de natureza laico-reformista), Cristão Socialista (força reformista, situada na extrema esquerda do filão cultural católico), Federação dos Verdes (força moderada de caráter ambientalista), La Rete, do Partido da Refundação Comunista, PDS (que guiava a coalizão), Partido Socialista Italiano (o que restava do PSI depois das investigações e das detenções por corrupção), Renascimento Socialista (força política nascida de uma divisão da esquerda socialista do PSI). Depois do fracasso nas eleições políticas de 27 de março de 1994, a aliança deixou praticamente de existir. Os partidos que faziam parte da coalizão progressista todavia mantiveram entre eles uma certa unidade e, em particular, o PDS abriu um processo de enfrentamento com as forças italianas de centro que, em boa medida, estavam congregadas no Pacto pela Itália, ainda que se aproximasse de uma nova aliança imediatamente depois do fracasso eleitoral de 1994. Depois da queda do governo de Berlusconi, em dezembro de 1994, a Itália foi governada, ainda por mais um ano, por um conjunto de tecnocratas (bem experimentados da burguesia italiana) guiados por Lamberto Dini, que foi a sustentação de uma inédita maioria de centro-esquerda formada pelos progressistas (com a exclusão da Refundação Comunista), o PPI e a Liga do Norte. O fim do governo Dini em 1996 levou, então, a novas eleições, nas quais o próprio Dini se apresentou com seu partido de natureza moderada e centrista: Renovação Italiana, que se nega rapidamente a entrar na centro-esquerda. Da união da maior parte das forças de centro (excluídos apenas os setores centristas da Força Itália e o CCD-CDU) e aquela que foi a

organização da esquerda, nasce uma nova coalizão de centro-esquerda, formada de partidos moderado-reformistas (PPI, RI, AD, A Rede, PSI), partidos da esquerda moderada e democrática (Renascimento Socialista, Verdeé, Cristão Socialista, PDS): nasceu a coalizão de El Olivo. Tal agrupamento político reconhece como líder próprio o ex-presidente do IRI (Instituto pela Reconstrução Industrial) e ex-ministro de Indústria, Romano Prodi, economista e sempre vizinho da esquerda democrata-cristã, e apareceu bem visto tanto pelos setores centristas como por parte daqueles da esquerda do agrupamento anterior. Prodi, como líder da centro-esquerda italiana fechou acordos de renúncia com o principal partido da área da esquerda radical, o PRC, e levou a sua coalizão à vitória nas eleições políticas de 1996, embora em algumas circunscrições o Partido da Refundação Comunista apresentou candidatos com o símbolo de Os Progressistas e com o apoio externo dos partidos de El Olivo, em base aos recíprocos acordos de renúncia.

¹³ *La Unión* é o nome da coalizão de centro-esquerda italiana, fundada a 10 de fevereiro de 2005, como continuidade da experiência de *El Olivo*, obtendo novas adesões. O dirigente máximo é Romano Prodi, presidente do Conselho de 17 de maio de 2006. A coalizão foi constituída em vésperas das eleições regionais de 2005 e em preparação para as eleições políticas do ano seguinte, para conseguir o governo da Casa da Liberdade sob as normas da Itália de 2001.

São partidos fundadores de *La Unión*: DS, *La Margherita*, PRC, SDI, Verdeé, Populares-Udeur (partido centrista e cristão-democrático), Partido dos Comunistas Italianos (neotogliattiano), Itália dos Valoré (movimento legalista guiado pelo ex-magistrado Antonio Di Pietro), Movimento Republicanos Europeus (de inspiração laica-republicana). Recentemente, no que faz parte da Itália do Meio, o partido centrista se uniu à *La Unión* imediatamente depois da crise do governo de 21 de fevereiro de 2007, guiado por Marco Follini proveniente da centro-direita. Outros partidos mantêm contato com *La Unión*, mas não fazendo parte oficial dela. Estes são o Partido Socialista Democrático Italiano, a Lista Consumidoré, os Socialistas de Craxi, os radicais que assinaram o acordo com o SDI dando vida à Rosa no Punho, o Partido dos Pensionistas, os Democráticos Cristãos Unidos, e os movimentos regionais Südtiroler Volkspartei, Liga pela autonomia Aliança Lombarda, Liga Frente Veneto.

¹⁴ O PRC vota contra o governo Dini. Quatorze parlamentares não estão de acordo com a decisão do grupo dirigente e votaram a favor do governo técnico. Saíram do partido dando vida ao Movimento dos Comunistas Unitários que, em 1998, confluíu com a DS.

¹⁵ Grupo Comunistas Revolucionários (GCR) constituíam um pequeno grupo político nascido depois da guerra na Itália, como primeiro representante do movimento trotskista da IV Internacional, tendo como máximo expoente Livio Maitan. Era um movimento de estudo e de análise, que praticava o entrismo *sui generis* lançado por Pablo Raptis no III Congresso da IV Internacional (1951). De '52 a '69 atua clandestinamente no PCI para combater a elite filo-soviética, e em seguida moderada, com a convicção de poder empurrá-la mais à esquerda. O jornal do GCR, *Bandeira Vermelha*, apareceu ininterruptamente de 1950 a 2002. O GCR foi constituído com a maioria de membros da FGCI (organismo juvenil do PCI), como Andreina De Clementi, Silverio Corvisieri e Edgardo Pellegrini (jornalista de *Paese Sera-País Vespertino*); outros membros do Comitê Central do PCI (como Silvio Paolicchi e Augusto Illuminati, pouco depois expulso do partido, em julho de 1966). Após 1968, o GCR entrou em uma crise, embora houvesse conseguido reunir 400 militantes em toda a Itália. Muitos dirigentes da organização, como Corvisieri, Illuminati, Luigi Vinci, Massimo Gorla,

Franco Russo e Paolo Flores D'Arcais saíram, junto com a grande maioria dos jovens e de todos os líderes estudantis; grande parte dos que se foram (exceto Flores D'Arcais, Russo e Illuminati) constituirão uma parte da nova Organização Comunista de Vanguarda Operária (AO), enquanto os outros se dispersaram em pequeníssimos grupos locais (Núcleos Comunistas Revolucionários, O Comunista, Viva o Comunismo, Vanguarda Comunista), de natureza marxista-leninista. O GCR, assim disseminado, terminou ficando à margem da esquerda extra-parlamentar. Estiveram, além disso, sujeitos a outras numerosas divisões da tendência oposta ao grupo dirigente de Livio Maitan: em 1975, depois de uma conferência do movimento, nasce em Nápoles a Liga Socialista Revolucionária (LSR), e no mesmo ano, a Liga Comunista (denominada "Tendência/Fração Marxista Revolucionária" no GCR), um pequeno grupo guiado por Roberto Massari, futuro editor dos trabalhos de Che Guevara na Itália. Em 1976, quando o GCR entrou nas listas eleitorais da Democracia Proletária (DP), alguns jovens militantes de Umbria (entre eles Moreno Pasquinelli) fundaram o *Coletivo IV Internacional*, mais tarde chamado de *Grupo Bolchevique Leninista de Umbria*. Em 79, o GCR assumirá o nome de Liga Comunista Revolucionária (LCR). Na metade dos anos 80 entrará na organização Liga Operária Revolucionária de Marco Ferrando e Franco Grisolia, que se dividiram em 93. A LCR será dissolvida em 89 na Democracia Proletária, assumindo o nome de Associação Quarta Internacional. Em 1991, adere junto com a DP no PRC. Assumirá o nome *Associação Bandeira Vermelha*. Com a morte de Maitan em 2004, por ocasião do VI Congresso do PRC, criará a área "Esquerda crítica" transformando-se em seguida em associação, assinando como *Erre*, do nome da revista que substituiu a *Bandeira Vermelha*.

¹⁶ Paolo Ferrero (1960), é o atual ministro da Solidaridade Social do governo de Prodi. Ainda muito jovem inscreve-se na Democracia Proletária (DP), partido político da Nova Esquerda, em cujo organismo dirigente entrará nos anos seguintes. A política é fundada com o impulso da Igreja Valdese: formou parte da Federação Juvenil Evangélica Italiana (FGEI), da qual foi secretário nacional desde 1985 até 1986. Desde 1987, dedica-se integralmente à política, após a paralisação integral na Fiat. Depois da dissolução do DP no PRC, torna-se chefe de uma corrente minoritária do partido, herdada da velha maioria da DP que, em 1995, com seu ingresso na secretaria do partido, sustentará Bertinotti e o grupo dirigente.

¹⁷ Ver nota 14.

¹⁸ "Proposta pela Refundação comunista" é a revista fundada em 1993 por Marco Ferrando, Franco Grisolia e Francesco Ricci depois de suas saídas do grupo de Maitan. Pouco depois se constituirá a Associação Marxista Revolucionária "Proposta". Em 1999, a associação formará, junto com outros grupos minoritários no PRC, a plataforma programática "Projeto Comunista", adquirindo um órgão de difusão homônimo. A associação será dissolvida em 2002 para dar vida, em 2003, à Associação Marxista Revolucionária "Projeto Comunista". A revista, em 2003, assumirá o nome *Marxismo Revolucionário*. Em 2005 se delinearam, no interior da associação, duas posições diferentes, uma tendo como chefes Ferrando e Grisolia e outra surgida da maioria de dirigentes do Projeto Comunista, que se dividirá em 2006 fundando "Projeto Comunista - Refundar a Oposição dos Trabalhadores", que derivará, em 2007, no Partido de Alternativa Comunista.

¹⁹ Em outubro de 1998 se reuniu, por 2 dias, o Comitê Político Nacional do PRC, para discutir se saíram da maioria do governo. Foram apresentados 4 documentos. O primeiro é apresentado por 3 componentes do organismo, contrário à queda de Prodi, mas com uma forte reivindicação, ainda que qualquer coisa pudesse suceder na unidade do

partido. A segunda moção, apresentada por Ferrando, é pela imediata ruptura com Prodi para uma reparação do partido da oposição como força revolucionária. A terceira moção, apresentada por Armando Cossutta (agora presidente do partido), quer continuar a experiência de governo com uma maior implicação no Executivo. Por último, a quarta moção (que vencerá), apresentada por Bertinotti (agora secretário), é por sair do governo (com a intenção de se reencontrar, rapidamente depois, com a maioria da centro-esquerda). Poucos dias depois, Cossutta junto ao agora presidente dos deputados do PRC, Oliviero Filiberto, deram vida ao *Partido dos Comunistas Italianos*, entrando no governo com 2 ministros.

²⁰ Ironia da sorte quis que esta visão impressionista da refundação bertinottiana, na época, fosse expressão de um dos máximos dirigentes da Bandeira Vermelha, Franco Turigliatto, que, em fevereiro de 2007 foi expulso durante 2 anos do PRC, aderindo ao grupo misto do Senado, por ter se expressado timidamente contra a relação belicista do ministro do Exterior, Massimo D'Alema, mas mantendo seu apoio ao governo Prodi.

²¹ A revista *Comunisti oggi* (*Comunistas Hoje*), nasce em fins dos anos 80 como revista de debate entre a Associação Cultural Marxista de Cossutta, interna ao PCI, e o grupo operário da Democracia Proletária (DP) ligado a Luigi Vinci. A revista, na intenção de Cossutta, deveria ter sido o núcleo originário para a formação de um novo partido comunista de tipo filosoviético, dado que o PCI, desde 1982, rompera oficialmente com a URSS.

²² Sergio Andrea Garavini (1927-2001) foi um sindicalista e um homem político italiano. Muito jovem inscreve-se no PCI e na CGIL, que eles contribuíram a reconstruir após a derrota nas “eleições de fábrica” desenvolvidas na Fiat em 1954. Depois de ingressar no sindicato, transforma-se, em curto prazo, em secretário regional da CGIL, secretário dos têxteis, secretário dos metalmeccânicos (Fiom) e secretário da confederação. No campo sindical, pede e obtém a contratação articulada sobre a qualificação e sobre a organização do trabalho. Participou na construção do sindicato dos municipais e da nova plataforma social como, por exemplo, a igualdade, a saúde na fábrica, o controle dos ritmos de trabalho, lutas de que foi o protagonista na época da revolta operária dos anos 60, em particular no biêno 1968-1969. Propõe formas particulares de luta sindical como a “greve de prantos” e a consulta permanente. Sua batalha principal nos anos 70 e 80, política e sindical juntas, foi a de criticar o “Regresso a EUR” e de atuar contra a liquidação da escala móvel. No primeiro turno é eleito deputado, em junho de 1987, para ser confirmado 5 anos mais tarde. Não adere ao “Regresso da Bolognina” de Achille Occhetto e não participou no projeto do PDS. Junto com Armando Cossutta, Nichi Vendola, Lucio Libertini e outros, fundou, em 15 de dezembro de 1991, o Partido da Refundação Comunista, do qual foi secretário nacional até 27 de junho de 1993, quando o sucede Bertinotti. Em 1995, Garavini, que naquele momento era deputado, cedeu o voto de confiança ao governo de Dini, violando abertamente a indicação do partido, orientada pelo não: a tensão PRC-Garavini se resolve quando este último operou uma cisão à direita do partido, com Lucio Magri e Famiano Crucianelli (ambos ex-DUP), fundando o Movimento dos Comunistas Unitários, do qual foi secretário e que rapidamente aderiu aos Democráticos de Esquerda sob a direção de Crucianelli.

²³ Lucio Magri, desde jovem foi militante do PCI. Após a invasão soviética contra a Checoslováquia, funda, junto com outros dirigentes do partido, a revista *Il manifesto – O Manifesto*, sua posição foi fortemente antisoviética. Em 69 o grupo será expulso do partido e fundará o *Partido da Unidade Proletária pelo Comunismo*, do qual Magri será secretário. O partido confluirá no PCI no 84. Em 1991 não adere ao PDS e funda o PRC, saindo em 95 com a divisão dos Comunistas Unitários. Em 98 não adere à DS e regressa à redação de *Il manifesto*.

²⁴ Ersilia Salvato (1941) foi eleita muitas vezes ao Parlamento. Em 3 de fevereiro de 1991 está entre os 5 fundadores do PRC, no qual militará até fins de 1998, quando em 11 de outubro participará na fundação do Partido dos Comunistas Italianos. Mas ficará aí por pouco tempo, e já no dia 20 de outubro deixa o PDCI para entrar nos Democratas de Esquerda, porque o partido não a apóia até o final ao cargo de Ministra de Justiça no primeiro governo de D'Alema, preferindo-o em relação a Oliviero Diliberto. De 16 de maio de 1996 a 29 de maio de 2001 desempenhou o papel de Vice-presidenta do Senado. Foi *síndica* de sua cidade natal de 2001 a 2005. Em vésperas das sucessivas eleições administrativas, sai da DS por conta da falta de reconfirmação de candidata a síndica. Se apresentou, igualmente, à disputa eleitoral, guiando uma coalizão de esquerda radical, mas foi derrotada no segundo turno com o candidato de centro-esquerda. Hoje é uma expoente da Associação Rossoverde.

²⁵ Farniano Crucianelli (1948) foi um dos fundadores de Il Manifesto, participando sucessivamente na fundação do PDUP pelo comunismo, pelo qual foi eleito deputado em 1979. Em seguida é eleito em 1983 em uma lista do CI-PDUP. Regressou à Câmara com o PCI em 1992 e em 1994. Em março de 1995, cedeu o voto de confiança ao governo de Dini junto a outros 14 deputados do PRC que não haviam aceitado a diretiva imposta pelo partido. Sai do PRC fundando o Movimento dos Comunistas Unitários. Adere à DS e, atualmente, é subsecretário do Exterior.

²⁶ *FalceMartello* nasce em 1983 como órgão da FGCI de Ferrara. Sua primeira campanha, a de 1984-85, foi em solidariedade com a luta sindical dos mineiros da Grã-Bretanha, contra o governo de Margaret Thatcher. Seus difusores e apoiadores foram rapidamente expulsos do PCI pelas suas posições públicas compartilhadas com o grupo trotskista britânico *The Militant* e pela crítica firme à linha eurocomunista do Partido. Ainda que os militantes que foram expulsos continuaram a se considerar membros do Partido Comunista, cujo jornal mantém uma forte orientação declarando-se órgão "*dos marxistas do PCI*". Dissolvido o PCI, o grupo orienta-se ao recém-nascido PRC. O grupo se coloca na ala esquerda junto a grupos congregados ao redor das revistas *Proposta* e *Bandeira Vermelha*. Em 1999, a corrente Falcemartello constitui, com a *Proposta*, a Área Programática Projeto Comunista. Em 2001, Falcemartello é expulsa da Área Programática por excessivas divergências políticas e se constitui como componente autônomo do PRC. Em 2006, com a divisão da maioria dos dirigentes do Projeto Comunista de Ferrando e do PRC, Falcemartello permanece a única, embora formal, corrente nacional da "esquerda da Refundação". Falcemartello faz referência à Tendência Marxista Internacional guiada por Alan Woods. As posições políticas deste grupo se fundam sobre a interpretação do marxismo afirmadas por aquele setor da IV Internacional guiado da Grã-Bretanha por Ted Grant (que desde os anos 60 aos 80 representou, com o grupo *The Militant*, atividade à esquerda no Partido Trabalhista, uma das duas forças políticas da tradição trotskista inconseqüente mais significativas da Europa). A partir do primeiro ano do Século XXI, foi atividade de Falcemartello uma particular ênfase sobre o desenvolvimento do movimento de luta na América Latina e, em particular, na Venezuela sob o governo de Hugo Chávez (foi deste grupo a iniciativa de fundar na Itália a associação "Dê a Mão à Venezuela" que se ocupa da solidariedade com o processo social e político em curso naquele país). O grupo propõe a necessidade, para os comunistas, de construir a unidade de ação das forças que de qualquer modo fazem referência ao movimento operário, considerando decididamente fracassada a DS como força social-democrática. Não exclui a possibilidade de uma unidade ainda que política e de governo da esquerda (sem o centro) para que seja realizado seu "programa de transformação social". Desde

o ponto de vista sindical, segundo a mesma lógica, *Falcemartello* se coloca à esquerda da CGIL (Rete, 28 de abril) onde constituiu uma tendência sindical própria chamada Alternativa Operária na CGIL.

²⁷ O erro dessa análise que a política da corrente *Falcemartello* expressa é resumido por 2 exemplos absolutamente paradigmáticos. Em 1997, por ocasião do chamado “referendum pela Padania”, convocado por Humberto Bossi (líder da Liga do Norte), afirma que “o movimento operário não deveria opor-se a uma simples consulta, mas sim declarar-se disposto a se mobilizar com o fim de que se respeitem os resultados”. Em vez de chamar o movimento operário a mobilizar-se contra uma posição reacionária contra a cisão, não apoiando por princípio a autodeterminação da burguesia, mas a do povo duramente oprimido, a própria *Falcemartello* identifica essa posição como nacionalismo (é o caso das nações basca e irlandesa). Outro exemplo do clamoroso travestismo do marxismo revolucionário data de 1998, pelo pronunciamento da tendência internacional de *Falcemartello* corroborando Ted Grant (Socialist Appeal), que se expressa pelo sistema eleitoral majoritário, o mais reacionário que o sistema democrático burguês formulou, porque com este sistema o *Labour Party* teria ganhado as eleições.

A imigração na Europa

As especulações de alguns dirigentes políticos e charlatães em geral não explicam as verdadeiras razões do “boom” imigratório. Não dizem, claro, que a principal causa do movimento “desordenado” e desesperado de imigrantes é a pilhagem imperialista de continentes inteiros

Como explicava Lenin, um dos traços característicos do imperialismo são as emigrações às metrópoles imperialistas. A rapina imperialista obriga os trabalhadores das colônias e semicolônias a buscar a tábua de salvação na metrópole. Esse fenômeno agrava-se agora com o processo de recolonização, pelo qual o imperialismo, através do FMI, Banco Mundial e das multinacionais, fica com as empresas produtivas dos países do chamado terceiro mundo, procedendo à eliminação de postos de trabalho, causando a dependência técnica e a conseqüente importação de materiais elaborados. A independência das colônias européias não foi completa e as manteve dependentes do imperialismo. A espoliação representada pela dívida externa, paga cem vezes devido aos juros bancários exorbitantes e a necessidade de mão-de-obra barata nas metrópoles, unidas ao envelhecimento da população européia, dão como resultado o movimento migratório das últimas décadas. Estamos perante um fenômeno inverso ao que foi produzido entre o século XIX e as primeiras décadas do século XX, quando uns 55 milhões de europeus emigraram a outros continentes, principalmente à América.

JOSÉ
MORENO
PAU,
com a
colaboração de
JAN TALPE

Tradução:
Marcos
Margarido

A imigração na economia européia

Deve-se recordar que a reconstrução industrial das principais potências imperialistas européias, depois da segunda guerra mundial, fez-se não só a partir do Plano Marshall, mas também à custa do deslocamento de milhões de trabalhadores do sul da Europa, Turquia e do norte da África às zonas industriais. A atual crise crônica da economia imperialista acelera os planos de superexploração da mão-de-obra e o corte da assistência social na Europa. Para isso, os trabalhadores imigrantes foram admitidos, novamente, como o setor mais explorado, ocupando os postos de menor qualificação e os mais pesados (construção, agricultura, indústria, limpeza, serviço doméstico...). Esses ramos são os que apresentam maiores índices de terceirização e precarização. Os trabalhadores

José
Moreno
Pau é
membro da
equipe da
Marxismo
Vivo

imigrantes, por esta razão, são os mais afetados pelos acidentes de trabalho. Por outro lado, também se importa mão-de-obra qualificada, que nos últimos anos compõe o exército de bolsistas universitários e pesquisadores que trabalham para as multinacionais com salários muito inferiores e com mínimos direitos trabalhistas. Isto é parte da fuga de cérebros que gera um empobrecimento dos países de origem, cujo investimento na formação destes é perdido.

A mão-de-obra imigrante chega às nações imperialistas na idade de trabalhar, e assim os estados receptores poupam anos de gastos com a saúde e educação públicas.

Os países imperialistas da União Européia (UE) utilizam a mão-de-obra imigrante para dividir a classe operária mantendo-a com salários cada vez mais baixos e aumentando a jornada de trabalho. Substituem o sistema de seguridade social de enfermos, anciãos e da infância por trabalhadoras domésticas.

Atualmente os imigrantes representam entre 10 e 20 % da população dos países europeus centrais. Embora tenha baixado em 2005 (1.697.000), em relação a 2004 (1.800.000), a chegada de imigrantes continua sendo a principal contribuição demográfica à envelhecida Europa imperialista. Porém, com a tendência atual, calcula-se que no ano 2050 a Europa poderá perder 40 milhões de habitantes. Os governos sabem que necessitam da chegada de mão-de-obra imigrante para ocupar os postos de trabalho e continuar jogando os custos sociais sobre as costas dos trabalhadores (seguridade social: pensões previdenciárias) enquanto reduzem a participação patronal (que evidentemente também sai dos trabalhadores). O aumento de imigrantes irregulares está servindo à economia informal e portanto aos setores mais fracos da burguesia européia, principalmente no sul da Europa, que necessita desta mão-de-obra, superexplorada sem gastos sociais nem impostos. E, em última instância, esta mão-de-obra serve às grandes empresas que, através da subcontratação, terceirizam cada dia mais sua produção.

Os trabalhadores imigrantes na Rússia vivem uma situação semelhante. A antiga potência mundial conta com uma diáspora de 26 milhões de russos e ao mesmo tempo é um dos países que conta com o maior número de imigrantes. Segundo os dados oficiais, no ano passado trabalhavam 390.000 pessoas procedentes dos países da CEI (Comunidade de Estados Independentes) na Rússia, três vezes mais que em 1994. A chegada de imigrantes à Rússia é devida à concentração da maior parte do orçamento que havia na URSS neste país, que era o dominante. Os especialistas do Instituto de Economia estimam o número de imigrantes ilegais que se instalaram na Rússia em 3,5 a 4 milhões. Em Moscou, a rede de comércio varejista e o setor de serviços ocupam 500.000 estrangeiros. Procedem, ou das ex-repúblicas soviéticas (que se encontram numa situação econômica de completo desastre pela destruição do parque produtivo devido à restauração do capitalismo e da entrada do imperialismo, que além disso provoca contínuos conflitos armados), ou inclusive de outras regiões russas. Ser russos tampouco lhes dá o direito de trabalhar legalmente em Moscou. Para isto necessitam de um passaporte especial no qual demonstrem serem residentes. Assim, o número de trabalhadores em condições de clandestinidade é cada dia maior.

Outro setor é o nacionalizado e da segunda ou terceira gerações de imigrantes, que estão sendo afetados principalmente pela deslocalização industrial, o

desemprego e a precarização. A França saltou às manchetes dos jornais de todo o mundo quando os jovens filhos e netos de imigrantes mostraram, e continuam mostrando sua indignação, embora não seja mais notícia, queimando veículos e depois fazendo parte da luta da juventude contra o CPE (Contrato do Primeiro Emprego).

A mão-de-obra imigrante está, além disso, em grande parte excluída do **direito de voto**. Este é outro fator de divisão. Para os imigrantes com nacionalidade da União Europeia existe o direito de voto nas eleições municipais. Para o resto, o direito de voto começa a ser aplicado aos que estejam em situação regular, mas apenas nas eleições municipais. O que está fora de discussão é que não têm o direito de votar nas eleições para deputados e presidente. Dessa forma, uma parte da classe operária está diretamente excluída, e são criadas as categorias dos que têm e não têm direito ao voto nas eleições democrático-burguesas de seus governantes. Por isso, para disputar seus votos, os partidos burgueses defendem os que podem votar como setor privilegiado, levando-os ao choque com o resto. Muitos imigrantes adotam usualmente uma postura reacionária frente aos últimos a chegar, apostando na proibição da entrada de novos trabalhadores: “já não cabemos mais”, ou “os que chegam agora trabalham por menos dinheiro e nos retiram o emprego”, são as mensagens reproduzidas de um mecanismo de falsa integração.

A política do imperialismo europeu

Embora as migrações sejam da competência de cada país, o certo é que as políticas comuns da UE progrediram desde 1985, e atualmente medidas de coordenação internacional estão na ordem do dia, pressionada pela chegada de “cayucos, pateras”¹ e barcos às costas mediterrâneas e às Ilhas Canárias. A recolonização dos países do leste está liberando mão-de-obra barata de forma maciça e inclusive em quantidade demasiada e por isso estão fechando as fronteiras ao resto da emigração mundial. Para isso, mecanismos como o Frontex (Fronteira Comum da UE) são reforçados, liberando-se verbas para os países que servem de fronteira na entrada de imigrantes para despesas policiais, costeiras, militares e operações conjuntas de vários países. Isto está levando à militarização das costas africanas pelo imperialismo europeu. Foram criados centros de internação, os modernos campos de concentração onde se amontoam milhares de imigrantes até o momento de sua repatriação, tanto nos países de desembarque quanto na costa africana, o que inclui a construção de reformatórios para os menores expulsos (como o que será construído pelo governo de Zapatero em Marrocos); o treinamento das polícias locais e o estabelecimento de acampamentos e guarnições europeias nos países de origem dos imigrantes. É a chamada “exportação” das fronteiras, que mascara a recolonização do continente africano.

Outra medida que está sendo reforçada é a expulsão de imigrantes sem documentação. Para isso é feito o já habitual controle nos aeroportos e nas fronteiras com os países fora da UE (o tratado Schengen), com o objetivo de devolver, depois de um interrogatório abusivo, aqueles que sejam considerados como futuros trabalhadores e não turistas. Além disso, a devolução de “não

¹ Cayucos, pateras: Cayucos e pateras são pequenos barcos de pesca, precários e abarrotados de imigrantes, geralmente do Norte da África, utilizados para chegar à Península Ibérica (NT).

documentados” que chegam ao território da UE a seus supostos países de origem aumentou nos últimos anos. Para isso, estão sendo feitos acordos com os governos de vários países de origem dos imigrantes. O governo espanhol, por exemplo, introduziu artigos nos acordos com os países africanos que relacionam o fornecimento de “ajuda econômica” aos compromissos em matéria migratória. Também se conta com o apoio dos países dependentes para a obtenção de mão-de-obra sob encomenda, com acordos de contratação nos países de origem segundo as necessidades do mercado europeu. Os trabalhadores imigrantes que se amparam nestes acordos têm a obrigação de retornar ao fim dos poucos meses de validade dos contratos, aceitando salários abaixo da média. Além disso, a mão-de-obra sob encomenda reduz os custos trabalhistas e de aposentadoria.

As leis de estrangeiros se endurecem a cada dia, dificultando o reagrupamento familiar, impedindo o direito de asilo e ligando a legalidade à obtenção de um contrato de trabalho por um tempo mínimo determinado. A social-democracia e seus dirigentes argumentam, seguindo as afirmações da direita, que não vão permitir a permanência ilegal e que promoverão as expulsões maciças, quando na realidade o que se busca é manter uma mão-de-obra barata e amedrontada, ameaçada com a expulsão, e sob custódia dos empresários. Finalmente, os acordos de ajuda econômica como o Plano África pretendem facilitar a implantação das multinacionais européias nestes países. Estas se instalam para construir a infra-estrutura necessária para saquear mais facilmente as matérias primas, já que as indústrias são levadas à China, onde a ditadura capitalista do PC chinês lhes garante trabalhadores por salários miseráveis aliados à repressão mais sanguinária.

Além disso, temos que lembrar que os exércitos profissionais dos países imperialistas europeus continuam alimentando-se de soldados imigrantes, aos quais é oferecida a regularização em troca da participação nas agressões imperialistas em curso. Se os soldados mortos (como o caso do soldado peruano do exército espanhol no Afeganistão) forem estrangeiros, sofrem menos repúdio da população autóctone.

A situação dos trabalhadores imigrantes

Somam-se outros problemas à situação de exploração laboral dos trabalhadores imigrantes. Já existe uma divisão tríplice: entre imigrantes com papéis e sem papéis, entre nacionalizados e não nacionalizados e por último continua sendo alimentada a divisão entre nacionalidades. Mas o conjunto dos imigrantes sofre cada dia mais com o racismo e a xenofobia, a formação de guetos e a clandestinidade. As associações de imigrantes apoiadas pelos governos da UE são as que supostamente representam seus compatriotas, enquanto as igrejas e mesquitas especializam-se em manter seus fiéis separados do resto dos trabalhadores. As brutais atuações policiais fomentam o ódio aos imigrantes e o medo de estrangeiros, como acontece com a população de origem árabe. As trabalhadoras do serviço doméstico vivem confinadas, com grandes problemas de isolamento e de jornadas sem fim. Grande parte da população imigrante mantém vínculos com seus familiares nos países de

origem, produzindo-se verdadeiros dramas humanos de separações forçadas dos filhos e demais familiares.

Os ataques racistas dos bandos nazi-fascistas estenderam-se a todos os países do imperialismo europeu, com a ampliação deste problema devido à implantação de mensagens racistas e xenófobas na consciência da classe operária nativa. A discriminação e a perseguição religiosas são feitas em nome do laicismo e do perigo terrorista. A deterioração da educação e da saúde públicas é imputada à chegada dos imigrantes, escondendo o empenho dos governos europeus nos cortes e nas contra-reformas, que, por outro lado, continuam beneficiando a educação e saúde particulares, em grande parte nas mãos das igrejas.

O papel das burocracias sindicais

Podemos dizer que grande parte da responsabilidade pela divisão entre trabalhadores imigrantes e nativos é das burocracias sindicais que, esquecendo-se do internacionalismo proletário, são agora os representantes do pior chauvinismo. Apóiam seus respectivos governos na aplicação das leis de estrangeiros, em nome da defesa da qualidade no emprego, tornando-se os paladinos da exigência de maiores recursos policiais para expulsar os imigrantes ilegais, em vez de defender o conjunto da classe operária. Seguramente, o troféu é carregado por Fidalgo e Cándido Mendez, secretários gerais das CCOO (Comissões Operárias) e da UGT (União Geral dos Trabalhadores), que se opuseram à regularização dos imigrantes em 2005 e agora são os primeiros a pedir que o governo Zapatero imponha uma moratória à legalização dos búlgaros e romenos, cujos países passaram a fazer parte da UE desde 2007. O governo de Rodríguez Zapatero os levou em conta, como outros governos imperialistas europeus, condenando estas comunidades a continuar na ilegalidade, enquanto as fronteiras desses países estão abertas para as multinacionais. O papel destas burocracias sindicais é, portanto, o de verdadeiros traidores. Não há forma de impedir a proliferação do racismo e da xenofobia se as organizações operárias não encabeçarem o combate pela igualdade de direitos. Não se trata das campanhas de tipo institucional, mas de enfrentar as agressões fazendo da organização sindical um baluarte da unidade dos trabalhadores.

As mobilizações dos imigrantes e sua coordenação internacional

Os trabalhadores imigrantes foram à luta em diversas ocasiões. Ocorreram mobilizações pela exigência de regularização (a última, em Roma, no dia 26 de novembro passado) em vários países, contra os ataques racistas na Alemanha, por emprego e um futuro digno para as novas gerações na França (CPE e queima de veículos), e mobilizações contra as expulsões dos filhos “sem-papéis”. O 1º de maio de 2006 foi um marco na coordenação internacional ao lançar um manifesto encabeçado por organizações de 5 países no dia internacional da classe operária. Outras propostas, como a do Fórum Social de Atenas, contaram com a assinatura de dezenas de organizações sociais e de imigrantes de toda Europa e foram realizadas jornadas internacionais de luta pela regularização e

contra as expulsões. As mobilizações de imigrantes são já uma parte da realidade europeia e os passos que se estão dando a partir das reuniões e manifestos de Bruxelas marcam o caminho da organização internacional dos trabalhadores imigrantes para lutar de forma unificada.

Uma política revolucionária

A luta contra essa situação vai ser longa e difícil. Terá que se dar denunciando a burocracia sindical por dividir a classe operária e trair o setor mais explorado da mesma, tratando de conseguir apoio social às reivindicações dos trabalhadores imigrantes, principalmente entre os trabalhadores nativos e entre a juventude, onde a luta contra as organizações fascistas, xenófobas e racistas será chave no próximo período.

A base de uma política revolucionária em relação à imigração é ter uma política de unidade da classe. As organizações reformistas dirigem-se aos imigrantes como seres humanos e não como classe operária, a batalha pela recuperação da luta de conjunto dos trabalhadores é necessária e urgente para poder enfrentar os planos de superexploração, reformas trabalhistas, cortes sociais, privatização do ensino e saúde públicos, deslocalizações, desemprego e recolonização que afetam a Europa.

É necessária uma luta internacional contra as expulsões e pela regularização de todos os imigrantes. Pelo direito incondicional de asilo. A mobilização imediata ante cada agressão racista e xenófoba. A exigência de direito à sindicalização dos trabalhadores imigrantes. A defesa dos direitos democráticos políticos, educacionais, sociais e religiosos da população imigrante.

É necessária uma luta contra as agressões imperialistas e seus planos de recolonização. A exigência de não pagamento da dívida externa e a devolução de todas as empresas absorvidas pelas multinacionais. Ao mesmo tempo, deve-se denunciar os governos lacaios do imperialismo que se convertem nos modernos navios negreiros de sua população, vendida como mercadoria, permitem a instalação dos exércitos e polícias imperialistas em seus países e costas e colaboram com as polícias europeias na expulsão daqueles que lhes interessam.

A mobilização dos familiares dos imigrantes nos países de origem está se convertendo num novo problema para o imperialismo. O envio de dinheiro pelos imigrantes já é um dos principais itens de orçamento dos países dependentes. Os protestos contra a situação de seus familiares vão aprofundar-se nos próximos anos. As expulsões projetam um desastre econômico. As famílias empenham seus poucos bens para conseguir dinheiro para a viagem, as bagagens (com juros muito mais altos que nos bancos, aos quais não têm acesso) ou para pagar as máfias que fazem o tráfico de imigrantes. Seu retorno os deixa com a impossibilidade de pagar as dívidas feitas e com a necessidade de fazer novas dívidas para tentar novamente. As mobilizações dos familiares podem fazer balançar os governos que colaboram com o imperialismo, assim como o próprio imperialismo ■

MANIFESTO INTERNACIONAL DOS TRABALHADORES/AS SEM-PAPÉIS

1º DE MAIO: MOBILIZAÇÃO INTERNACIONAL PELA REGULARIZAÇÃO

Primeiro de maio é o dia do trabalhador na maioria dos países do mundo, em honra à memória dos trabalhadores que deram sua vida pela jornada de trabalho de 8 horas. Neste dia haverá manifestações em todo o mundo reivindicando os direitos da classe trabalhadora e dos povos oprimidos. É um dia de luta, de comemoração, de orgulho. É nosso dia, qualquer que seja o país de que venhamos. Tenhamos nascido aqui ou no outro extremo do planeta, enfrentamos as mesmas injustiças.

Nos Estados Unidos foram os sem-papéis que reivindicaram esta data retomando esta jornada de luta há 6 anos. Hoje, centenas de milhares de trabalhadores imigrantes saem às ruas protestando contra os ataques racistas aos imigrantes, materializados na proposta HR4437 aprovada pela Câmara de Representantes do Congresso Nacional. No 1º de maio, os imigrantes convocam para um dia “sem imigrantes” e um boicote internacional de produtos norte-americanos, exigindo a regularização dos 12 milhões de sem-papéis. O 1º de maio não é feriado nos Estados Unidos, e ao faltar a todas as atividades neste dia os imigrantes querem mostrar seu papel na economia do país.

Na Europa, os sem-papéis estão se mobilizando pelas mesmas razões. Na Bélgica, 10000 pessoas saíram às ruas para exigir o fim das expulsões e pela regularização dos sem-papéis, para dizer NÃO aos centros fechados e às prisões para as crianças nascidas no “lugar errado”. Hoje, os sem-papéis tomaram 6 igrejas e clamam pela regularização com uma greve de fome.

Na Espanha, um processo de regularização limitado há um ano deixou centenas de milhares de trabalhadores e trabalhadoras sem-papéis e muitos outros com grandes dificuldades para renová-los. Há alguns meses,

milhares de sem-papéis percorreram as ruas de Madrid sob a palavra de ordem de: “nativa o extranjera la misma clase obrera”.

Nos Países Baixos, a população levantou-se contra a morte de dezenas de sem-papéis queimados como ratos em jaulas no incêndio de Schiphol, em outubro de 2006. Na França, milhares de jovens árabes saíram às ruas para protestar contra a discriminação e hoje os sem-papéis unem-se às lutas dos jovens trabalhadores franceses contra o CPE.

DOCUMENTOS PARA TODOS E SEM RESTRIÇÕES

O deslocamento de milhões de trabalhadores dos países mais pobres até os países mais ricos em busca de trabalho para sustentar suas famílias é provocado por um sistema mundial baseado no afã desmedido pelo dinheiro e na exploração do planeta e da maioria de seus habitantes da cabeça aos pés.

Frente ao fenômeno migratório, os governos dos países receptores arbitram leis cruéis que aprisionam e controlam os imigrantes. As diversas leis de estrangeiros e outras propostas de “ajuste” de imigrantes em todo o mundo regulam, além disso, as condições de trabalho, as condições de vida e moradia dos imigrantes submetendo-os a uma dupla legislação, criando cidadãos de segunda classe e favorecendo uma nova escravidão. São, portanto, leis xenófobas (ódio ao estrangeiro). Assim como a Europa defende a “exportação de suas fronteiras” à Líbia, Marrocos, etc., os Estados Unidos também querem mover sua fronteira com o México e usar o governo mexicano para impedir o fluxo de imigrantes ao sul daquele país. Esta é uma luta que se generaliza a todos os países ricos: França,

Estados Unidos, Bélgica, Inglaterra, Suíça... por isso é que as lutas dos imigrantes num país têm um reflexo nos demais e devem começar a ser coordenadas.

Todos os imigrantes que se encontram fisicamente nos países receptores têm o direito a documentos que lhes permitam um trabalho digno e de gozo completo de direitos e dignidade. O uso do "status migratório" serve aos governos para manter uma maciça mão-de-obra de reserva que não pode exigir condições dignas de trabalho, e isto por sua vez lhes permite rebaixar as condições de trabalho e de salários de todos os trabalhadores.

NATIVOS OU ESTRANGEIROS, SOMOS TODOS TRABALHADORES

A divisão dos trabalhadores entre nativos e estrangeiros, entre imigrantes com papéis e

sem papéis, é utilizada para prejudicar e impedir nossa união. Isto lhes permite a aplicação de leis como a Nova Reforma Trabalhista na Europa que ataca e reduz nossos direitos. Os primeiros que serão afetados por estas reformas, ao facilitar a demissão, são os imigrantes.

Por isso, a admissão sem discriminação de todos os trabalhadores, com ou sem papéis, nas organizações sindicais que defendem os direitos de todos nós, nativos ou estrangeiros, significa o fim da divisão entre os trabalhadores, significa a unidade de ação contra o sistema que favorece a escravidão, o racismo...

Neste Primeiro de Maio sairemos novamente às ruas para gritar: "Derechos, Dignidad, Respeto. De aquí o de afuera, la misma clase obrera". Chamamos todos os trabalhadores, com ou sem papéis, a unir-se e a subscrever esta declaração internacional do movimento dos sem-papéis.

Estados Unidos: Coalición Nacional por Dignidad y Residencia Permanente

Bélgica: Unión De Sans Papiers(UDEP)

Estado Espanhol: Asociación de Trabajadores Inmigrantes en España (ATRAIE)

França: Coordination Nationale des Sans Papiers (CNSP)

Itália: Comitato Immigrati in Italia

Os abaixo-assinados subscrevemos esta declaração internacional:

(da Espanha)

- ASSOCIACIÓ PAPERS I DRETS PER A TOTHOM
- COLECTIVO KAOSENLARED.NET
- ASSOCIO CATALANA DE PROFESSIONALS DE L'ESTRANGERIA
- COMISIONES DE BASE (CO.BAS)
- COORDINADORA SINDICAL DE MADRID
- CORRIENTE ROJA
- PRT - IZQUIERDA REVOLUCIONARIA
- BOLTXE KOLEKTIBOA
- EUSKAL HERRIKO KOMUNISTAK (EHK)
- CRISTIANOS POR EL SOCIALISMO
- ASAMBLEA ANTIFASCISTA DE SANSE Y ALCOBENDAS
- MLA-CM.

1/Maio/2006

Declaração internacional dos trabalhadores imigrantes e os sem-papéis contra o Plano África

PLANO ÁFRICA: UMA DESCULPA PARA IMPLANTAR O IMPERIALISMO ESPANHOL NO CONTINENTE AFRICANO

É cada vez maior o interesse do governo do estado espanhol em explorar as riquezas do continente africano. Neste momento aproveita a chegada de subsaharianos às costas das Ilhas Canárias e, com a ajuda dos meios de comunicação, criou grande preocupação na opinião pública, apesar de que este tipo de imigração só representa 10% da imigração em comparação com a que entra pelas fronteiras terrestres com a França e pelos aeroportos espanhóis.

Neste marco o governo espanhol, criminalizando a “imigração ilegal”, com o apoio da União Européia e dos países do G-8, pretende selar “acordos migratórios globais” com os países de onde partem os “sem-papéis” que combinem o controle militar das costas, acordos de repatriação e “ajudas de desenvolvimento”.

Os acordos de repatriação permitem-lhe a devolução imediata de imigrantes sem respeitar os direitos básicos, como já ocorreu com os 99 primeiros repatriados ao Senegal (01/06/2006), podendo responsabilizar os governos dos países de procedência por estes fatos.

O Plano África é um plano imperialista

O objetivo de concretizar um Plano África, capitaneado pela Espanha, não é outro senão o de abrir as portas ao imperialismo espanhol e suas multinacionais para controlar as riquezas deste continente. Utilizando a imigração como cobertura legal, garante sua penetração nos países africanos, desde Gâmbia e Mali até o Sudão e Etiópia, e o faz com o objetivo suposto de “garantir a democracia, a segurança e a paz na zona e a criação de riqueza social e econômica” que são os mesmos argumentos que o imperialismo europeu utilizou para colonizar o continente africano nos séculos XIX e XX.

Com as “ajudas ao desenvolvimento”, o que se pretende é conseguir acordos com perspectivas financeiras. Segundo afirma o presidente do executivo comunitário Jose Manuel Durao Barroso, “a associação com a África requer um financiamento adequado e isso implica que a Europa necessita de um acordo com perspectivas financeiras”, “sem este acordo não estaremos em condições de respeitar nossos compromissos”.

Até agora as ajudas ao desenvolvimento, que supostamente deveriam melhorar a qualidade de vida da população não cumprem seus objetivos, beneficiam exclusivamente as empresas européias que executam as supostas ações de desenvolvimento e os governos fantoches locais, ao mesmo tempo em que engordam a dívida externa e com ela a dependência destes países.

Para a UE, “garantir a democracia” consiste exclusivamente em colocar governos fantoches que, contra a vontade do povo, garantam a instalação de empresas européias que explorem suas riquezas, e que intervenham militarmente quando o povo pretender mudar essa situação, como já ocorreu nos casos de Serra Leoa, Costa do Marfim, etc., o que é contraditório com a paz que pedem.

Enquanto as multinacionais continuarem saqueando os países da África com o apoio destes governos fantoches, será impossível eliminar a pobreza e portanto a emigração. São estas atuações as que na realidade geram a pobreza e o desespero que forçam populações inteiras à emigração.

O Plano África é um plano militar

Para garantir este plano imperialista, com o objetivo expresso de reforçar a vigilância e o controle das fronteiras da UE e usando a mesma preocupação criada pela entrada dos imigrantes, o governo espanhol conseguiu o apoio logístico militar da UE, sob a supervisão da agência europeia de controle de fronteiras exteriores (FRONTEX), que facilita o uso de meios marítimos e aéreos, assim como o emprego de diversos especialistas para que impeçam a entrada dos empobrecidos africanos na Europa.

A presença militar tem dois objetivos a cumprir: 1º) Impedir a entrada dos trabalhadores africanos na Europa; 2º) Constituir um escritório da FRONTEX nas Ilhas Canárias para militarizar a zona e facilitar uma intervenção militar rápida e eficaz no caso de revoltas populares contra a presença das multinacionais europeias ou contra os governos que estão aplicando esta política.

Os trabalhadores e os povos não emigram pondo sua vida em risco por algum tipo de capricho. Dizer que a exigência de *papéis para todos* é uma *medida irracional e não realista* não deixa de ser parte da ideologia imperialista que se pretende transmitir para a formação da “opinião pública”. O racional, o realista é espoliar os povos, condenar sua população à emigração e, quando chegam, levantar muros contra eles, militarizar as fronteiras e criminalizar os imigrantes?

Acabar com a espoliação dos povos africanos por um punhado de países e sua União Europeia, pôr fim ao roubo que as multinacionais levam a cabo, são as únicas medidas sérias, *realistas e racionais* para abordar uma política migratória.

*A RIQUEZA DA ÁFRICA PARA O POVO AFRICANO
FORA AS MULTINACIONAIS DA ÁFRICA
NÃO AO PLANO ÁFRICA
FORA FRONTEX DAS COSTAS AFRICANAS*

Assina

Asociación de Trabajadores Inmigrantes en el Estado Español (ATRAIE)

A feminização da imigração

Há poucas décadas, os homens constituíam a maioria da população imigrante. Hoje esta realidade tem mudado: a imigração tende a se feminizar, como se feminiza a pobreza mundial (70% da população pobre é composta por mulheres).

No caso do Estado espanhol, são latino-americanas, africanas e mulheres europeias que deixam seus países e suas famílias em busca do sonho prometido, na procura de trabalho e de melhores condições de vida para elas próprias e para suas famílias. No Estado espanhol, 43,9% do total dos imigrantes com residência fixa são mulheres, sem contar as ilegais. A maioria delas vem da República Dominicana, Filipinas, Marrocos, Brasil, Peru ou Equador. São mulheres jovens: cerca de 40% têm entre 30 e 39 anos; e 34% estão entre 20 e 29. Suas histórias pessoais também têm elementos em comum: as circunstâncias de pobreza, falta de trabalho e de oportunidades, insegurança, discriminação ou perseguição que as obrigam a deixar inclusive filhos (como é o caso de 30% das mulheres imigrantes), em busca de uma vida melhor.

Assim que chegam, começam a procurar trabalho, no serviço doméstico (para cuidar de doentes ou crianças), no setor de limpeza, na agricultura, na hotelaria (como cozinheiras ou camareiras) ou terminam por prostituírem-se. Muitas têm formação universitária, mas são poucas as que conseguem evoluir profissionalmente e este fato é muitas vezes adicionado às dificuldades com o novo idioma. Um estudo do Instituto da Mulher¹ mostra que o trabalho desenvolvido por essas trabalhadoras se concentra em muito poucas atividades laborais.

A ausência de direitos, a precariedade e os estereótipos em algumas ocasiões somam-se às ações das máfias que comercializam mulheres, e, muitas vezes, as têm como escravas – terceira fonte de lucro no mundo, depois do narcotráfico e do tráfico de armas – convertendo-as em mercadoria que se pode vender, comprar e alugar, conforme os critérios de oferta e procura.

Ao contrário do que afirmam os governos do PSOE e do PP e de outros países imperialistas, a imigração é almejada e serve muito bem ao capitalismo, pois significa mão-de-obra barata e sem direitos trabalhistas. Temos consciência de que toda a classe trabalhadora é explorada, mas não se pode negar que as trabalhadoras imigrantes sofrem uma combinação de exploração e opressão muito mais profunda do que as nativas. Se somarmos à sua condição de imigrante, o fato de serem mulheres, a opressão se intensifica muito, pois o capitalismo e o patriarcado operam como forças que,

ALESSANDRA
SOARES

Tradução:
Rita Gordin

Alessandra Soares
é membro do
PRT-IR da
Espanha

¹ Sobre o Instituto da Mulher, ver <http://www.nodo50.org/ioe/indmuj.htm>

juntas, determinam as posições ocupadas pelas mulheres imigrantes. As causas e conseqüências dos movimentos migratórios femininos têm características próprias uma vez que a mulher tem um papel social e econômico distinto do homem, tanto na esfera produtiva quanto reprodutiva na sociedade de origem, da mesma forma que na atual.

Assim as imigrantes são submetidas a trabalhos pouco qualificados no setor de serviços, com salários baixos e condições trabalhistas instáveis já que com frequência não têm direito ao seguro-desemprego, à licença maternidade ou a outros direitos básicos. Outro fato que se deve considerar é que a feminização internacional da força de trabalho acontece em função da demanda simultânea por trabalho “barato” tanto nas indústrias de exportação situadas nos países pobres, também conhecidas como “maquiladoras”, quanto nas atividades pouco qualificadas do setor de serviços e de determinadas indústrias dos países imperialistas, que organizam a sociedade entre um “centro” dominante e uma “periferia” dependente.

Conjuntura política do Estado Espanhol

A lei de imigração do governo Zapatero deixou sem documentos mais de 1 milhão de imigrantes. E o PP utiliza o falso argumento de que o processo de regularização de imigrantes teve um “efeito convocatório”, mas sabemos perfeitamente que a regulamentação não é uma questão de princípio que separa a direita da “esquerda”, mas um recurso político de ambos, para ajustar a demanda de mão-de-obra ao mercado.

Assim como as mulheres imigrantes são as que ocupam os piores postos de trabalho, com documentos ou não, nota-se que a situação irregular de muitas delas faz com que recebam menos, trabalhem cada vez mais e em condições cada vez mais precárias, já que não estão protegidas por nenhuma legislação trabalhista. Além disso, as imigrantes que não conseguem sua legalização junto à lei de imigração ficam totalmente vulneráveis a maus tratos de seus parceiros. Ao se combinar a lei de imigração com a lei de integração (ambas do governo Zapatero) a situação é escandalosa porque as imigrantes ilegais que intencionam denunciar seu parceiro por maus tratos estão se arriscando a receber uma ordem de expulsão.

Além disso, não têm direito de requerer nenhum dos benefícios que a lei de integração oferece: subsídios a mulheres vítimas de maus tratos e ordem de separação do parceiro, apesar de se saber que a maioria das mulheres que sofrem maus tratos é imigrante. Este fato não significa que os homens sejam imigrantes, mas sim que a maioria das mulheres maltratadas seja. Isto reflete muito do desamparo em que se encontra a mulher imigrante na Espanha, e se muitos dos maus tratos ocorrem dentro do casal imigrante, também se encontra explicação no sistema patriarcal e capitalista, já que em seus países de origem as imigrantes têm o papel de donas de casa e aqui o sistema as obriga a trabalhar fora de casa. Essa mudança no papel familiar faz com que muitas vezes o homem torne-se agressivo, ao sentir-se ameaçado de perder *sua mulher*.

Outro dos ataques do governo Zapatero às mulheres imigrantes é a precária condição de moradia e de saúde pública. Se para as nativas já é



bastante complicado solucionar os problemas de moradia, para as imigrantes é quase impossível viver dignamente. Os ilegais não podem pedir hipoteca ou alugar um espaço devido à quantidade de excludentes exigências burocráticas que lhes são feitas, e, devido às precárias condições de trabalho em que se encontram, não têm condições de pagar as altíssimas hipotecas. Algumas delas vivem em condições desumanas, alugam as chamadas *camas quentes*, que para as mulheres representam condições especiais de riscos de violação. O registro é muitas vezes impossível para os imigrantes, já que muitos compartilham locais de menos de 30m² com 20 pessoas e não se podem registrar tantos em um mesmo endereço.

Em relação à saúde, as imigrantes ilegais não podem sequer ter acesso ao serviço público porque têm que estar registradas. O número de mulheres imigrantes que abortam em condições precárias sem assepsia é muito alto e o racismo nos hospitais é bastante presente.

Pela unidade de luta entre as trabalhadoras nativas e as imigrantes

Sem a unidade de ação entre trabalhadoras nativas e estrangeiras não mudaremos o sistema.

- ✓ Queremos a legalização sem restrições de todas as trabalhadoras imigrantes: lutemos contra as agressões fascistas às imigrantes, não ao racismo incentivado pelos governos, religiões e aparatos repressores. Punição a esses crimes, já!
- ✓ Respeitamos que as imigrantes tenham sua religião, mas queremos que acabem já as culturas machistas fomentadas por todas as religiões. Somos contra que as muçulmanas sejam proibidas de usar o véu em lugares públicos, mas queremos que o ensino religioso esteja fora das escolas.
- ✓ Serviço de saúde pública, principalmente ginecológico e obstétrico – não discriminatório a todas as imigrantes sem documentos.
- ✓ Garantias ao direito de separação do parceiro, subsídios e casa de acolhimento no caso de maus tratos às mulheres sem documentação. Além disto, que se garanta o direito de asilo às imigrantes no caso de violência machista.
- ✓ Exigimos um programa eficiente de moradia digna e que favoreça todas as trabalhadoras, mas que beneficie principalmente as mais oprimidas: a população imigrante. Não nos referimos aos guetos para imigrantes, e sim a um programa concreto que ajude as imigrantes com ou sem documentos na questão de uma moradia digna.
- ✓ Não aos estereótipos da mulher imigrante, incentivados pelos meios de comunicação, que facilitam as agressões machistas e a violência verbal.
- ✓ Ensino do idioma, gratuito e de qualidade.
- ✓ Ensino público e de qualidade, às imigrantes e aos seus filhos.
- ✓ Programa de especialização profissional.
- ✓ Creches públicas para os filhos de imigrantes com ou sem documentos ■

Considerações sobre o fechamento da RCTV na Venezuela

Na Venezuela vem ocorrendo um processo de fechamento do regime, com o governo tomando medidas para aumentar o seu controle sobre os distintos setores, entre eles os meios de comunicação. Uma manifestação clara disso foi o fechamento, por parte do governo, da emissora RCTV no dia 27 de maio último. Aparentemente, essa parece ser uma medida progressiva. Com certeza, muitos trabalhadores e estudantes a viram com bons olhos, já que ela ataca uma emissora burguesa e reacionária, que sempre fez campanha contra os interesses do povo venezuelano.

CECÍLIA
TOLEDO

No entanto, se analisarmos mais detidamente essa medida, vamos ver que não é bem isso. A experiência histórica também mostra que medidas desse tipo, aparentemente populares, acabam se voltando, mais cedo ou mais tarde, contra os interesses dos trabalhadores.

Atacar os golpistas?

Com o argumento de que o governo Chávez é um governo popular e que “está construindo o socialismo do século XXI”, as correntes de esquerda praticamente de conjunto apoiaram essa medida. A principal alegação é de que esse era um canal golpista, o que é verdade. A RCTV e todas as demais emissoras, controladas por burgueses milionários, de fato fizeram campanha aberta e violenta pelo golpe em abril de 2002, alguns inclusive chegando ao extremo de incentivar o assassinato de Chávez.

De fato, até que teria sido uma medida plausível ter fechado a emissora no momento do golpe, para evitar que ela continuasse funcionando como correia de transmissão da política golpista orquestrada pelo governo norte-americano. Mas ter fechado agora, quando já passou o momento do golpe e não se vislumbra no horizonte qualquer perigo de uma nova tentativa golpista, é algo que não se entende e não se justifica. Nada indica que haverá um outro golpe no curto prazo, justamente porque há um acordo entre Chávez e a burguesia golpista para manter o governo. Inclusive alguns dos principais burgueses golpistas estão dentro do PSUV, o partido de Chávez! É certo que o imperialismo, a burguesia e a direita venezuelanas tiveram a política de derrubar Chávez com o golpe de 2002 e o lockout econômico. Mas essa política fracassou, derrotada pela mobilização operária e popular, e eles foram obrigados a aceitar o governo Chávez como a única alternativa para controlar o movimento de massas. Por isso,

Cecilia Toledo
é membro da
equipe da
Marxismo Vivo



abandonaram a linha golpista e passaram a aplicar uma outra política: apostar em seu desgaste no longo prazo para poder derrubá-lo eleitoralmente. As duras críticas à medida de Chávez de fechar a RCTV vindas da parte do imperialismo, da imprensa internacional e nacional fazem parte dessa política de desgaste, e não de uma hipotética preparação de um clima golpista. Ao mesmo tempo, o imperialismo e os grandes burgueses venezuelanos passaram a fazer bons negócios com o governo, como o grupo Mendoza-Polar e os novos “empresários socialistas”. Os jornais informam com destaque que os bancos vivem um *boom* no governo Chávez, já que seu lucro subiu 33% em 2006 (*Folha de S. Paulo*, 16/6/07).

Mas, supondo que fosse verdade que Chávez fechou a RCTV para atacar os golpistas, a pergunta que fica é por que ele não fechou as demais emissoras, que também são golpistas? Por que não fechou a emissora de Cisneros, o golpista dos golpistas? Cisneros, o principal empresário do ramo de comunicações no país e dono da Venevisión, foi um dos que encabeçou o golpe contra Chávez e não só não foi reprimido e muito menos preso, como ficou ainda mais rico: fez um acordo com o governo abocanhando os espaços publicitários da RCTV.

Emissora reacionária?

O outro argumento levantado pelos que defendem que o canal deva ser fechado é que essa seria uma forma de liquidar uma emissora reacionária, que veicula programação contaminada pela ideologia burguesa. Nada mais verdadeiro. Inclusive foi a principal linha de argumentação dos chavistas no debate aberto realizado na Assembléia venezuelana em 8 de junho passado. A estudante de Direito Andreína Tarazona tomou a palavra para apoiar a medida do governo, dizendo que “defender a RCTV é uma traição aos nossos próprios ideais, ao nos colocarmos ao lado da burguesia e do imperialismo”. Em seguida, em alusão aos protestos feitos pelos funcionários da emissora, atores e atrizes, a estudante afirmou: “Não posso acreditar que existam atrizes que saíam a chorar porque já não poderão continuar comercializando seu corpo num meio de comunicação”. (*Folha de S. Paulo*, 8/6/07)

Dias antes Chávez alegava que fechava o canal não por sua posição golpista, mas como um ato de censura em sua programação.

Esse canal trouxe muitos prejuízos ao país durante muito tempo: os antivalores, o bombardeio midiático da violência, o ódio, o racismo, o sexo mal visto e mal entendido, a falta de respeito para com a mulher, as crianças, a falta de respeito contra muitas manifestações da vida social, contra os homossexuais, contra o país e o mundo, contra as pessoas que têm alguma deficiência física, essa é a razão de fundo! (*Folha de S. Paulo*, 5/6/07)

De fato, trata-se de uma emissora reacionária, que propaga a nefasta ideologia burguesa e defende os valores e interesses opostos aos da classe trabalhadora, em particular das mulheres trabalhadoras e pobres, das crianças e dos oprimidos. Mas ficam aqui algumas perguntas sem resposta: por que o governo não fechou também as demais emissoras, que são tão ou mais reacionárias e nefastas quanto a RCTV? E por que não fechou os jornais, as revistas, as rádios, os sites, enfim, todos os meios de comunicação reacionários? Por que seu furor moralista recai somente sobre a RCTV? Os trabalhadores devem se perguntar

se isso é bom ou não. Qual é a tarefa dos trabalhadores diante da mídia reacionária? Defendemos seu fechamento? Defendemos a lei da mordada? Deixamos que o governo Chávez decida a programação da emissora?

Censura à imprensa, isso sim!

Se nem o argumento do golpismo, nem da programação reacionária da emissora se sustentam como razões minimamente plausíveis para fechar uma emissora de TV, quais são então as verdadeiras razões por trás da medida de Chávez? Não é uma medida que começa e acaba em si mesma. Ela faz parte de uma política mais ampla do governo, para aumentar seu poder e controle sobre as instituições do Estado venezuelano. Essa política vem se manifestando em todos os setores. No terreno dos partidos políticos há a tentativa de Chávez de construir um partido próprio, o PSUV, para controlar todos os setores da sociedade, sobretudo os trabalhadores. No terreno sindical, já anunciou medidas para acabar com a autonomia dos sindicatos. E o controle sobre os meios de comunicação é estratégico nessa política de fechamento do regime. E Chávez vem dando passos largos nesse sentido; quando assumiu o governo, ele controlava um canal de televisão, em Caracas; agora controla seis canais. Agora fechou a RCTV tirando do seu caminho uma das maiores emissoras do país, fazendo um acordo com Cisneros.

O que significa isso? Isso significa que os trabalhadores venezuelanos têm de se defender contra essas medidas de Chávez, porque elas parecem progressistas, mas na verdade têm o objetivo de calar a imprensa operária e de esquerda.

A necessidade de defender as liberdades democráticas

A experiência histórica mostra que medidas desse tipo não são novas. Os governos burgueses, de distintos tipos e com uma ou outra alegação, sempre acabam adotando-as. Isso faz com que a luta pela defesa das liberdades democráticas, que inclui a liberdade de imprensa, a liberdade sindical e política, seja uma luta permanente do conjunto da classe trabalhadora e de suas organizações.

Na Argentina, em 1951, o governo Perón também tinha a política de impor um controle autoritário sobre os trabalhadores. E expropriou o jornal *La Prensa*, alegando que era um jornal da oligarquia, que atentava contra o governo. Esses argumentos eram corretos e praticamente todas as organizações de esquerda argentinas apoiaram a medida de Perón. Com exceção de um setor do movimento trotskista, dirigido por Nahuel Moreno, que alertou os trabalhadores para o verdadeiro caráter dessa medida: aumentar o poder de Perón, um poder que cedo ou tarde se voltaria contra os próprios trabalhadores. A mesma política de defesa intransigente das liberdades democráticas teve Moreno em Portugal, em 1974. Logo depois da Revolução dos Cravos, que derrotou a ditadura salazarista, formou-se o governo do MFA-PC (Movimento das Forças Armadas em coligação com o Partido Comunista), que, apesar de parecer muito progressivo, tinha o objetivo concreto de controlar os trabalhadores. Era um projeto totalitário e contra-revolucionário, que buscava controlar a imprensa, o rádio e a TV, e o jornal *República* acabou sendo ocupado pelos operários gráficos, liderados pelo PC, sob protestos dos operários dirigidos pelo Partido Socialista, que



lutavam para que o jornal continuasse saindo, sem censura. Qual foi a política de Moreno? Defender as liberdades democráticas: “Para nós, dizia Moreno, o caso do *República* é uma provocação do stalinismo, que utiliza métodos revolucionários, as ocupações, a serviço do MFA. O que é historicamente progressivo neste momento é a defesa e expansão das liberdades democráticas e a derrota dos planos contra-revolucionários do governo MFA-PC”. Para Moreno, era preciso apoiar a luta do PS — que ele considerava, assim como o PC, um partido reformista contra-revolucionário — pelas liberdades democráticas e a favor do *República*.

Temos que ir com nossos panfletos, cartazes e sobretudo com nossa política de classe a essas manifestações ou atos socialistas. Nossa política tem de ser contra os agentes do MFA nas portas do *República* e de qualquer outro órgão de comunicação massiva, incluindo os do PC; pela liberdade de imprensa! É a partir daí que temos de lutar pela unidade ou frente única entre os operários que ocupam a empresa e as manifestações. (*Revolução e contra-revolução em Portugal*, Nahuel Moreno.)

Apesar de esse fato ter ocorrido em uma situação política distinta da que temos hoje na Venezuela, o que importa aqui é mostrar a importância que Moreno dava à defesa das liberdades democráticas e que a política do PC de incentivar e apoiar a lei da mordaza contra os jornais burgueses não é uma política que ajuda a luta dos trabalhadores. Ao contrário, tende a voltar-se contra ela, como um *boomerang*, servindo de álibi para invadir, empastelar e fechar a própria imprensa operária e de esquerda.

No México, em 1938, ocorreu um caso semelhante. O governo de Lázaro Cárdenas, que havia tomado medidas contra o imperialismo muito mais profundas que as tomadas por Chávez, era alvo de ataques virulentos por parte da imprensa reacionária. Mas mesmo assim, Trotsky, que nessa época residia no México, e destacava o caráter progressivo das medidas de Cárdenas, não se deixou enganar e alertou os trabalhadores e a esquerda para o caráter de classe das medidas do governo; qualquer medida de um governo burguês, por mais popular que pareça, está sempre dirigida contra os trabalhadores e não contra a burguesia:

Tanto a experiência histórica como teórica provam que qualquer restrição à democracia na sociedade burguesa é, em última instância, invariavelmente dirigida contra o proletariado, assim como qualquer imposto que se crie recai sobre os ombros da classe operária. (México, agosto de 1938).

Por isso, quando Cárdenas começou uma campanha para fazer calar a imprensa reacionária, com o apoio do Partido Comunista, Trotsky se insurgiu contra isso e chamou à defesa intransigente das liberdades democráticas.

Se hoje apoiamos uma investida de Chávez contra a democracia burguesa, contra um canal de TV, por mais reacionário e golpista que seja, estaremos de fato respaldando uma política de fechamento do regime, de instauração da censura no país, enfim, do fortalecimento de um governo que é contra os trabalhadores e que, mais cedo ou mais tarde, usará esse fechamento para atacar ainda mais duramente as organizações operárias e para restringir ainda mais a liberdade de expressão. Como lembrava Trotsky, no caso do México, a democracia burguesa só é útil para o proletariado quando abre caminho para desenvolver a luta de classes. Isso é tão importante que Trotsky chega ao ponto de afirmar que é um

traidor aquele dirigente da classe operária que defender o direito de um governo burguês controlar a opinião pública em geral e a imprensa em particular:

A democracia burguesa é útil para o proletariado apenas porque lhe abre o caminho ao desenvolvimento da luta de classes. Sendo assim, qualquer “dirigente” da classe operária que arma o governo burguês com meios especiais para controlar a opinião pública em geral e a imprensa em particular é, simplesmente, um traidor.

Trotsky lembra que em última instância, o acirramento da luta de classes obrigará as burguesias de qualquer tipo a chegar a um acordo entre elas mesmas; aprovarão então leis especiais e medidas restritivas e todo tipo de censuras “democráticas” contra a classe operária. E Trotsky conclui: “Quem ainda não compreendeu isso deve deixar as fileiras da classe operária.”

Mas há momentos, dizem alguns “amigos” da URSS, em que “a ditadura do proletariado se vê forçada a recorrer a medidas especiais, particularmente contra a imprensa reacionária”. Essa alegação, diz Trotsky, provém principalmente de um erro: identificar um estado operário com um estado burguês. “Apesar de o México ser um país semicolonial, também é um estado burguês e, de forma alguma, um estado operário”.

E se Chávez fosse socialista?

Aqueles que defendem a medida de Chávez podem alegar que Trotsky e Moreno se referiam a governos burgueses, e que Chávez é diferente, por ser um governo “socialista”. E que existem momentos em que o governo “socialista” precisa tomar medidas duras contra a conspiração direitista.

Aqui ocorre um duplo erro de análise. Em primeiro lugar, é preciso ficar claro que o governo Chávez não é um governo socialista, mas um governo burguês, que defende os interesses do grande capital nacional e internacional. Logo, todas as suas medidas, por mais populares e progressivas que possam parecer, têm um único objetivo: atacar os trabalhadores. Em segundo lugar, mesmo que fosse um governo socialista, ou mesmo uma ditadura do proletariado, as medidas desse tipo, como fechar uma emissora de TV burguesa, só se justificam em casos extremos, como de guerra ou de ataques armados contra o estado operário.

No caso da Venezuela, sob o governo burguês de Chávez, essa medida poderia justificar-se no momento do golpe de 2002, por exemplo. Nesse momento havia um golpe armado pelo imperialismo para derrubar e talvez mesmo matar Chávez, e uma medida dura contra as emissoras de TV que alentavam o golpe e inclusive ajudavam os golpistas a se movimentar e agir no momento mesmo do golpe, teria sido um ato de guerra, necessário naquele momento para fazer fracassar os golpistas. No entanto, também nesse caso, se as medidas especiais se estendem até converter-se em um padrão permanente, correm o risco de tornar-se incontroláveis, e com isso, dariam uma arma ao governo burguês de Chávez para, nem bem vencesse sobre as forças golpistas, voltasse suas baterias contra os trabalhadores.

A experiência histórica mostra que mesmo num estado operário, como ocorreu na URSS, onde tudo foi expropriado, inclusive os canais de TV, as correntes burguesas de opinião mantiveram seu direito de expressão. A censura só ocorreu em casos excepcionais, quando as tendências pró-burguesas atacavam os bolcheviques durante a guerra civil e manipulavam as informações de modo a

favorecer militarmente o inimigo. Em um momento de guerra, todas as medidas tomadas são excepcionais e extremas, e abolidas com o retorno à normalidade.

A luta revolucionária pela expropriação da burguesia e do imperialismo, e pela construção do socialismo, não tem nada a ver com colocar uma mordaca sobre a opinião pública. Pelo contrário. A única medida que interessa à luta dos trabalhadores, porque pode fazer com que ela se estenda e se amplie, é a mais ampla liberdade de expressão, para todos os setores sociais. A melhor maneira de fazer com que os trabalhadores lutem contra a burguesia é fazer com que conheçam e entendam profundamente suas opiniões, e não o contrário. Como disse Trotsky: *O modo mais efetivo de combater a imprensa burguesa é estender a imprensa da classe operária*. Os trabalhadores têm de se esforçar por ampliar o alcance de sua imprensa, melhorar a cada dia a sua qualidade, com textos bem escritos e idéias claras, cada vez mais acessíveis ao conjunto da classe, mas sem descuidar do esmero na linguagem, para que todo trabalhador aprecie e valorize a sua imprensa, e se disponha a colaborar com ela e a distribuí-la no seu bairro e local de trabalho. Se a imprensa operária não pode competir com a imprensa burguesa em recursos materiais, pode e deve fazer o possível para ser superior a ela no conteúdo, sem apelar para a falsificação, a hipocrisia, a manipulação e a linguagem chula, armas típicas dos jornais burgueses.

A defesa da liberdade de imprensa

A liberdade de imprensa, como liberdade de poder opinar, expressar suas críticas, suas propostas, seu programa, é uma questão chave, que sempre deve ser defendida pelos trabalhadores, independente do tipo de governo existente. Aqui entra um problema fundamental, porque quando um Estado ameaça cortar a liberdade de imprensa — como Chávez está fazendo na Venezuela, e também Lula, no Brasil, que tem tomado medidas que visam a controlar a opinião pública — é quando deixa mais claro seus interesses individuais, ou seja, que é uma balela o discurso de que “é um governo de todos”, frase estampada em letras garrafais nas bandeiras de Lula e Chávez. A experiência histórica mostra que nunca a ameaça à liberdade de imprensa, em qualquer país, é uma ação isolada, mas sempre uma política do Estado, e que tende a expandir-se para os outros âmbitos da sociedade.

Aqueles que vêem no fechamento da RCTV uma medida progressista de Chávez devem pensar seriamente no que significa a imposição da censura à imprensa. Devem lembrar que se há censura, o Estado enquanto tal não tem liberdade de imprensa, mas o governo como instituição do Estado sim. Seria uma ingenuidade pensar que as publicações oficiais do governo não gozariam de liberdade de imprensa! E mais ingênuo ainda supor que os censores não cairiam matando sobre as publicações operárias que fizessem qualquer crítica a Chávez!

Se não era para impedir uma “nova investida golpista” por parte da RCTV, o que Chávez fez foi dar um primeiro passo — e que passo! — para a imposição da censura na Venezuela. E sobretudo nós, povos da América Latina, temos experiência suficiente para saber que a censura é uma medida punitiva, ilegal, e que sempre vem na ponta do fuzil. Como diz Marx,

uma lei de censura é uma impossibilidade, porque seu objetivo é o de punir, não ofensas, mas opiniões; porque não pode ser outra coisa que aquilo que o censor formular; porque nenhum Estado tem a coragem de formular através

de princípios legais e universais aquilo que pode ser feito na prática através de seu órgão, o censor. Também é por isso que a administração da censura é confiada, não aos tribunais, mas à polícia. (Debates sobre a Liberdade de Imprensa e Comunicação, 1841)

As tropas de Chávez cercando a RCTV foram o retrato, ao vivo e em cores, do que disse Marx.

Nós sabemos que a imprensa, no capitalismo, nunca é totalmente livre, porque mesmo que não esteja sujeita à censura política, como ocorre nos regimes ditatoriais, há sempre uma censura permanente pesando sobre ela, que é a censura material, econômica. Só os grandes grupos econômicos podem de fato expressar amplamente suas opiniões. Mas isso não significa que a liberdade de imprensa, como questão de princípio, deixe de ser uma bandeira fundamental para a classe trabalhadora. A livre expressão de todos os setores sociais, inclusive e principalmente da burguesia, é estratégica para fazer avançar a luta dos trabalhadores, porque só assim se pode conhecer de fato o acionar de nossos adversários e das demais correntes políticas, medida fundamental para que as massas saibam onde estão pisando. É por isso também que sempre devemos exigir que a burguesia seja coerente com seu programa e vá fundo na liberdade de imprensa, para que o Estado burguês garanta o máximo de liberdade de informação. Quanto mais informação vem à luz, menos se luta no escuro e, portanto, mais passos acertados podemos dar. Nos países da América Latina, onde grande parte da população é analfabeta e tem pouca participação política, a censura à imprensa é ainda mais funesta, porque mata o espírito político, impede a circulação de idéias e os debates programáticos.

É o que tende a acontecer se Chávez ampliar o controle sobre os meios de comunicação, que nada mais é do que uma forma mais elegante de dizer que Chávez *impõe a censura*. Chávez e seu grupo no governo, de braços dados com os megaempresários da mídia, os neo-bolivarianos de turno, se arvoram como únicas autoridades competentes para escrever sobre os assuntos do Estado venezuelano, em geral, e sobre a vida dos venezuelanos em particular. São os únicos que se julgam competentes para dizer o que é arte, qual o tipo de programação que as TVs devem transmitir, se mostrar uma criança com fome ou uma mulher seminua é de bom ou mau gosto. Esses seriam os comunicadores oficiais do país, encarregados de passar a versão oficial, a única considerada boa de ser consumida pelos espectadores.

Marx dizia que *a censura leva-nos todos à sujeição e, como num despotismo, todo mundo é igual, se não em merecimento, na falta deste; esse tipo de liberdade de imprensa deseja introduzir a oligarquia na mente*.

Então, pensemos que quando Chávez enche a boca para falar de socialismo e inclusive de marxismo, palavras que tocam fundo nos trabalhadores e povos latino-americanos, há tanto tempo oprimidos e espoliados, economicamente pelas oligarquias e pelo imperialismo, e politicamente pelas ditaduras militares, temos o direito de duvidar de suas boas intenções. Porque nessa medida aparentemente simples, de calar uma emissora de TV, pode estar contido o germe de uma política totalitária da pior espécie. Porque, parafraseando Marx, na falta de liberdade de imprensa, todas as outras liberdades são ilusórias. Cada faceta da liberdade condiciona todas as outras, e quando uma liberdade específica — no caso, a da imprensa — é questionada, questiona-se toda a liberdade. Quando

uma faceta da liberdade é negada, a própria liberdade é repudiada, e depois a não-liberdade assumirá o controle como força dominante.

Esse é o risco que se corre hoje na Venezuela, com a mordaca que Chávez impôs à RCTV e que pode se tornar um precedente para fazer calar a voz das organizações operárias e populares que hoje encabeçam as grandes lutas que sacodem a Venezuela e necessitam da mais ampla liberdade de imprensa para poder avançar cada vez mais.

A defesa da liberdade artística

Mas não só a liberdade de imprensa está em perigo na Venezuela hoje; a liberdade artística também. Quando fechou a emissora, Chávez e muitas correntes de esquerda que o apóiam, alegaram que sua programação era de baixo nível artístico. Em geral, as maiores emissoras de TV, por serem grandes empresas capitalistas, voltadas sobretudo para o lucro, têm uma programação de cunho reacionário e são instrumentos de consagração dos valores burgueses e da burguesia como classe social. A arte, dentro do capitalismo, com raríssimas exceções, é produto da indústria cultural, foi transformada em mercadoria ao gosto do mercado; há uma imposição desenfreada dos padrões “artísticos” de consumo. Isso é inegável. Sem falar no baixo nível da programação das TVs comerciais, sobretudo as novelas, que têm grande penetração entre o público feminino. A maioria esmagadora das novelas defende os valores mais retrógrados e nefastos, como a submissão da mulher, a opressão da família patriarcal, o capitalismo como bem supremo, o respeito às leis do Estado burguês, que são sempre contrárias aos interesses dos trabalhadores. Outros programas banalizam o sexo, transformam a mulher em objetos a serviço do prazer do homem, e alimentam nos jovens a compulsão pelo consumo.

É natural que, em suas lutas e no despertar de sua consciência, os trabalhadores se rebelem contra tudo isso, e a primeira coisa que nos vem à cabeça é exigir o controle da programação ou até mesmo, a censura. No entanto, é preciso refletir e analisar a experiência histórica. Essas medidas nada têm a ver com a luta dos trabalhadores por liquidar a sociedade burguesa. É preciso defender a máxima liberdade artística para os autores e artistas se expressarem como quiserem, sem qualquer tipo de pressão, seja econômica ou política, por parte do Estado e qualquer uma de suas instituições. Só a máxima liberdade e autonomia do artista e das correntes artísticas e intelectuais interessam ao conjunto da sociedade e podem fazer avançar e fortalecer a luta dos trabalhadores.

Isso é tão importante que Trotsky escreveu, junto com André Breton, um manifesto em defesa da liberdade artística, chamado *Por uma arte revolucionária independente*, mostrando que a garantia dessa liberdade contra aqueles que pretendem sujeitar a atividade artística e intelectual a fins exteriores a elas mesmas é imprescindível para que a arte se desenvolva:

A livre escolha desses temas e a não-restrição absoluta no que se refere ao campo de sua exploração constituem para o artista um bem que ele tem o direito de reivindicar como inalienável. Em matéria de criação artística, importa essencialmente que a imaginação escape a qualquer coação, não se deixe sob nenhum pretexto impor qualquer modelo. Àqueles que nos pressionarem, hoje

radicalmente incompatível com seus meios, opomos uma recusa inapelável e nossa vontade deliberada de nos apegarmos à fórmula: *toda licença em arte*.
(25 de julho de 1938)

Trotsky e Breton escreveram esse Manifesto como um libelo contra a política de Stalin de controlar a criação artística, impondo temas e maneiras de expressão aos artistas. Essa política, que ficou conhecida como *realismo socialista*, causou enormes danos à arte, dentro e fora da União Soviética, e nada tinha a ver com o estado operário e a construção do socialismo. Trotsky, Breton e muitos outros artistas combateram duramente o realismo socialista, lutando incansavelmente pela mais ampla liberdade artística, em qualquer momento e em todos os países, independente do tipo de governo existente.

Por isso, valem também para o caso da Venezuela, hoje. No entanto, não só os trabalhadores lutam pela liberdade em arte; a burguesia também “levanta essa bandeira”, como fez Chávez agora, no momento de fechar a RCTV. Mas essa bandeira *toda licença em arte* não deve ser encarada pelos trabalhadores da mesma forma que a burguesia a encara. Para a burguesia e o capitalismo, a liberdade artística está apenas nas leis, no papel, porque na realidade concreta, só quem tem dinheiro pode desenvolver livremente a arte. Isso não significa que os trabalhadores devam adotar a mesma postura. É preciso lutar por garantir a plena e total liberdade artística, para que todos possam expressar-se livremente e todos tenham acesso à arte. A luta implacável por garantir a total liberdade artística, científica e intelectual, é uma questão estratégica para a luta revolucionária e sua interrupção só deve ocorrer em casos muito excepcionais e passageiros, quando o Estado revolucionário dos trabalhadores estiver sendo atacado de forma agressiva pela burguesia.

Diz Trotsky:

Reconhecemos, é claro, ao Estado revolucionário o direito de defender-se contra a reação burguesa agressiva, mesmo quando se cobre com a bandeira da ciência ou da arte. Mas entre essas medidas impostas e temporárias de autodefesa revolucionária e a pretensão de exercer um comando sobre a criação intelectual da sociedade há um abismo. Se, para o desenvolvimento das forças produtivas materiais cabe à revolução erigir um regime socialista de plano centralizado, para a criação intelectual ela deve, já desde o começo, estabelecer e assegurar um regime anarquista de liberdade individual. Nenhuma autoridade, nenhuma pressão, nem o menor traço de comando! As diversas associações de cientistas e os grupos coletivos de artistas que trabalharão para resolver tarefas nunca antes tão grandiosas unicamente podem surgir e desenvolver um trabalho fecundo na base de uma livre amizade criadora, sem a menor pressão externa. (Manifesto)

Em resumo: se chegamos à conclusão de que Chávez não fechou a RCTV por causa do golpe e tampouco por ser uma emissora reacionária, então o que fica evidente é que a censura à imprensa é uma política para impor justamente isso: **a censura à imprensa**. Isso significa que os trabalhadores e o povo venezuelano têm diante de si uma tarefa gigantesca: a luta em defesa da mais ampla liberdade artística, de imprensa e de expressão ■

Reconstrução da IV Internacional: A política para a Venezuela é um divisor de águas

A construção da IV Internacional sempre esteve atravessada por polêmicas sobre o caráter das direções dos processos revolucionários. Nascida numa situação de isolamento e reduzida a uma pequena expressão política, as pressões das direções oportunistas e burocráticas sempre foram um fator de crise dentro da IV, na medida em que as organizações que se reivindicavam revolucionárias tinham que enfrentar adversários com influência de massas. A tentação era deixar de lado a construção dos partidos revolucionários, trotskistas, para adaptar-se aos aparatos burocráticos.

Assim foi em 1951-53, quando a IV dividiu-se em torno de qual política adotar em relação aos partidos comunistas, fortalecidos na época por terem dirigido o ascenso que derrotou o nazi-facismo e aparecerem perante as massas encabeçando as revoluções que expropriaram a burguesia em um terço da humanidade. O mesmo se deu em relação aos movimentos nacionalistas burgueses que encabeçavam processos de independência nacional ou lutas contra ditaduras em seus países.

Em 1952, a direção da IV, encabeçada por Michel Pablo, apoiou criticamente o governo burguês do MNR de Paz Estenssoro, na Bolívia, levando à derrota da revolução e contribuindo para a crise e dispersão da IV. O mesmo se daria em 1979 na revolução nicaragüense, pois a direção do SU (Secretariado Unificado) — Mandel, Maitán, Barnes — apoiou o governo de unidade nacional encabeçado pelos sandinistas, considerando-o um “governo operário e camponês”, e propôs acompanhar a direção da FSLN no “caminho ao socialismo”.

Sempre houve uma resistência encarniçada contra essas políticas. Tanto em 1952 quanto em 1979 uma corrente principista tratava de resistir a este curso revisionista e reivindicava a razão de ser da IV Internacional: fazer a revolução mundial e, para isso, superar a crise de direção revolucionária, combatendo as

JOSÉ
WELMOWICKI

Tradução:
Marcos
Margarido

José Welmowicki
é membro da
direção da LIT-QI

direções burocráticas e burguesas, construindo como alternativa os partidos revolucionários nacionais. Nahuel Moreno foi um dos dirigentes que mais se destacou neste combate e seu legado mais importante foi a construção de uma corrente principista que hoje se materializa na construção da LIT-QI.

Passados quase 70 anos da fundação de IV, num momento em que o colapso do stalinismo fez cair a principal barreira que separava os revolucionários das massas, novamente é colocada uma discussão desse tipo para os que se reivindicam da esquerda operária e do programa da IV. Trata-se da posição frente ao processo revolucionário venezuelano e a Hugo Chávez. Quem confundir a intervenção neste processo com o apoio à sua direção no país, ou no conjunto da América Latina, estará preparando a derrota das massas. Para que os novos ventos da revolução latino-americana não se percam e sejam desviados para o caminho sem retorno do apoio ao populismo burguês, para que, ao contrário, a reconstrução da IV Internacional dê um salto, faz-se necessário enfrentar esta disjuntiva. A posição em relação ao chavismo é hoje o principal debate, de princípios, dentro da esquerda latino-americana e mundial.

Este artigo irá abordar as polêmicas sobre o processo venezuelano deste ângulo. A posição que cai na capitulação ao chavismo e abandona o combate pela construção de uma direção revolucionária é muito ampla, atinge quase a totalidade da esquerda, incluindo aqueles que se reivindicam revolucionários e/ou de origem trotskista, como o SU, o Militant, etc. Poderíamos tomar as posições de uma ou várias dessas correntes que estão no campo de apoio ao chavismo. No entanto, vamos escolher uma delas. Não por seu peso específico (existe nuns poucos países da América Latina), mas porque sintetiza de forma clara os grandes erros daqueles que se colocam no “campo de Chávez”. Esta corrente tenta, ademais, lamentavelmente, apresentar-se como continuadora de Moreno, aproveitando-se do fato de que alguns de seus dirigentes tiveram uma trajetória na LIT.

A distorção das elaborações de Nahuel Moreno

Em junho passado, o congresso do PSOL brasileiro, com vários dirigentes e correntes internas de origem trotskista, prestou homenagem a Chávez. Os sindicalistas venezuelanos presentes, que recentemente viveram a repressão governamental a algumas lutas operárias e se haviam recusado a ingressar no PSUV, o partido de Chávez, não puderam falar no Congresso. Mas os delegados viram vídeos elogiando Chávez e Castro e escutaram seus principais dirigentes defenderem com tudo o governo da Venezuela. E tinha que ser assim porque a tese política votada majoritariamente definiu-se claramente pelo apoio a Chávez: *As novas nacionalizações anunciadas por Chávez e suas novas reformas democráticas mostram que o processo bolivariano, inclusive com suas contradições, aprofunda-se. Trata-se da expressão política de um nacionalismo revolucionário que enfrentou a burguesia pró-imperialista em seu país, ao mesmo tempo em que tenta dismantlar os instrumentos de dominação política a serviço do grande capital e do imperialismo. (...) Mantendo nossa independência do chavismo, cremos que todos no PSOL devem dizer com clareza: apoiaremos as medidas progressivas na Venezuela, no Equador e na Bolívia (defendendo ao mesmo tempo a autonomia e a independência das organizações dos trabalhadores) que façam*



IV Internacional

avançar o processo de enfrentamento com o imperialismo, **fazendo unidade e frente comum** em torno a elas (Tese do MES-MTL, negritos no original).

Pedro Fuentes, dirigente do MES, uma das correntes de maior peso no bloco majoritário na condução do Congresso, foi membro da direção de organizações morenistas argentinas (PST, MAS) e pertenceu à LIT até 1992, tendo sido membro de sua direção. Seu artigo *Venezuela, ponto mais avançado de uma confrontação continental* é uma sistematização das posições do MES-MTL, por isso vamos nos referir centralmente a este texto. Nele, Pedro desenvolve uma elaboração que, como Pablo em 1952 na Bolívia, leva-o a apoiar Chávez e suas “medidas progressivas” e a criação de partidos burgueses como o PSUV, recriminando os que não fazem isso... **em nome do trotskismo e de Nahuel Moreno.**

Fuentes começa seu artigo afirmando: *Esta situação nos exige estudar os fenômenos novos que ocorrem com a mesma paixão e método que Nahuel Moreno...* e assim transmite aos leitores desprevenidos a impressão de que tudo que será dito inspira-se nas elaborações da corrente morenista.

Fuentes extrai algumas passagens de um texto de Moreno de 1962 (*A revolução latino-americana*) que alertava sobre um novo movimento originado de uma ruptura dos velhos movimentos nacionalistas, sob o impacto da revolução cubana, e da necessidade de intervir sobre ele. O próprio Moreno afirmou em vários textos, entre eles sua entrevista no livro *Conversando com Moreno*, que depois de haver olhado com simpatia o regime cubano chegou à “conclusão de que é necessário continuar com a política revolucionária de classe, ainda que para nós isso signifique adiar a chegada ao poder em 20 ou 30 anos, ou o que seja. Nós aspiramos que seja a classe operária a que verdadeiramente chegue ao poder, por isso queremos dirigi-la”. E nesse e noutros textos explica que suas expectativas daqueles anos na direção castrista foram abandonadas ante a política contra-revolucionária do castrismo para a revolução centro-americana, entre outras traições; corrigindo depois **radicalmente** sua caracterização dessa corrente — como uma burocracia originada de uma corrente pequeno-burguesa — e assim também o fez em sua política para o castrismo.

A má fé de Fuentes consiste em que ele não toma nenhum texto posterior, especialmente aqueles programáticos mais elaborados, e só cita umas poucas frases de um material superado pelas elaborações do próprio Moreno. Ainda que ele as conheça muito bem, esconde várias discussões que Moreno fez ao longo de 25 anos nas quais, além de mudar sua posição sobre o castrismo, armou teórica e programaticamente contra capitulações como as que faz Fuentes hoje.

Fuentes “embeleza” Chávez

Deixemos de lado a polêmica sobre se a Venezuela é um “país independente” ou não, abordada por Alejandro Iturbe neste número de *Marxismo Vivo*. Mas queremos assinalar que Fuentes atribui todo o suposto processo de independência à vontade de Chávez de romper com o imperialismo: *É evidente que a Venezuela acabou com os dispositivos de dominação política do imperialismo. Por exemplo, a retirada de seu embaixador de Israel, o discurso na ONU... É semelhante ao Irã. (...) O governo*

Chávez vem cumprindo um papel progressivo para a Venezuela e América Latina porque enfrenta o imperialismo... Para continuar, tem que aprofundar o processo revolucionário, depurar o exército e a burocracia estatal.

Chávez é um dirigente militar que ficou fora do regime venezuelano clássico ao dar um golpe progressista e foi se radicalizando à medida que foi confrontado pelo imperialismo e pela burguesia. Por ser um governo que teve choques muito grandes com a burguesia nativa (golpe, greve patronal e sabotagem petroleira), não representa seus interesses. Concluimos que é um governo nacionalista pequeno-burguês enfrentado com a burguesia e o imperialismo, e que terá que avançar para uma fase de medidas de enfrentamentos com o poder econômico que as classes dominantes ainda possuem (as multinacionais, bancos e setores importantes da burguesia nativa), e também deverá tomar medidas transicionais de tipo anticapitalista que abram realmente o caminho para o socialismo.

Que política Fuentes propõe? *A tarefa na Venezuela é de unidade de ação e frente comum em torno às medidas progressivas e de impulso à organização e mobilização independentes do aparato estatal para implantá-las.*

Como vemos, é uma análise e uma política muito semelhantes à de Pablo para o governo do MNR na Bolívia, em 1952. Uma política destinada a exigir que Chávez “avance em direção ao socialismo” e conselhos de “aprofundar a revolução”, “depurar o exército”, etc. Como o pablismo, esta política de chamar as massas a confiar em Chávez (*se nos mobilizarmos o suficiente, Chávez vai avançar*) é o caminho seguro para uma derrota do processo revolucionário venezuelano.

É certo que, no artigo e na tese do MES, fala-se de defender a “autonomia sindical e a mobilização permanente dos trabalhadores”. Mas se o governo Chávez é “nacionalista revolucionário” e “enfrentado com a burguesia poderá tomar medidas transicionais de tipo anticapitalista”, se o eixo central é “defender suas medidas progressivas” através de uma “frente comum” com o governo, a autonomia sindical e a própria mobilização ficam subordinadas a essa política. Por isso, quando Chávez propôs a formação do PSUV, Fuentes e outras correntes pró-chavistas apoiaram com entusiasmo a entrada de um setor de dirigentes sindicais da CCURA nesse partido. Basta ler o discurso de Chávez, em março deste ano, atacando duramente a autonomia sindical para saber qual será a política do PSUV sobre este ponto.

Mas, para não restar dúvidas, vejamos a estratégia mais geral de Fuentes para toda a América Latina.

*No calor da mobilização latino-americana e da existência do processo bolivariano, na Venezuela, existe, de fato, um novo movimento nacionalista latino-americano que não tem contornos definidos e que varia de país para país. Apesar das desigualdades desse processo, é possível ir formulando as palavras de ordem centrais de um programa de urgência adaptado às diferentes situações dos distintos países. **Nós levantamos este programa e procuramos todo tipo de unidade de ação e frente única antiimperialista com todos aqueles setores que queiram marchar nesse sentido, seja por acordos mínimos ou mais ou menos parciais. A aplicação de tal programa leva à ruptura com os setores dominantes da burguesia, e pode abrir o caminho para o aprofundamento dos processos em curso em direção à revolução socialista.***

Isto é, trata-se de uma frente dos trabalhadores e das massas com um setor da burguesia, através do movimento nacionalista latino-americano, formando



um bloco, uma frente antiimperialista contra o setor dominante da burguesia e o imperialismo. Esta seria a estratégia mais geral para toda a área e a tarefa imediata para os países onde houver governos do “processo bolivariano” (Equador, Bolívia e Venezuela).

A III Internacional, a Frente Única Antiimperialista e o avanço de Trotsky a partir da revolução chinesa

Vejam os clássicos sobre este tema. Como Moreno explica no texto *A traição da OCI*, a III Internacional fez a formulação de Frente Única Antiimperialista em seu quarto congresso. A base teórica da resolução era que a revolução nos países coloniais e semicoloniais atrasados ocorreria em etapas. Daí a proposta de formar uma frente única entre o proletariado e as burguesias nacionais contra o imperialismo. Embora exigisse que o movimento operário tivesse autonomia política e organizativa nesta frente comum, não colocava a luta pela ditadura do proletariado como tarefa imediata. Portanto, não colocava como tarefa central imediata o combate intransigente contra estas burguesias nacionais. Refletia um atraso na elaboração pela não generalização das conclusões da teoria da revolução permanente e da experiência da revolução russa aos países do mundo colonial e semicolonial.

Trotsky corrigiria esta posição depois da experiência da revolução chinesa de 1927-28, na qual o PC chinês foi orientado por Stalin a disciplinar-se ao partido burguês Kuomintang de Chiang Kai Chek, com o argumento de que a burguesia nacional era “progressiva” e que era necessário uma frente única com ela (ou um setor dela) contra o imperialismo. Essa política levou à trágica derrota da revolução e aos massacres de Xangai e Cantão. O balanço do acontecimento fez Trotsky corrigir sua posição e a de Lenin de 1922, estendendo a todo o mundo colonial as teses da Revolução Permanente, que até então só havia aplicado à Rússia.

A partir daí caracterizou a burguesia chinesa como incapaz de realizar a tarefa da independência nacional e inimiga estrutural do movimento operário. Somente a mais absoluta independência de classe e a preparação de uma aliança operário-camponesa garantiriam o caminho para a ditadura do proletariado, única forma de cumprir a tarefa de independência nacional e a ruptura com o imperialismo. A classe operária não devia formar um bloco com a burguesia nacional, mas, ao contrário, romper com ela. Trotsky sintetizou isso numa frase: *A revolução chinesa em sua nova etapa triunfará com a ditadura do proletariado ou não triunfará.*

Coerente com essa formulação, Trotsky abordou em 1938, no México, a análise do governo de Lázaro Cárdenas, que havia nacionalizado o petróleo pertencente ao capital imperialista inglês. Trotsky chamou a estes governos de *bonapartistas sui generis* e aplicou as conclusões tiradas na China: *A IV Internacional reconhece todas as tarefas democráticas do estado na luta pela independência nacional, mas a seção mexicana da IV Internacional compete com a burguesia nacional pelos operários e camponeses. Estamos em eterna competição com a burguesia nacional, como a única direção capaz de assegurar a vitória no combate aos imperialistas estrangeiros.* Estava a favor de qualquer tipo de unidade de ação com estes movimentos nacionalistas burgueses,

mas sob a condição de que nossa organização não participe desses partidos e conserve sua liberdade total de ação. Por isso, em seus trabalhos da década de 1930 Trotsky não voltaria a falar da Frente Única Antiimperialista.

As verdadeiras posições de Moreno

Agora vamos ver várias citações de Moreno para mostrar que suas posições foram opostas pelo vértice às que hoje são defendidas por Pedro Fuentes. Nem sequer temos necessidade de recorrer à longa história de luta de Moreno e das organizações que dirigiu na época contra Perón, o peronismo e seu regime bonapartista. Para sintetizar, citaremos somente dois textos: *Atualização do Programa de Transição* e *A traição da OCI*.

Na *Atualização do Programa de Transição* (Tese XXIX, “As frentes antiimperialistas, democráticas, feministas, etc.”), Moreno alertava sobre o perigo de confundir a política de *frente única operária* e estendê-la à burguesia nacional sob a fórmula de frente única antiimperialista: *A grande tarefa da IV Internacional é tornar os trabalhadores independentes de qualquer relação e organização estáveis com outras classes. A maior tarefa da IV Internacional é tornar a classe operária politicamente independente. (...) O trotskismo tem que combinar sua luta permanente e sistemática para libertar a classe operária, separando-a de qualquer outra classe e organizando-a independentemente, com a promoção e intervenção em qualquer luta progressiva, ainda que não seja operária.*

Em *A traição da OCI*, embora esse texto esteja dirigido centralmente à polémica sobre a capitulação da OCI francesa ao governo frentepopulista de Mitterrand, Moreno desenvolveu uma formulação teórica mais geral sobre a teoria dos “campos progressivos” construídas por todas as correntes revisionistas e mostrou sua origem, desde o primeiro revisionismo dentro do marxismo, o de Berstein, até Stalin, Mao e o pablismo. Neste marco, teve que polemizar também com um texto de Luis Favre, nesse momento dirigente do lambertismo, no qual ele defendia a política de *frente única antiimperialista*, apegando-se aos textos da III em 1922.

Resumindo os argumentos de Lambert-Favre, teremos: nos países semicoloniais e coloniais existem dois campos, o antiimperialista, integrado pelo proletariado, pelas massas e pelo setor da burguesia chamado “nacionalista”, e o imperialista, representado pelo imperialismo e pelos setores da burguesia ligados a ele. O dever do partido do proletariado, o eixo de sua política... não é buscar a independência de classe do proletariado e, nesse marco, estudar a conveniência tática de fazer tal ou qual acordo limitado e circunstancial com algum setor da burguesia, mas fazer exatamente o contrário. O permanente, o estratégico, é o acordo com a burguesia; a “auto-organização da classe operária” (supondo, com grande dose de boa vontade, que isso seja sinônimo de independência de classe) fica em segundo plano.

As frases de Pedro Fuentes reproduzidas acima são quase literalmente iguais às de Lambert-Favre e propõem o mesmo: **estar num “campo”**, num bloco permanente com Chávez contra o imperialismo, ainda que falem ritualmente de auto-organização. Por isso, esteve **contra** a organização do PRS, disse que era sectário organizar um partido por fora do aparato chavista e não teve dúvidas de chamar o PRS e a CCURA a entrarem no PSUV, o partido do governo chavista e da ala burguesa que o sustenta.

À continuação, para sintetizar a posição de Trotsky contra Mao/Stalin para a China, Moreno explicava: *A guerra nacional de defesa contra o imperialismo de nenhuma maneira relega a luta de classes a um plano secundário. Ao contrário, o proletariado e seu partido lutam na primeira fila contra o invasor estrangeiro. Entretanto, mantém sua total **independência organizativa** e **preparam a derrota revolucionária** da direção burguesa.* Cabe recordar que se tratava de uma luta militar contra o ocupante japonês e uma dura disputa pelos territórios com o inimigo imperialista. Numa situação em que não haja uma guerra em curso, os trotskistas têm um dever ainda maior de manter sua independência organizativa e preparar a derrota revolucionária do governo burguês de turno, neste caso, o de Chávez.

Em nenhuma parte do texto de Fuentes pode-se encontrar uma definição que aponte este caminho. Não se trata apenas de que Fuentes não fala em “preparar a derrota revolucionária do governo burguês”. Nem sequer se fala de ser **oposição** de esquerda a Chávez. Novamente, então, perde sentido a necessidade de construir um partido revolucionário na Venezuela. Basta ser parte do **bloco de apoio** a Chávez.

Também a posição de Fuentes sobre a defesa das “medidas progressivas” de Chávez é a mesma que Lambert defendia para o governo Mitterrand. Vejamos o que Moreno dizia sobre este tema num texto de 1982, intitulado *O centro do revisionismo é o SU*:

A política de “apoiar as medidas anticapitalistas e rejeitar as reacionárias” é menchevismo puro, já que incute nos trabalhadores a concepção traidora de que esse governo não é contra-revolucionário, burguês e imperialista, mas um governo híbrido que em alguns momentos pode ser burguês e em outros anticapitalista.

Que, ao contrário, é nosso dever denunciar sempre os governos burgueses, e nunca apoiar uma medida deles, por mais progressista que pareça, pois tal coisa, além de servir para enganar as massas, daria ao governo armas políticas para aplicar o conjunto de sua política contra-revolucionária, da qual as “medidas progressivas” são parte indissolúvel.

Isto é, o eixo proposto por Pedro Fuentes é respondido categoricamente por Moreno, que considerava ser esta uma política traidora. O raciocínio de Moreno era que os oportunistas “só” apóiam as medidas progressivas deste tipo de governo e chamam seu aprofundamento, mas se negam a denunciá-lo. Por isso, no citado texto de Fuentes não aparece nenhuma denúncia contra Chávez, nem de seu projeto para desviar a revolução, mas sim a “aposta” de que esse governo “vá mais além”.

A reconstrução da IV só se dará com um duríssimo combate à capitulação a esse tipo de governo

A reconstrução da IV encontra um momento mais favorável pela situação objetiva da luta de classes e pela falência do stalinismo. No entanto, isto não significa um caminho fácil e aberto para sua reconstrução, o que requer, em primeiro lugar, a construção de partidos revolucionários em cada país.

Mas há uma condição vital para que isso se dê. Os partidos revolucionários só podem fazê-lo de verdade ao se postular como alternativa para dirigir a

classe operária na luta pela ditadura do proletariado, em permanente combate contra todos os governos burgueses e todas as direções burocráticas.

Por isso, a outra conseqüência da polêmica sobre a Venezuela é que retoma velhas discussões da IV e do movimento trotskista. Em 1952 a direção pablista recomendava ao POR boliviano o apoio ao governo burguês e se transformara, de fato, num “conselheiro crítico” do MNR de Paz Estenssoro. Em 1979 o SU de Mandel propôs “aconselhar” a FSLN que “avançasse ao socialismo” e, coerente com tal posição, **proibiu qualquer tentativa de construir partidos trotskistas na Nicarágua.**

A construção de um partido revolucionário, trotskista, na Venezuela hoje é uma questão decisiva. Não é casual que este ponto básico novamente **divida águas.** De um lado, estão os que afirmam que se deve apoiar o governo de Chávez. Por isso, fazem parte do partido chavista, o PSUV, crendo poder pressioná-lo para avançar ao socialismo. Do outro, estamos nós, aqueles que afirmam que se deve construir um partido operário, revolucionário e socialista no país, no marco da reconstrução da IV Internacional ■

A classe operária e a liberdade de imprensa

Este texto foi escrito por Trotsky em agosto de 1938 e trata da questão da liberdade de imprensa no México. O governo nacionalista burguês de Lázaro Cárdenas começava uma campanha contra a imprensa reacionária. Neste artigo histórico, Trotsky critica duramente a posição do dirigente sindical stalinista Lombardo Toledano que apoiou a medida do governo. Publicamos este texto de Trotsky porque sua argumentação pode nos servir para compreender melhor o que vem ocorrendo na Venezuela, com o fechamento da RCIV pelo governo Chávez, uma situação muito semelhante à que havia no México na época de Trotsky

No México está ocorrendo uma campanha contra a imprensa reacionária. O ataque foi dirigido pelos líderes da CTM (a central sindical) ou mais precisamente pelo senhor Lombardo Toledano em pessoa. O objetivo é “controlar” a imprensa reacionária, seja submetendo-a a uma censura democrática ou liquidando-a de vez. Os sindicatos foram mobilizados para a guerra. Os incuráveis democratas corrompidos por sua experiência com uma Moscou stalinizada e dirigidos por “amigos” da GPU, apoiaram essa campanha que não passa de um suicídio. De fato, não é difícil prever que inclusive se esta campanha triunfar e produzir resultados práticos que se acomodem ao gosto de Lombardo Toledano, as últimas consequências serão suportadas principalmente pela classe operária.

Tanto a experiência histórica como teórica provam que qualquer restrição à democracia na sociedade burguesa é, em última instância, invariavelmente dirigida contra o proletariado, assim como qualquer imposto que se crie recai sobre os ombros da classe operária. A democracia burguesa é útil para o proletariado apenas porque lhe abre o caminho ao desenvolvimento da luta de classes. Sendo assim, qualquer “dirigente” da classe operária que arma o governo burguês com meios especiais para controlar a opinião pública em geral e a imprensa em particular é, simplesmente, um traidor. Em última instância, o acirramento da luta de classes obrigará as burguesias de qualquer tipo a chegar a um acordo

LEON
TROTSKY

Leon Trotsky
foi um dos
máximos
dirigentes da
Revolução
Russa de 1917

entre elas mesmas; aprovarão então leis especiais, todo tipo de medidas restritivas e toda classe de censuras “democráticas” contra a classe operária. Quem ainda não compreendeu isso deve deixar as fileiras da classe operária.

“Mas há momentos”, dizem alguns “amigos” da URSS, em que “a ditadura do proletariado se vê forçada a recorrer a medidas especiais, particularmente contra a imprensa reacionária”.

“Essa alegação”, responderemos, “provém principalmente de identificar um estado operário com um estado burguês. Apesar de o México ser um país semicolonial, também é um estado burguês e de forma alguma um estado operário. No entanto, mesmo desse ponto de vista dos interesses da ditadura do proletariado, proibir os jornais burgueses ou censurá-los não é nem de longe um ‘programa’ ou um ‘princípio’ ou um ideal estabelecido. Medidas dessa natureza só podem ser um mal temporário e inevitável”.

Quando chegar ao poder, o proletariado poderá ser forçado, por algum tempo, a tomar medidas especiais contra a burguesia, se a burguesia assumir uma atitude de aberta rebelião contra o estado operário. Nesse caso, restringir a liberdade de imprensa é uma medida que caminha junto com as outras medidas empregadas durante uma guerra civil. Naturalmente, se você se vê forçado a usar artilharia e aviões contra o inimigo, não pode permitir que esse mesmo inimigo mantenha seus próprios centros de informação e propaganda dentro do campo armado do proletariado. No entanto, também nesse exemplo, se as medidas especiais se ampliam a ponto de converter-se em um padrão permanente, trariam em si mesmas o perigo de tornar-se incontroláveis e de que a burocracia operária conseguisse um monopólio político que seria uma das fontes de sua degeneração.

Temos diante de nós um exemplo vivo dessa dinâmica na detestável supressão da liberdade de expressão e imprensa que é agora regra na União Soviética. Isso não tem nada a ver com os interesses da ditadura do proletariado; pelo contrário, está destinada a proteger os interesses da nova casta governante da oposição dos operários e camponeses. Esta nova burocracia bonapartista de Moscou é agora imitada pelo senhor Lombardo Toledano e Cia., que equiparam suas carreiras pessoais com os interesses do socialismo.

As verdadeiras tarefas do estado operário residem não em colocar uma mordaza policial sobre a opinião pública, mas ao contrário, em libertá-la do jugo do capital. Isso só pode ser feito colocando os meios de produção, incluindo a produção da informação pública, nas mãos de toda a sociedade. Dado esse passo socialista fundamental, todas as correntes de opinião pública que não tenham se levantado em armas contra a ditadura do proletariado devem ter a oportunidade de expressar-se livremente. O dever do estado operário é tornar acessíveis a eles, em proporção a seu número, todos os meios técnicos que requirem, como máquinas impressoras, papel e transporte. Uma das principais causas da degeneração do aparato de estado é o monopólio da imprensa por parte da burocracia stalinista, que ameaça reduzir todas as conquistas da Revolução de Outubro à ruína total.

Se estivéssemos buscando exemplos da influência fatal da Comintern no movimento operário dos distintos países, a atual campanha de Toledano seria um dos mais singulares. Toledano e seus companheiros de doutrina tratam essencialmente de introduzir no sistema democrático-burguês meios e métodos

que, em certas condições temporárias, podem ser inevitáveis sob a ditadura do proletariado. Mais ainda, eles não estão realmente tomando esses métodos da ditadura do proletariado, mas ao contrário, de seus usurpadores bonapartistas. Em outras palavras, estão contaminando a já enferma burguesia democrática com o vírus decadente da burocracia stalinista.

A anêmica democracia do México se enfrenta com uma constante e mortal ameaça vinda de duas direções: primeiro, por parte do imperialismo e, segundo, dos agentes da reação dentro do país que controlam as publicações de maior circulação. Mas somente os cegos ou os débeis mentais poderiam pensar que como resultado da proibição da imprensa reacionária os operários e camponeses se livrarão da influência de idéias reacionárias. Na verdade, apenas a maior liberdade de expressão, de imprensa e de reunião podem criar as condições favoráveis para o avanço do movimento revolucionário da classe operária.

É essencial empreender uma luta incansável contra a imprensa reacionária. Mas os operários não podem permitir que o punho repressivo do estado burguês substitua a luta que eles travam por meio de suas próprias organizações e de sua própria imprensa. Hoje, o estado pode aparecer como bondosamente disposto em relação às organizações operárias; amanhã o governo pode cair e cairá inevitavelmente nas mãos dos elementos mais reacionários da burguesia. Nesse caso, qualquer legislação restritiva que exista será lançada contra os operários. Somente aventureiros que só pensam nas necessidades do momento seriam incapazes de levar em conta esse perigo.

O modo mais efetivo de combater a imprensa burguesa é ampliar a imprensa da classe operária. Claro que jornais vulgares e amarelos como *El Popular* são incapazes de assumir essa tarefa. Esses lixos não têm lugar dentro da imprensa operária, a imprensa revolucionária, nem mesmo em uma respeitável imprensa democrática. *El Popular* serve às ambições pessoais do senhor Lombardo Toledano, que por sua vez serve à burocracia stalinista. Seus métodos — mentiras, calúnias, campanhas de caça às bruxas e falsificações — são também os métodos de Toledano. Seu jornal não tem nem programa nem idéias. Obviamente, semelhante lixo nunca poderá tocar uma corda sensível da classe operária ou conquistar o proletariado que lê os jornais da burguesia. Assim, chegamos à conclusão inevitável de que a luta contra a imprensa burguesa começa por afastar os “líderes” degenerados das organizações da classe operária, em particular, livrando a imprensa operária da tutela de Lombardo Toledano e outros que buscam as posições burguesas. O proletariado mexicano deve ter uma imprensa honesta, que expresse suas necessidades, defenda seus interesses, amplie seu horizonte e prepare o caminho para a revolução socialista no México. Isso é o que o *Clave* se propõe fazer. Assim, começamos por declarar uma guerra implacável contra as vis pretensões bonapartistas de Toledano. E nesse esforço buscamos o apoio de todos os operários avançados, marxistas e democratas genuínos ■

(Publicado nos *Escritos*, de Leon Trotsky, Editorial Pluma, Tomo IX, vol. 2)

Argentina: efeitos do neoliberalismo no noroeste de Chubut

Este artigo é o resumo de nossa pesquisa contida no livro *Patagônia, desenvolvimento e neoliberalismo*. Tratamos de problematizar o processo de industrialização de Chubut (província da Patagônia argentina) pondo em dúvida sua relação automática com o progresso e o bem-estar. Em todo caso, em uma sociedade dividida em classes, é claro que esse progresso e esse bem-estar só existirão como tais para uma dessas classes: aquela que detém o poder.

Apesar de termos assistido, nas décadas de 1970 e 1980, a uma certa ampliação dos setores médios e operários, foram muito poucos os que realmente se beneficiaram. Forçou-se uma concentração urbana sem maior planificação, e o estado teve que ampliar suas funções, operando as finanças, alocando recursos para favorecer o desenvolvimento da atividade industrial privada, e investindo o dinheiro público para ampliar e adequar a infra-estrutura necessária para os grandes negócios empresariais.

A industrialização incorporou a mão-de-obra e a qualificou, mas, posteriormente, a expulsou, provocando altos níveis de desemprego, inclusive entre os operários qualificados. Houve um processo de conformação de uma classe operária, mas esta não chegou a constituir-se como tal antes que a ofensiva do capitalismo financeiro a derrotasse e a deslocasse de seus territórios sociais, políticos e produtivos.

Hoje podemos dizer que os efeitos da industrialização por promoção industrial foram nulos ou mínimos na região, pensando em um desenvolvimento a longo prazo. Essas políticas de desenvolvimento significaram uma distribuição massiva de subsídios, que resultaram em benefícios consideráveis para uns poucos membros da classe dominante com interesses entrelaçados àqueles quadros da burguesia que ocupavam os postos políticos no estado nacional ou na província.

A desindustrialização de Trelew, por exemplo, prova a falácia da suposição que o processo industrial continuaria pela iniciativa privada, uma vez iniciado pelo estado. É oportuno destacar que este não é um fenômeno local, regional ou provincial, mas que, pelo contrário, pode ser extensivo a toda a América Latina.

SUSANA LÓPEZ,
MÓNICA GATICA Y GONZALO PÉREZ ALVAREZ
Professores e pesquisadores da Universidade Nacional da Patagônia, sede Trelew, Argentina

Tradução:
Raymundo Alves



É significativo que o maior número de leis de desenvolvimento industrial foi aprovado por ditaduras militares, sem contar com a participação social, ainda que se possa presumir a pressão de grupos próximos ao poder. Muitos desses projetos, em especial os realizados para a Patagônia, tinham forte relação com o esquema da doutrina de segurança nacional, colocando a necessidade do povoamento de regiões consideradas “estratégicas” (pelos recursos naturais ou por sua proximidade com países vizinhos, supostos inimigos potenciais) e especialmente pela necessidade de descentralizar a classe operária para minar sua capacidade organizativa e sua disposição de combate (recordar, por exemplo, que o parque industrial de Trelew foi inaugurado em 1970 durante a ditadura de Onganía e apenas um ano depois das grandes insurreições do proletariado industrial em Córdoba e Rosário).

Isto se observa nas declarações de funcionários, empresários e sindicalistas, das quais citaremos apenas duas, a do Dr. Juan Moraveck (Secretário da União Industrial da Patagônia):

“A causa fundamental do subdesenvolvimento da Patagônia (...) que é, por sua vez, causa e efeito, é a ausência do homem. Levar a população à Patagônia é, pois, a base” (*Jornada*, 15-11-1969:2); e a de Guillermo Pérez Pittón, governador de Chubut em 1969, em um discurso sobre a aprovação da lei a que nos referimos:

“(...) é o ponto de partida da industrialização definitiva de nossa província. (...) Sirva também para reafirmarmos com absoluta convicção de que esta parte da Pátria já deixou de ser a terra das promessas para ser teatro de grandes realizações nacionais.”

A estimativa oficial dos investimentos privados foi de 14 bilhões de pesos, que implicaria na criação de fontes de trabalho para 3.600 famílias. O estado paralelamente havia posto em marcha um plano de investimentos que significou:

- 16 bilhões de pesos para construção de estradas pavimentadas;
- 800 milhões de pesos em redes de telecomunicações;
- 23 bilhões de pesos em energia elétrica;
- 5 bilhões de pesos em moradia;
- 2,5 bilhões de pesos em obras para a provisão de água.

Deve-se, a isto, somar as tarifas preferenciais para a provisão de serviços, e vantagens para a concessão de crédito (*Jornada*, 22-11-1969; capa e 4).

A finalidade, supostamente perseguida, das primeiras leis de exceção impositiva era propor o desenvolvimento econômico, social e cultural da Patagônia. Entre as observações que nos cabe realizar, destacamos a facilidade com que se violaram os controles aduaneiros, o que possibilitou a comercialização em todo o país de produtos estrangeiros sob o rótulo de produto nacional. Produziu-se um fluxo de bens contrabandeados da Patagônia para as grandes cidades da Argentina.

Esta é a origem do fluxo de investimentos que derivou na instalação de um dos núcleos de têxteis sintéticos mais importantes do país em nossa região, concretamente em Trelew, a cidade mais próxima ao paralelo 42°. Isto põe claramente em evidência a resposta do setor privado, que buscou estabelecer-se na área com incentivos o mais perto possível de Buenos Aires.

A Patagônia recebeu apenas na região nordeste-atlântica de Chubut os efeitos desta industrialização, enquanto mais de um milhão de quilômetros quadrados de superfície continuou dependendo das atividades tradicionais baseadas na produção e extração de matérias primas quase sem valor agregado (lã, petróleo, pesca, etc.).

De acordo com as estimativas do Banco Nacional de Desenvolvimento (Banco Nacional Desenvolvimento, 1983), entre 1955 e 1960, instalaram-se em Chubut 34 plantas têxteis, sendo empreendimentos de tamanho reduzido (em 1960 empregavam apenas 2.200 pessoas), existindo sérias dúvidas a respeito da efetiva realização da atividade industrial.

Entre 1956 e 1972 sucederam-se vinte e duas leis ou decretos para a região, a uma média de um a cada oito meses. Este ordenamento, se assim podemos chamá-lo, permitia grandes negócios aos empresários vinculados ao poder que podiam utilizar as lacunas, superposições e demais armadilhas legais facilitadas por este acúmulo de leis e revogações. Ainda que se tratasse de um setor de escassa dimensão, estabeleceu-se uma virulenta polêmica com outros setores industriais. A UIA (União Industrial Argentina) respondeu pronunciando-se contra os privilégios outorgados a certas indústrias que se estabeleciam na região. Insistiu em que tinham se instalado 62 estabelecimentos, com 3.000 pessoas ocupadas ao sul do paralelo 42°, mas comprometendo a economia de todo o país.

Como já dissemos, o pólo de desenvolvimento foi então pensado como um núcleo econômico em que se concentrariam os investimentos que fariam a modernização (capital, tecnologia, novas relações sociais); e que gerariam círculos concêntricos de desenvolvimento, que terminariam afetando toda a região.

No entanto, não foram previstos todos os efeitos. A indústria têxtil sintética não utilizou insumos locais, razão pela qual não dinamizou a economia local como se esperava, e seu principal efeito foi a proletarização da mão-de-obra essencialmente imigrante.

Tomando como exemplo Trelew, podemos assinalar que sua população foi diretamente afetada pela chegada de imigrantes do interior da província, e de outras regiões nas décadas de 1970 e 1980. No duplo processo migratório, os técnicos e profissionais que se assentaram na localidade dinamizaram a vida cultural e social, enquanto que os operários foram assentados marginalmente nas proximidades do Parque Industrial, longe do centro e da zona residencial.

No âmbito rural ocorrerá um crescimento demográfico e uma severa restrição em termos absolutos e relativos ao uso da terra. As sucessivas subdivisões e a falta de capital para investir e conseguir um uso mais intenso deste fator expulsaram a população do campo chubutense. Uma grande maioria migrou diretamente até as maiores concentrações urbanas, já que os povoados do centro e da província não ofereciam possibilidades de trabalho. Esse processo tem sido contínuo desde fins do século passado, funcionando como pólos de atração de modo alternado Comodoro Rivadavia, com a exploração do petróleo, o Parque Industrial de Trelew, a industrialização do alumínio em Porto Mardyn, e a indústria pesqueira em Rawson.

A constituição do pólo industrial na cidade de Trelew atraiu também migrantes da área metropolitana e de outras províncias argentinas. O pessoal técnico, profissional, e de maior qualificação ampliou os setores médios desta localidade.

Podemos afirmar que as principais características do bloco têxtil em Chubut para o período 1973-1986 podem resumir-se do seguinte modo:

- um número reduzido das atividades industriais que integraram o bloco têxtil;
- elevada concentração da produção em alguns ramos do bloco;
- predomínio de grandes estabelecimentos;
- participação significativa da produção provincial no mercado nacional.

Houve uma alta produção do subsetor de fios, tecidos planos e finalização de têxteis. O setor de confecção foi menor, representando para o ano de 1973 apenas 1,8% do valor de produção da indústria têxtil, recebendo ao longo da década de 1970 e primeiros anos da década de 1980, maior preponderância. Em 1984 representou 6,5% da produção provincial.

O predomínio dos elos intermediários, com uma grande dependência dos fornecedores da área metropolitana para o abastecimento de matérias primas, limitou suas implicações na zona. Da mesma forma a produção local de bens intermediários completava-se fora da província.

Definitivamente, o regime descrito teve escassos efeitos para um desenvolvimento integrado localmente. Deslocaram-se empresas, mas não se consolidou uma integração produtiva. Funcionou como um enclave industrial não integrado, sem efeitos dinâmicos a médio prazo.

A destruição do que nunca foi construído

Com a crise de 1973, o mundo capitalista caiu em uma profunda recessão, combinando pela primeira vez as baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação. Neste momento começa a nível internacional a ofensiva do capital financeiro mais concentrado, na esteira do ideário neoliberal. Hayek e seus discípulos afirmavam que as raízes da crise estavam no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira geral, do movimento operário. Isto minava as bases de acumulação privada com suas reivindicações sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais. Grande capacidade da burguesia de, finalmente, compreender os processos da luta de classes; tomara que um dia possamos articular respostas tão claras, mas a favor de todo o povo, e não de uma minoria exploradora.

Este programa ganhou terreno na mente de muitos políticos e economistas dos países centrais ao produzir-se a crise do petróleo, produto, por sua vez, de uma crise de mais longo prazo que se expressava na permanente tendência à queda nas taxas de lucro.

Essas medidas eram claramente apresentadas como meios para o reaquecimento do capitalismo, para restaurar as taxas de crescimento estáveis. Mas o que se realizava era uma gigantesca transferência de recursos dos setores mais pobres aos mais ricos, e dos países dominados aos imperialistas.

A mostra mais clara da mentira do neoliberalismo foi que o peso do Estado de bem-estar dos países dominantes não diminuiu muito, os gastos sociais aumentaram com o desemprego, paralelamente ao aumento demográfico dos aposentados. Assim, ficava claro que esta doutrina econômica só foi uma justificação ideológica pretensamente científica para legitimar a espoliação das classes populares e dos países mais pobres.

De qualquer forma, e com cada vez mais força, o neoliberalismo transformou-se em um movimento ideológico a escala mundial. Economicamente não se pode dizer que fracassou. Não conseguiu nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado, mas conseguiu sim o que realmente buscava: criar sociedades cada vez mais desiguais com uma concentração da riqueza cada vez maior nas mãos dos que financiaram, criaram e difundiram essa doutrina.

Nos grupos de poder elaborou-se como síntese deste processo de afirmação do domínio mundial dos países imperialistas o termo *globalização*. Para nós, não é mais que a instância de maior desenvolvimento da sociedade capitalista cuja lógica sempre foi conquistar novos mercados, e expandir-se em escala planetária.

Não estamos frente a uma instância distinta ou superadora do sistema, mas frente a um novo aprofundamento do domínio capitalista em sua etapa de desenvolvimento imperial.

O historiador Alberto Pla é muito claro a respeito deste tema: “(...) o que mudou no mundo não foi o sistema (confronto capital/trabalho), mas as formas, as modalidades desse enfrentamento” (Pla, 1997: 11). Na realidade, o conceito de capital é em si mesmo uma globalidade, e por tanto o sistema capitalista foi globalizado desde o seu nascimento, sempre buscou a expansão do capital em escala planetária.

O problema com a palavra *globalização* é que na atualidade outorga-se a ela um conteúdo conceitual, de categoria analítico-científica, quando realmente é só uma característica do capital — e muito antiga, por certo.

Tampouco concordamos com o conceito de “ajuste neoliberal”. Em relação a isso, fazemos nossas as seguintes palavras de Atílio Borón:

“Quando se fala de *ajuste* pensamos em políticas de curto prazo, concebidas para corrigir desequilíbrios momentâneos nas contas fiscais ou em algumas variáveis macroeconômicas. Quando essas políticas duram mais de dez anos perdem este caráter e convertem-se em projetos – às vezes incoerentes, mas sempre fortemente coercitivos – inaugurais de um novo tipo de sociedade. Isto é precisamente o que tem ocorrido na América Latina: capitalismo neoliberal, políticas conservadoras, sociedades fragmentadas, marginalização das massas, ruptura do tecido social e desagregação dos mecanismos de integração, capitulação da soberania nacional, degradação da política, etc. Tudo isto é algo que vai muito além de um mero *ajuste*. E o mais lamentável é que na experiência de nosso continente, o trânsito da ditadura à democracia realizou-se mantendo no essencial as mesmas políticas econômicas que os regimes ditatoriais implantaram a sangue e fogo.” (Borón, 1997: 84).

Falar de ajuste então é pensar que essa fase do capitalismo tem momentos de ofensiva e que a tarefa é frear esses momentos, ao invés de ter claro que se trata de uma gigantesca ofensiva de longo prazo da burguesia mais concentrada, donde se deduz que a tarefa não pode se reduzir a resistir a embates, mas que se deve derrotar essa ofensiva geral, articulando uma força social popular que construa outro modelo de sociedade alternativo ao capitalismo.

Algumas dessas teses de justificação do modelo neoliberal são sustentadas hoje por supostos intelectuais e militantes de esquerda, tais como Toni Negri e toda a corrente situacionista, que propõe que toda a luta deve enquadrar-se no que esta nova “situação” permite como possibilidades. Está claro que o que não



se permite, e que estes supostos lutadores sociais aceitam convencidos, é que o sistema possa mudar, que há opções à luta pelo poder. Para eles, em suma, pode-se desenvolver pequenas experiências marginais de autonomia e autogestão que colocariam a longo prazo uma opção de contra-poder.

Consideramos então que em nosso país impõe-se desde 1975 e do golpe militar de 1976 um modelo socioeconômico altamente regressivo e concentrador das riquezas baseado na doutrina do neoliberalismo que hoje já demonstrou quase todas as suas funestas características. Desde 1976, a Argentina está sob um mesmo governo, que é o dos grandes capitais transnacionais, e cujo único objetivo é assegurar que esses setores cada vez acumulem mais riquezas a custo da miséria de todo o povo. Dentro desse projeto, os militares encarregaram-se durante a ditadura de impô-lo no plano diretamente físico e militar, eliminando quase toda uma geração de quadros políticos populares que se opunham a essa política e que lutavam pela construção de uma sociedade diferente. Com isso assentaram as bases indispensáveis para que os governos civis seguintes, pseudodemocráticos (já que a grande maioria está excluída das decisões políticas) em mãos dos partidos políticos dominantes, seguiram impondo este modelo, aprofundado basicamente no plano político por Alfonsín e no econômico por Menem.

A partir de 1986-87 as políticas de promoção industrial foram cada vez mais questionadas pelos círculos do poder econômico. Foi nestes anos quando se interrompeu o incentivo a novos empreendimentos. Essa mudança de política induziu o fim dos investimentos nas plantas existentes e a reprogramação de sua produção. A posterior desregulamentação das tarifas de serviços, que afetou suas estruturas de custos, e a abertura que de fato subsidiou a importação de pontas de produção (N.T. pontas de estoque) e saldos de estação dos países asiáticos a preços de dumping, levaram ao fechamento progressivo das plantas; à perda de mais de 50% dos postos de trabalho na década de 1986-95; e a uma redução drástica dos requerimentos do setor industrial têxtil às atividades satélites e áreas de serviços vinculados, tanto que a diminuição da capacidade aquisitiva global afetou por sua vez o comércio.

Com o novo esquema econômico e as reformas institucionais, a economia de Chubut não pôde resolver as dificuldades ocasionadas pela manutenção de um tipo de câmbio que tornou não competitivos os custos frente aos preços do mercado internacional; o estado nacional deixou de subsidiar as atividades, e o ajuste fiscal dos gastos públicos provincial reduziu o gasto social. Produziu-se um explosivo crescimento do desemprego e do subemprego, flexibilizando-se, isto é, precarizando-se as relações trabalhistas, e piorando as condições de vida em geral.

Diante dessa conjuntura, as fábricas foram, pouco a pouco, fechando suas portas. Segundo um informe elaborado no final de 1996, fecharam-se 36 das 63 fábricas têxteis instaladas em Chubut, e o pessoal ocupado havia caído dos quase 8.000 originários a apenas 2.644. A situação mais penosa deu-se em Trelew, onde das 46 plantas instaladas em seu parque industrial desde 1970, fecharam-se 25, reduzindo-se o pessoal ocupado de 5.400 para 1.764.

Das fábricas que continuaram funcionando, algumas atravessavam dificuldades financeiras ou de mercado que comprometiam seriamente sua viabilidade, tanto que outras geraram processos de reconversão (como mudar de fibra,

passado ao algodão), com redução de pessoal, e puderam competir e sobreviver em um mercado (interno e externo) distorcido pelo dumping da produção asiática.

A situação descrita agravou-se nos anos seguintes, sendo várias as empresas que quebraram, fecharam, ou levantaram suas instalações e maquinarias para realizá-las em plantas próximas à Grande Buenos Aires (Pilar), ou nas províncias beneficiadas pelo Acordo de Reparação Histórica, onde contam com desonerações impositivas, créditos e outras vantagens.

Em tal contexto, a capacidade de negociação da parte trabalhista reduziu-se a zero, assim como o poder de seus sindicatos. A luta terminou centrando-se exclusivamente em reclamar e defender os postos de trabalho, sem nenhuma possibilidade de discutir salários, condições de trabalho, turnos, horários, contribuições, isto é, aplicando e aceitando a flexibilização.

Em alguns casos houve conflitos trabalhistas, mas a maioria dos trabalhadores abandonados na rua aceitou a situação com certa passividade, não pensando que esse novo estado de desemprego seria em muitos casos impossível de modificar. Muitíssimos trabalhadores industriais foram deixados na rua, caindo lentamente em uma miséria cada vez maior, e prostrados no desespero por conseguir o tão ansiado trabalho. Há anos nos bairros pobres de Chubut assiste-se a um permanente aumento dos níveis de pobreza e a uma grande queda do nível de vida. Com isso também cresceu a violência, a delinquência, as drogas e demais problemas próprios de uma sociedade que não encontra saídas para satisfazer nem sequer suas necessidades mais básicas e imediatas.

Estima-se que hoje em Trelew tenhamos mais de duas mil crianças com problemas graves de desnutrição (vários deles revelados por organizações de desempregados em B. Inta, Tiro Federal e Primeira Junta); o fechamento de postos de trabalho continua e, entretanto, os governos não só não pensam em mudar suas políticas, como as aprofundam, e pretendem perpetuá-las.

A precarização do trabalho acontece em um parque industrial em agonia, onde só restam umas poucas fábricas, e no qual o projeto oficial de conformar um Pólo Têxtil, processando a fibra natural própria da região, tem sido até agora vitorioso em instalar os processos de lavagem e alisamento – tops – (é o principal pólo do país nestes processos); mas que gera muito poucos postos de trabalho, e torna-se sumamente dificultoso localizar e desenvolver as etapas posteriores, agregadoras de valor, e com mais tecnologia, projeto e mão-de-obra.

Como conseqüência dessa situação — e da mesma forma que em todo o país — surgiram em nossa zona diversas organizações sociais que realizam uma importante tarefa de resistência aos projetos do poder e de reconstrução da organização da classe operária, em princípio daqueles setores da classe que foram deslocados da atividade produtiva, que hoje são considerados “população excedente” para esta fase do capitalismo.

Os movimentos de desempregados da Argentina que se formaram na dinâmica das lutas contra o neoliberalismo foram se constituindo na vanguarda mais combativa da classe operária, o setor que com mais força e decisão opõe-se aos desígnios do poder econômico, enfrentado a repressão e começando a construir desde suas bases as sementes de uma sociedade mais justa.

É interessante discutir sinteticamente a identidade de classe dos denominados desempregados. De acordo com uma definição clássica, própria dos tempos em



que o capitalismo assegurava o quase pleno emprego da classe operária, os homens e mulheres que não trabalhavam durante longos períodos de tempo e que por essa razão viviam de recursos não provenientes diretamente de seu trabalho cotidiano (assistência pública, esmola, roubos, trapaçás, etc.) eram considerados como uma subclasse, aqueles aos quais Marx chamou *lumpen proletariado*. Esses indivíduos não eram parte da classe operária, e desempenhavam em quase todos os conflitos sociais um papel reacionário, já que não queriam aniquilar um sistema de cujas migalhas eles se alimentavam, ao contrário do verdadeiro trabalhador, que alimenta com seu trabalho diário o sistema que o devora.

Acreditamos que essa definição já não é válida para esta fase do capitalismo, ou pelo menos não pode ser aplicada mecanicamente. Esse setor da população não é que não quer trabalhar, pelo contrário, foi expulso do mercado de trabalho pelas políticas impulsionadas pela classe dominante. Tais políticas os arruinam e os empurram a uma exploração ainda maior que a tradicional extração de mais-valia, já que além da miséria e da dor que devem suportar, são usados cruelmente para baixar os custos trabalhistas dos operários empregados. Dessa maneira divide-se a classe operária, tornando muito difícil a concretização de um projeto comum entre esses dois setores, que compartilham seus interesses econômicos na estratégia, mas que se vêem confrontados pelo capitalismo no terreno da tática.

Sintetizando, acreditamos que os atuais *desempregados* diferenciam-se do *lumpen proletariado* porque são indivíduos que não escolheram não trabalhar, mas que se vêem privados de fazê-lo por um sistema que os utiliza para seguir acumulando, e garantir a reprodução de sua dominação. É por isso que consideramos este coletivo social como parte da classe trabalhadora, cujos interesses de classe são antagônicos aos expressados por quem encarna e garante a subsistência do regime capitalista. Essa visão teórica se expressa claramente no nome que espontaneamente dão às suas organizações: *trabalhadores desempregados*, mostrando claramente que se sentem parte da mesma classe trabalhadora que é explorada.

É claro então, que desde 1950 a economia da região tomou as características centrais de um capitalismo de estado em enclaves. É nesta estrutura econômica social onde, na década de 90, produziram-se as maiores modificações a partir da mudança fundamental no país que é o desenvolvimento e consolidação da hegemonia do capital financeiro e seu programa de governo neoliberal.

O estado, mantendo seu papel de defensor dos interesses da classe dominante, deixa de personificar o elemento capitalista fundamental e abandona seu papel de impulsionador da economia. O Estado, no entanto, não deixa de ser o principal planejador da configuração econômica e social, mas que agora planeja para outro grupo hegemônico a nível nacional e mundial: a oligarquia financeira transnacional. Isto se mostra na finalização das políticas de promoção industrial e a privatização daquelas empresas onde funcionava como capitalista direto.

A estrutura econômica passa a estar diretamente nas mãos do capital financeiro transnacional que controla os setores de grande capital (extração e depredação de recursos naturais como petróleo, pesca, etc.). Os setores gerados pelo papel do estado como impulsionador (pólos de desenvolvimento) são abandonados já que não resultam rentáveis para as empresas privadas.

Desenvolve-se uma estrutura improdutiva, parasitária e depredadora para a qual grande parte da população passa a ser “excedente”, e que se baseia no saque de recursos naturais e aparentes problemas “naturais” como a desertificação da planície ou a quase extinção de algumas espécies fundamentais para a pesca, conseqüências diretas deste sistema econômico-social.

Ocorre assim um aumento da população que não participa diretamente do trabalho, uma grande porcentagem de indivíduos em condições de produzir valor que não participam em atividades produtivas (considerando o emprego estatal como não produtivo naqueles setores que não produzem mais-valia, que são os que basicamente ficam nas mãos do estado após as reformas neoliberais) e uma forte centralização econômica dos recursos, que pauperizam a classe dominada e estreita a classe dominante.

Neste marco ocorrem inúmeros protestos, greves, ocupações, bloqueios de estradas, que expressam os diversos setores da classe operária na luta por suas condições de vida. Destaca-se o peso das greves que conseguem incorporar as demandas de outros setores. As greves concentram-se nos momentos de maior mobilização e tendem a cair em número e duração à medida que se aproximam as eleições.

Os sindicatos mostram-se assim, contradizendo o discurso acerca da “novidade” dos protestos sociais atuais, como articuladores de vários dos conflitos. Embora seus dirigentes sejam fortemente questionados (o exemplo mais patente são os docentes que se organizam por fora do sindicato, mas que continuam precisando dele para chamar a greve) a organização sindical parece continuar sendo o fator fundamental dos setores assalariados, até daqueles que, estando desempregados, expressam-se massivamente nas mobilizações convocadas por essas organizações.

Os fatos mostram que a grande maioria dos protestos prenuncia as duas formas históricas de expressão da classe operária argentina: a marcha ou o ato (demonstram a força de um setor ante uma determinada situação ou medida que afeta seus interesses) e a greve. A terceira forma de protesto mais usada é o bloqueio de estradas que, para nós, expressa a forma em que os setores da classe operária deslocados da produção tentam defender seus interesses afetando uma das instâncias de realização do capital que é a circulação de mercadorias (tanto dos produtos acabados, como da matéria-prima para ser processada ou da força de trabalho). As formas sistemáticas de luta deixam clara a centralidade da classe operária (empregados e desempregados) no movimento que se desenvolve na nossa sociedade. As ocupações dos centros de produção, lugares de trabalho ou edifícios públicos é também uma forma de luta da classe operária e outra maneira de afetar o processo de reprodução de capital.

Ao final de 2001, como em todo o país, produziram-se em Chubut diversos conflitos sociais que fazem parte da profunda crise econômica e política do sistema dominante. Se bem que não se conseguiu uma mudança de modelo e menos ainda de sistema, assistimos a uma etapa aberta de questionamento popular às ferramentas de dominação que a burguesia havia imposto na Argentina desde 1976, e ao modelo de pauperização social que geraram. Pela natureza do capitalismo que demanda níveis cada vez maiores de acumulação e centralização, as políticas seguidas para resolver a crise implicaram em mais arrocho.



Destacou-se a expropriação direta de recursos de imensos setores da pequena burguesia e a ruptura pura e simples de quase todos os contratos que a legalidade econômica burguesa supõe, realizados nos sucessivos governos radiciais-justicialistas-frepasistas. Poucos exemplos deste tipo, que mostram claramente a natureza do sistema, foram vistos na história do capitalismo mundial, sempre tão preocupado em preservar os seus segredos.

A greve é a forma de luta dos explorados, própria do modo de produção capitalista, o instrumento principal que utilizam os trabalhadores na tentativa de conquistar suas reivindicações frente ao sistema. Apenas em uma das greves produziu-se uma incipiente articulação com a outra forma de luta que adquire transcendência nos últimos anos: o bloqueio de estradas. Foi quando os professores auto-organizados acompanharam o bloqueio de estradas dos desempregados em março de 2002. Este fato mostra um dos momentos de maior unidade e menor isolamento dos setores mobilizados. Isto se traduziu logo na massiva mobilização a Rawson e a entrada pela força no parlamento em abril de 2002, sob a qual se desencadeou a crise política que poderia haver terminado na queda do governador.

Desde então, as greves começaram a diminuir, paralelamente à queda dos protestos em geral. Apenas os docentes fizeram fortes greves nos meses seguintes. Esse processo de luta dos professores (suas formas de protesto, as discussões em jogo, o questionamento permanente a seu sindicato apesar da ação em comum, etc.) é talvez o de maior repercussão social e política na província e deve ser objeto de uma profunda investigação.

Essas greves expressam em todo momento o nível de consciência que podem representar as organizações sindicais em nosso país: o do interesse do assalariado que busca um melhor preço de venda de sua mercadoria: a força de trabalho, mas não os interesses globais, como grupo social, como expropriados de suas condições materiais de existência.

No bloqueio de estrada a primeira coisa que se destaca é a participação, não apenas do movimento dos desempregados, mas também de outros setores que utilizam essa forma de tornar visíveis suas reivindicações. Dos 23 protestos ocorridos, 7 (58%) foram realizados por desempregados organizados como tais, 3 (25%) por trabalhadores privados e 2 (16,6%) pela categoria de “pobres, sem tetos e sem terras” (integrantes dos bairros mais pobres, que reivindicam moradia, serviços, etc., reivindicações que não são tomadas pelos outros tipos de organizações). Vemos então que mais de 80% dos bloqueios de estrada foram realizados por personificações de categorias econômicas como trabalhadores, sejam empregados ou não. Os bloqueios mostram-se assim como uma forma de luta própria da classe operária, tanto dos setores desempregados, que não tem outras formas de afetar o processo de produção do capital, como de trabalhadores empregados que foram suspensos, despedidos ou os que têm dívidas a receber e tentam tornar públicas suas reivindicações.

Como já dissemos, os bloqueios hoje não são iguais aos realizados na mesma zona em 1997. Nesse momento tinham um alto grau de espontaneidade, sem organização clara, nem uma estrutura que transcendia o fato em si mesmo e que sistematizasse a ação. Os bloqueios nos últimos anos expressam a organização destes setores sejam desempregados ou empregados,

mostram a capacidade dos operários expulsos da produção de desenvolver ações por si mesmos, sistematizá-las e avançar no processo de acumulação de experiências e de força social para todo o seu grupo.

Na escala de luta da classe operária, o bloqueio de estradas é uma expressão superior de consciência relativamente a duas formas que se deram em nosso país durante os últimos anos. A revolta, que se apresenta especialmente nos saques de 1989-90 e é a forma mais inconsciente de rebelião dos oprimidos, está abaixo na escala de luta da classe operária. Nela não se expressa o protesto, mas uma desesperada busca da satisfação dos interesses imediatos, de assegurar a sobrevivência individual e familiar. Prevalece o elemento espontâneo, há dispersão e não se organizam as ações, sendo que a maioria dos choques é entre particulares e não com a força do estado.

O motim tem como principal exemplo na Argentina moderna o “Santiagazo” de 1993. Está no umbral da escala de lutas da classe operária, com elementos que se podem qualificar de espontâneos, mas onde já se vêem elementos embrionários do surgimento de uma consciência de grupo. Predomina o enfrentamento com a força do estado, há organização das ações e focaliza-se o ataque nas instituições do estado e o governo. Com isso os trabalhadores conseguem diminuir a velocidade e a profundidade das transformações que a oligarquia financeira vinha impondo nos últimos anos. É um ponto de inflexão nas lutas sociais, a partir do qual se desenvolvem formas superiores em termos de consciência.

Esse tipo de medida está abaixo de qualquer forma de luta sistemática e organização quanto ao nível de consciência que expressam. Por isso dizemos que os bloqueios de estrada mostram um avanço no caminho da conformação de uma força social que possa ser expressão da oposição popular a este sistema. A diferença em nossa região entre o bloqueio de março de 2002, ou ainda a derrota de junho de 2002, relativamente aos bloqueios de 1997, mostra que se produziu uma acumulação de experiências de luta que leva a um avanço na consciência de seus próprios interesses para alguns setores participantes do protesto.

A consciência que se expressa nos protestos não consegue, apesar dos esforços que se pode observar em alguns dirigentes (em especial em algumas das organizações de trabalhadores desempregados), superar essa barreira da consciência como grupo corporativo. Em casos extremos, em alguns protestos há elementos de expressão comum como grupo social, mas que não se estendem no tempo nem se mantêm como organização. O momento da consciência política (da consciência de poder realizar os interesses da classe operária como os interesses do conjunto da sociedade) não se realiza, apesar de que se pode observar avanços nesta direção. Não há ainda consciência de que só mudando esta sociedade é possível que a vida e a felicidade sejam um bem comum para todos. Os questionamentos centrais são a funcionários específicos e não tanto às formas institucionais do Estado, à política da classe dominante ou à permanência do sistema.

Vemos assim que em Chubut reproduz-se o mesmo que gera o neoliberalismo na América Latina e mundial: um despojo cada vez maior dos setores populares, uma exacerbação da miséria, a enfermidade e a dor das maiorias, e uma tremenda concentração da riqueza em poucas mãos. Mas, paralelamente a isso, também vão surgindo as velhas vozes da classe operária, da organização, da



resistência contra os projetos do poder, que vão abrindo o caminho a uma sociedade justa, até a construção de um sistema alternativo ao capitalismo que há mais de um século e meio tem um nome claro que é um guia e um lema, um nome que vibra em cada luta, o socialismo ■

Bibliografía Básica

Borón, Atilio, 1997, “La sociedad civil después del diluvio neoliberal” em Sader, E. e outros. *La trama del neoliberalismo. Mercado, crisis y exclusión social*. Oficina de Publicações do CBC. UBA.

Gramsci, Antonio, 1986, *Cuadernos de la cárcel: Notas sobre Maquiavelo, sobre la política y sobre el estado moderno*. Juan Pablo Editor, México.

Iñigo Carrera, Cotarelo e Podestá, 1999, “Las estructuras económico sociales concretas que constituyen la formación económica de la Argentina” em *PIMSA*, Buenos Aires.

Iñigo Carrera, Nicolás e Cotarelo, María Celia, 2000, “La protesta social en los 90. Aproximación a una periodización” em *Herramienta*, N°12, Buenos Aires.

López, Susana, 2003, *Representaciones de la Patagonia. Colonos Científicos y Políticos (1870-1914)*, La Plata, Ediciones Al Margen.

Lopez, Susana, Gatica, Mónica, Monedero, María Laura, Perez Alvarez, Gonzalo (2005) “Patagonia desarrollo y neoliberalismo”, *Imago Mundi*, Buenos Aires.

Perez Alvarez, Gonzalo (2005), “Cambios en la estructura económica social y luchas en Trelew”. Março de 2002-Dezembro de 2003. Tese de Licenciatura, UNP, Sede Trelew.

Pla, Alberto, 1997, “La inestabilidad incurable del sistema: de la crisis al ajuste y del ajuste a la crisis”, série *Papeles de Trabajo* N°2, CEHO, UNR.

Podestá, Jorge, 1999, “La “crisis” de desocupación en la Argentina (1993/1998)” em *PIMSA*, Buenos Aires.

Schvarzer, Jorge, 1986, “Promoción industrial en Argentina. Características, evolución y resultados.” *Documentos del CISEA*, Buenos Aires.

Sobre o livro “A origem da família, da propriedade privada e do Estado”, de Friedrich Engels

Friedrich Engels (1820-1895) nasceu em Barmen, Alemanha, filho de um bem sucedido industrial. Enviado pelo pai para aprender a gerenciar sua fábrica de algodão em Manchester, Inglaterra, o jovem Engels dedicou-se a investigar a situação dos operários e publicou, aos vinte e três anos, *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, um dos primeiros estudos sobre as condições de exploração do proletariado. Após conhecer Karl Marx (1818-1883), une-se a ele numa fecunda amizade e parceria política e intelectual que perduraria até a morte de Marx. Um ano depois, Engels, a partir de algumas notas esparsas do seu recém-falecido amigo sobre um livro do norte-americano Lewis Henry Morgan, desenvolveu a mais ambiciosa aplicação do materialismo histórico para a tentativa de compreensão do desenvolvimento das formas da família, da propriedade e do Estado desde a pré-história e, até mesmo, para esboçar as formas previstas de uma futura sociedade socialista.

Escrito em dois meses e publicado em alemão, em outubro de 1884, em Zurique, na Suíça, *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* é uma das mais importantes reflexões teóricas do marxismo. Ela se destaca como um diálogo fecundo do materialismo histórico com a antropologia, especialmente com a investigação de Morgan. Esse campo do conhecimento estava em constituição ainda embrionária no século XIX, tanto no seu aspecto teórico mais geral como no sentido de uma etnografia extensa dos povos da terra. O pouco que se conhecia na época vinha especialmente dos estudos realizados nos Estados Unidos entre as populações indígenas, especialmente os iroqueses, que eram da região nordeste do continente, próximo do que é hoje Nova York.

HENRIQUE
SOARES
CARNEIRO

Henrique Soares
Carneiro é
professor de
História da USP

Lewis Morgan, que viveu muitos anos entre essas comunidades e publicou importantes livros,¹ foi o principal inspirador de Engels na sua análise das formas históricas da “família” na humanidade.

As fases históricas da humanidade

A periodização dos estágios de evolução das sociedades humanas em três fases: selvageria, barbárie e civilização, conforme a capacidade produtiva das “invenções e descobertas” e a localização histórica das formas correspondentes de agrupamento familiar humano e dos momentos de surgimento da propriedade privada e do Estado é uma das grandes contribuições de Morgan.

Para Engels, a obra de Morgan era tão importante como a de Darwin, pois ambas teriam desenvolvido uma visão análoga à do “materialismo histórico” dele e de Marx. Tal enfoque teórico analisa cada período histórico da humanidade como um processo de produção e reprodução da vida imediata, para a qual o desenvolvimento da capacidade do trabalho humano em interagir e transformar a natureza reflete-se nas técnicas de produção. Assim, é o trabalho humano que constitui a humanidade, não só do ponto de vista cultural, mas até mesmo anatomicamente, daí a famosa frase de Engels de que “a mão humana é não apenas o órgão do trabalho mas também o produto do trabalho”. A mão, com a apreensibilidade do polegar que permite a manipulação de instrumentos; o cérebro, com áreas estimuladas pela necessidade de desenvolver habilidades, como a linguagem, e a traquéia capaz de emitir sons variados, são órgãos históricos, produtos do desenvolvimento coletivo da sociabilidade humana.

As fases de Morgan, denominadas, contudo, com uma terminologia questionável e típica da era vitoriana (“selvageria”, “barbárie” e “civilização”), representam os estágios respectivos das formações sociais dos caçadores coletores, seguidos pelos agricultores e domesticadores de animais e, finalmente, pelos povos urbanos e de artesanato desenvolvido, inclusive dos metais. Sua seqüência, em geral, corresponde aos estudos posteriores, mas, à luz da ciência contemporânea, há uma série de equívocos que Engels reproduz: o uso do fogo não é da fase média da selvageria, mas muito anterior, e não tem nenhuma relação direta ou “complementar” com o consumo de peixes. A fundição de ferro não é um marco entre as fases média e superior da barbárie. A domesticação dos animais no Oriente não antecede o cultivo de plantas mas é contemporâneo a ele. Considerar a civilização Inca como estando ainda na fase média da barbárie, na época da Conquista, tampouco é aceitável (REES; CHILDE, 1966). O esquema geral, contudo, demonstrou-se capaz de descrever os estágios fundamentais da evolução cultural humana, embora sua linearidade expresse um evolucionismo que não leva em conta os processos regressivos de sociedades que decaíram e desapareceram (por exemplo, os Maias, a cultura micênica em Creta ou o povo da Ilha da Páscoa). De forma geral, os grandes períodos compreendidos nas “idades” respectivas da pedra lascada, da pedra polida, do bronze e do ferro, referem-se à “selvageria paleolítica”, à “barbárie inferior neolítica”, à “barbárie superior calcolítica” e ao surgimento das grandes civilizações da época final do bronze e inicial do ferro. V. Gordon Childe, o grande arqueólogo pré-histórico, cunhou os termos “revolução neolítica” para referir-se à passagem da selvageria

¹ Lewis Henry Morgan (1818-1881) defendeu as terras indígenas e foi adotado numa *gens* iroquesa, em 1847. Em 1851, publicou *A Liga dos Iroqueses*, o primeiro relatório científico da vida tribal a partir de uma vivência direta; em 1869, publicou *Sistema de consangüinidade e afinidade na família humana* e, em 1877, o mais importante de todos e fonte teórica de Engels: *A Sociedade Primitiva (Ancient Society, or Researches in the Lives of Human Progress from Savagery through Barbarism, to Civilization)*. Também escreveu sobre arquitetura indígena e sobre a vida dos castores.

à barbárie com o advento da agricultura, há cerca de dez mil anos, e “revolução urbana” para situar o surgimento da civilização (palavra que se origina do termo latino *civitas* que significa justamente cidade), em torno de 3 mil anos antes de Cristo, que foi, segundo ele, a época mais fértil de toda a história humana, antes do século XVI, em invenções e descobertas úteis: fundição de cobre, bronze, arado, tração animal, carros com rodas, canais de irrigação, edifícios, barcos e, para contabilizar toda a nova riqueza, o alfabeto.

As origens da opressão da mulher e da exploração do trabalho

A tese central de Engels é que, na passagem da selvageria para a barbárie, ao final do “comunismo primitivo”, nascem conjuntamente a opressão de classe, com o surgimento da propriedade privada, inclusive de outros homens na forma de escravos, e a opressão feminina com a subordinação da mulher ao direito paterno para garantir a transmissão de sua linhagem e propriedade. Nesse sentido, ele afirma de forma lapidar que “a derrota histórica do gênero feminino” ocorreu com o advento da propriedade privada. O surgimento de um excedente nas sociedades primitivas não só teria levado à sua apropriação desigual, como a uma desigualdade na relação entre os gêneros na partilha das tarefas da produção e reprodução da espécie, que passam a ficar separadas, cabendo à mulher quase exclusivamente as funções da criação dos filhos e da casa, cada vez mais afastadas da “indústria social”. Enquanto entre os caçadores e coletores e mesmo no início da horticultura com estaca ou enxada, as mulheres viviam em condições igualitárias e eram as mais importantes fornecedoras de comida e criadoras dos artesanatos, com a expansão da agricultura extensiva e o surgimento de excedentes, sua condição social decaiu para um tipo de servidão. Essa tese, afirmando que a origem da opressão é cultural e pode vir a desaparecer no futuro, refuta as interpretações que buscam um fundamento biológico “natural” para a opressão feminina, como ocorria, por exemplo, no liberalismo preocupado com a questão da emancipação da mulher, de Stuart Mill, que identificava a origem da opressão feminina na maior força física dos homens.

O livro de Engels representa um posicionamento político diante de todas as formas de opressão que, para ele, possuem raízes comuns, chegando a dizer que “na família, o homem é o burguês e a mulher, o proletário”. Nesse sentido, dando continuidade a uma tradição que tem antecedentes no utopista francês Charles Fourier, ele participou da fundação das bases teóricas do feminismo político contemporâneo. A defesa não só da igualdade política, mas da conversão da economia doméstica num assunto público, com a reincorporação plena das mulheres na “indústria social”, definiu um programa necessário para a emancipação feminina.

É preciso lembrar que, na época em que o livro foi escrito, não só as mulheres não tinham direito de voto, de divórcio, de autonomia de sua vontade diante do esposo, de uso de contraceptivos, como nem sequer tinham direito de participação política, mesmo no movimento operário que, majoritariamente, se opunha ao trabalho feminino e à participação de mulheres em sindicatos e partidos, defendendo que o lugar da mulher era no lar. Assim escrevia Proudhon



e, dessa forma, se manifestou o Congresso Sindical na Inglaterra, em 1877, segundo o qual as mulheres não deviam trabalhar não só porque isso aumentava o desemprego e baixava os salários, mas porque era imoral: o lugar da mulher era na vida doméstica. A proposta do socialista Auguste Bebel, de direitos iguais entre homens e mulheres no Congresso de Gotha, de unificação dos socialistas alemães num só partido, em 1875, foi rejeitada, sob o argumento de que as mulheres não estariam preparadas! Somente em 1891, o partido socialista alemão admitiu esse princípio, mas mesmo assim ainda demoraram anos e dependeu de intenso debate a filiação de mulheres no partido em igualdade de direitos com os homens (inicialmente, elas não tinham direito à palavra e deviam se reunir separadas) (NYE, 1995). Mesmo o direito de voto feminino nunca foi muito popular entre o movimento operário, pois se acreditava que as mulheres tenderiam a ser mais conservadoras e votar nos candidatos apoiados pela Igreja. Nesse sentido, a defesa por Engels, da plena emancipação feminina, da igualdade dos gêneros e do direito (e necessidade para a sua libertação) de trabalhar e decidir por conta própria era uma posição revolucionária audaciosa mesmo entre os socialistas.

Outro posicionamento claro e desafiador de Engels era diante do conceito burguês de “civilização”. Na época da expansão do colonialismo europeu, sob o manto da “civilização” que iria levar a “modernização” para os “povos primitivos”, cujo pacto de divisão da África acabava de ser selado no Congresso de Berlim, em 1881, Engels faz um elogio das liberdades da “comunidade primitiva” dos povos do estado selvagem e até mesmo do “caráter democrático original das organizações gentílicas” dos povos do estado da barbárie, que é “uma arma na mão dos oprimidos”, perante o caráter “dúbio, ambíguo, equívoco, contraditório” de tudo que a civilização produz.

Sua verdadeira admiração pelos povos do comunismo primitivo revela-se sobretudo na sua afirmação de uma primitiva preponderância feminina na organização social. Tal época é chamada alternativamente de “matriarcado” ou de “direito materno”, quando a matrilinearidade, ou seja, o reconhecimento da filiação apenas da mãe, daria às mulheres um papel não apenas igualado mas superior ao dos homens. Embora o termo “matriarcado” possa ser incorretamente interpretado como o de uma época em que teriam existido sociedades estatais com supremacia feminina, o seu significado, em Engels, é de um tipo de sociedade que a pesquisa posterior comprovou existir onde ocorrem matrilinearidade (descendência materna) e matrilocidade (residência do marido na casa da linhagem da esposa).

Nesse ponto, manifesta-se mais um aspecto da audácia teórica de Engels, inspirado nas obras de Morgan e Bachofen, ao negar a perpetuidade da “sagrada família” e do patriarcado. As relações sexuais são vistas, no período mais remoto, como expressão de um intercâmbio generalizado, que Bachofen tinha chamado de “heterismo”. Um exemplo desse regime é registrado por um cronista jesuíta entre os índios do Canadá, no século XVIII, que, ao tentar convencer um indígena a abdicar dessa “promiscuidade” em que sua esposa freqüentava diversos outros homens, argumentou-lhe que ele assim não poderia nem sequer ter a certeza da paternidade sobre seus filhos, ao que o indígena respondeu que isso não lhe importava, pois se entre os brancos um homem ama apenas seus filhos, na sua tribo os homens amavam igualmente todas as crianças (SMITH, 1997).

Tais características da sexualidade indígena, que já haviam sido notadas pelos viajantes nos mares do sul e que, mais tarde, Malinovski e Margaret Mead vão estudar entre os trobriandeses, haviam seduzido a imaginação européia, mas, até as obras de Bachofen, Morgan e Engels, ninguém havia sugerido que elas seriam a praxe entre a humanidade pré-histórica. Essa idéia sofre, contudo, de um excessivo caráter especulativo, dado que abrange milhões de anos que não podem ser generalizados em uma única fórmula. Sabe-se por estudos zoológicos que, mesmo entre os primatas superiores, há uma ampla variedade de comportamentos e nenhuma regra estritamente definida.

Nessa época pré-histórica, em que a vida sexual teria se caracterizado por uma “promiscuidade” generalizada, com famílias consangüíneas de grandes grupos, ocorreria, segundo Engels, apenas uma divisão por gerações no intercâmbio sexual. O tema fascinante da origem do tabu do incesto paterno ou materno praticamente não é abordado por Engels, exceto para afirmar que seria instintivo (p. 46), opinião que depois será fortemente refutada por Freud, entre outros. O próprio Engels é contraditório com essa opinião, pois, em outra passagem anterior, afirmou que o incesto é uma “invenção” (p. 39). A tendência histórica de uma restrição cada vez maior no círculo de intercurso sexual até seu estreitamento na forma bipolar da monogamia é vista por Engels de uma forma cronologicamente quase linear. A explicação para esse fenômeno é esboçada numa passagem como uma conseqüência da seleção natural (p. 54), mas também parece contraditória com a noção do aprendizado cultural característico de cada época histórica, no interior das quais Engels encaixa um pouco esquematicamente as formas de família: “matrimônio por grupos” na “selvageria”; “família sindiásmica” (de casais) na “barbárie”; e “monogamia” na “civilização”. Tal visão constitui-se com dados empíricos extremamente limitados, o que leva a uma comparação problemática entre sociedades indígenas contemporâneas e sociedades pré-históricas desaparecidas, baseada apenas na semelhança de saberes e equipamentos culturais.

Da mesma forma, outras limitações levam Engels a idealizar a sexualidade humana tanto entre o proletariado contemporâneo de sua época (cuja prostituição e cujo adultério teriam um papel “quase nulo”, em comparação com a burguesia), como entre a humanidade do futuro e a de todas as épocas, ao considerar a homossexualidade como “um vício antinatural”. Sobre este tema, há três passagens do livro de Engels: na primeira, ele considera que, entre os gregos, as “repugnantes práticas da pederastia” levaram-nos a se desonrarem a si próprios e aos seus deuses pelo mito de Ganimedes (que foi o único amor homoerótico de Zeus com um jovem mortal). Curiosamente, Engels não menciona Platão e seus diálogos sobre o amor homoerótico e o mito do andrógino original. Na segunda passagem, ele atribui o homossexualismo entre os germanos à sua “decadência moral” devido ao contato com os nômades do Mar Negro que, além da arte da equitação, ensinaram-lhes “feios vícios antinaturais”. E, finalmente, na terceira menção, registra sem comentários, como se fosse algo natural, que a assembleia do povo entre os germanos só decretava pena de morte para “covardia, traição e vícios antinaturais”. O movimento socialista e progressista teria ainda de esperar o século XX e figuras como o alemão Magnus Hirschfeld para que os direitos dos homossexuais se tornassem uma reivindicação política.

A monogamia e a família burguesa, ideais morais solenes, hipócritas e, praticamente, consensuais, em sua época, são criticadas veementemente por Engels, como uma “escravização de um sexo pelo outro”; seus complementos necessários seriam o adultério e a prostituição. Diante da vigência de um puritanismo de fachada extremamente severo na sociedade vitoriana do final do século XIX, foi uma grande coragem de Engels expor de forma tão explícita o significado dos chamados “valores familiares burgueses”.²

A visão histórica de Engels da prostituição, entretanto, é muito questionável, pois ele a relaciona com uma fase de transição entre o casamento por grupos e a restrição da disponibilidade feminina, que conquistaria o “direito à castidade”, mas, para isso, teria passado por um ritual de expiação, de sacrifício, na forma da “prostituição sagrada” nos templos da Babilônia ou de *jus prima noctis* (direito à primeira noite) em inúmeras sociedades, ou seja, mistura fenômenos muito diversos, atribuindo-lhes um significado comum. Historiadores contemporâneos mostraram como o termo “prostituta”, na época moderna, foi usada pela medicina e pela Igreja para estigmatizar as mulheres que buscassem prazer sexual, mesmo que no interior do casamento (ENGEL, 1989; FLANDRIN, 1988).

Outras passagens de Engels, como a idéia que haveria uma tendência “instintiva” de se limitar o incesto (p. 46), de que a poliandria não existe entre os animais (p. 49), de que a poligamia e a poliandria são exceções, “artigos de luxo” como ele escreve, entre as sociedades humanas (p. 60), também são totalmente questionáveis à luz da pesquisa histórica e antropológica posteriores.

Na idealização do futuro, Engels também se mostra pouco imaginativo, pois curiosamente não vislumbra nada além de uma “realização plena da monogamia”, pois considera que “o amor sexual é, por sua própria natureza, exclusivista” e a igualdade influirá mais em tornar os homens monógamos do que as mulheres poliândricas. Essa passagem, como apontam teóricas feministas socialistas (SMITH, 1997), partilha da ideologia de que os homens são “naturalmente” inclinados para desejar muitas parceiras enquanto a biologia das mulheres tenderia a incliná-las para desejar apenas um. Em outra passagem, entretanto, o próprio Engels adverte que não é possível imaginar como será a vida sexual das gerações futuras quando não houver mais a alienação social e as relações intermediadas pela mercadoria. A incorporação das mulheres às fileiras do proletariado no século XX foi mais intensa do que Engels podia prever. As alterações na sexualidade contemporânea com a emergência de formas familiares “alternativas”, de métodos de contracepção e aborto, assim como de fertilização *in vitro*, “barrigas de aluguel” e até mesmo alteração de sexo por meio de hormônios e cirurgia apontam uma complexidade muito maior no futuro das transformações das relações amorosas e da reprodução humana.

O tema do “amor livre”, que Charles Fourier havia chegado a propor, não se encontra em Engels, surgindo apenas mais tarde em autoras socialistas e anarquistas, como Alexandra Kollontai e Emma Goldman. Lenin, em polêmica com Clara Zetkin, vai condenar essas idéias e práticas como desviantes da energia revolucionária, especialmente da juventude, dando margem para que um autor como Eric Hobsbawm (2003) chegue a formular a tese de que as revoluções sempre são intrinsecamente puritanas, confundindo as determinações dos seus ideólogos ou dirigentes com as energias reais de mudanças na vida cotidiana despertadas no comportamento das massas.

² Ele próprio, na verdade, encarnou na sua vida privada suas idéias, pois nunca se casou nem teve filhos e manteve relações amorosas “livres” (fora do casamento). Sua amizade foi tão grande que Engels assumiu a paternidade do filho ilegítimo que Marx teve com a empregada da família e que foi entregue para adoção a uma família inglesa, *La vida amorosa de Marx*, Pierre Durand, p. 60.

³ Antes mesmo de Engels, Auguste Bebel foi o autor do clássico *A mulher e o socialismo* (1879); K. Kautsky publicou *A reprodução e o desenvolvimento na natureza e na sociedade* (1910) e *Origem do matrimônio e da família (...)*, em que afirmava que o matriarcado e o patriarcado não eram consecutivos mas de desenvolvimento paralelo; e Paul Lafargue, em 1895, publicou *Origem e desenvolvimento da propriedade*, dedicado a Engels.

Na história posterior do movimento socialista internacional, a obra de Engels foi inspiração para diversos outros trabalhos³ e, mais recentemente, voltou a ser objeto de controvérsia, na época do surgimento do movimento feminista de massas dos anos 60, quando três temas em particular foram foco de um debate ainda inconcluso: a natureza econômica do trabalho doméstico, a existência de um modo de “reprodução”, ao lado do modo de produção, e a existência de outros fundamentos históricos ideológicos, não necessariamente econômicos, para a dominação masculina.⁴

As sociedades arcaicas e os diversos modos de produção

Afirmar que a família, as classes e o Estado não eram eternos e que deveriam sofrer mudanças revolucionárias foi o significado mais abrangente da obra de Engels, questionando a perpetuidade das entidades abstratas do patriotismo burguês e da família patriarcal como mera ideologia metafísica que a dialética materialista permite situar em seu lugar histórico transitório. As tendências humanas à competição e à desigualdade não existiram sempre nem seriam características instintivas de uma pretensa “natureza humana” abstrata, como afirma o pensamento liberal formulado por Hobbes e outros, mas, pelo contrário, surgiram historicamente com a propriedade privada, as classes e o Estado, e foram antecedidas por milhões de anos de desenvolvimento de sociedades de caçadores coletores, marcadas pelo igualitarismo, a partilha, a reciprocidade e a comunidade que, apesar de sua carência relativa (o antropólogo Marshal Sahlins chamou-as de “sociedades afluentes”), nos mostram um passado humano construído na vida coletiva da colaboração mútua através do trabalho de todos em prol da comunidade. Como escreve Hobsbawm (1975, p. 51), “que o comunismo seria uma recriação, em mais alto nível, das virtudes sociais do comunismo primitivo, é uma idéia que pertence à mais precoce herança do socialismo”. Comentando que nenhuma sociedade antiga tinha na riqueza em si o objetivo da produção, Marx afirmou (*Formações econômicas pré-capitalistas*, p. 80) que: “a antiga concepção segundo a qual o homem sempre aparece como o objetivo da produção parece muito mais elevada do que a do mundo moderno, na qual a produção é o objetivo do homem, e a riqueza o objetivo da produção” e, numa carta a Engels, de 25 de março de 1868, comenta que, ao olhar para a era primitiva de cada nação, encontram-se correspondências com a tendência socialista, o que levaria, mesmo os mais eruditos, a se surpreenderem ao “descobrir o que é o mais novo no que é o mais velho” (idem, p. 130).

A opressão feminina foi identificada por Engels como concomitante ao surgimento das classes sociais e da propriedade, encerrando uma longa e arcaica fase de propriedade comunal e iniciando uma série de modos de produção baseados na divisão social e apropriação desigual do produto social.

Sobre este tema, desenvolveu-se uma imensa discussão a respeito dos diversos modos de produção. A própria definição teórica do que é um meio de produção e como ele se articula com as formações econômico-sociais concretas e todas as suas formas políticas, ideológicas, religiosas, etc., é um tema controverso que não possui uma formulação simples nem acabada na obra de Marx e Engels.

⁴ Juliet Mitchell (1977), por exemplo, vai investigar na obra de Freud fundamentos psicológicos para a formação da personalidade masculina.

Modos de produção são um modelo teórico, cuja concretude depende das especificidades particulares de cada região e povo em questão. A visão mais comum, interpretada da obra de Marx e Engels, identifica a existência depois do comunismo primitivo de outros quatro modos de produção posteriores: o asiático, o antigo, o feudal e o capitalista, conforme são relacionados no *Prefácio da Crítica da Economia Política*. Em outras passagens, Marx menciona o germânico e o eslavônico como alternativas também possíveis da evolução da propriedade comunal.

Nenhum desses modos de produção é nem absoluto nem homogêneo, é apenas o modo dominante em mistura com diversos híbridos e resquícios vários. O asiático, com uma definição pouco aprofundada,⁵ foi definido por Marx como aquele característico de sociedades em que havia um Estado centralizado, encarregado de grandes obras públicas, mas não existe propriedade privada da terra (como seria o caso da Índia e, especialmente, da China antigas). O feudal seria uma derivação da mistura do modo de produção antigo, caracterizado pelo uso extenso de escravos, portanto, também chamado de escravista, com o modo germânico. Isso significa que não há, em Marx, qualquer unilinearidade sucessiva entre um modo de produção e outro, eles não constituem etapas necessárias de todas as sociedades, mas formas concretas e singulares que ocorreram especialmente na formação euroasiática.

Algo muito diferente ocorreu com a interpretação unilinear, etapista e dogmática que prevaleceu após a degeneração stalinista da URSS. A aplicação concreta dos modos de produção a diversas sociedades históricas foi objeto de uma intensa manipulação política da teoria. O modo de produção asiático passou a ser combatido em meados dos anos de 1920, pois Trotsky e outros discordavam da caracterização da China como feudalismo, adotada pela III Internacional para justificar sua proposta de aliança com a burguesia nacional para a realização de uma revolução democrático-burguesa, etapa vista como necessária naquele país, assim como em outros países atrasados como, por exemplo, o Brasil.

Essa categoria teórica buscava explicar sociedades agrárias sem propriedade privada do solo, mas com um Estado despótico e burocrático. Tais sociedades não teriam sido apenas da região asiática (por isso, o conceito não é geograficamente determinado), mas incluiriam, por exemplo, e dependendo do autor, sociedades como o Egito, o México e Peru pré-colombianos ou até mesmo a própria Rússia czarista.

Foi exatamente essa última aplicação do conceito que levou Stalin a condená-lo, pois descrevia um tipo de sociedade burocrática, sem propriedade privada mas com um Estado forte que poderia ser identificada na sociedade soviética. O livro *Origem da Família...*, de Engels, assim como o *Manifesto Comunista*, por não incluírem referência explícita ao modo de produção asiático, foram usados como argumento para negar sua validade. Mais tarde, nos anos 60, quando da ruptura soviética com a China, essa categoria passou a ser reestudada na academia soviética, para utilizá-la exatamente para a descrição da China antiga (e para os que quisessem ler nas entrelinhas também a China maoísta). Os próprios chineses nunca aceitaram essa definição para o seu país adotando a caracterização oficial de “feudalismo” para o que existia na China antes da chegada do capitalismo ocidental (SOFRI, 1969). Esse uso excessivamente abrangente de feudalismo, um conceito impróprio desde a origem, pois remete à uma forma política de vassalagem e não a uma

⁵ A obra de Marx que mais trata dele é *Formações Econômicas Pré-Capitalistas*, parte dos *Gundrisse*, publicados a primeira apenas entre 1939-1941, na Rússia e, em 1953, na Alemanha. A primeira tradução ao inglês, de 1964 foi acompanhada de um importante prefácio de Eric Hobsbawm.

relação econômica, tornou-o uma espécie de generalização fácil para toda sociedade “atrasada” em que havia uma propriedade senhorial da terra.

O livro de Engels não aprofunda a relação dos modos de produção com a história das formas de propriedade, tratando da organização gentilícia antiga, especialmente da grega, romana e germânica, mas não abordando as sociedades asiáticas. Este debate prosseguiu tanto entre os próprios Marx e Engels como em toda discussão teórica posterior.⁶

A natureza e as formas do Estado

A influência maior do livro de Engels sobre a história do movimento operário internacional e sobre a teoria revolucionária talvez não tenha sido, entretanto, as partes que tratam da origem da família e da propriedade, mas a que trata do Estado, não tanto em sua origem, mas em suas características na época contemporânea. Este último nasceria como expressão do surgimento do antagonismo social com a acumulação de riqueza e propriedade privada, especialmente de escravos. Como diz Engels, a propensão para a troca leva o próprio homem a ser trocado como uma das principais mercadorias (a importância dos escravos nas primeiras sociedades divididas em classes foi, no entanto, minimizada posteriormente, no que se refere aos estudos sobre a Mesopotâmia).

A relação do Estado com as classes dominantes e a caracterização dos Estados específicos em diferentes épocas e regiões tornou-se um elemento central na análise das formações sociais e econômicas. Os Estados garantem a repressão e a exploração, ou seja, cumprem o papel de produzir e reproduzir as condições sociais existentes para manter o domínio das classes dominantes. Em sua origem, o Estado constitui-se a partir de um território sobre o qual exercerá sua soberania através de uma força militar que se torna independente do conjunto do povo armado, ocupando o lugar de uma força coercitiva externa aos cidadãos (na Grécia antiga, por exemplo, a polícia foi formada de escravos, pois nenhum cidadão se dispunha a cumprir um papel tão odioso como o de ser uma tropa repressiva). E, finalmente, para exercer tais funções, o Estado necessita arrecadar tributo e formar uma camada administrativa, a burocracia, que também irá assumir a característica de uma camada externa e superior ao conjunto da população de um território.

As formas do Estado têm relação com as formas de produção e apropriação, ou seja, com os modos de produção, e as classes dominantes e suas facções lutam pelo seu predomínio, reagindo, sobretudo, à ameaça potencial ou presente da ação das classes dominadas e exploradas.

Uma frase de Engels sobre o período de transição do feudalismo ao capitalismo tornou-se, porém, objeto de grande debate ao afirmar que: “há períodos em que as lutas de classes se equilibram de tal modo que o Poder do Estado, como mediador aparente, adquire certa independência momentânea em face das classes. Nesta situação, achava-se a monarquia absoluta dos séculos XVII e XVIII” (p. 162). Naquele que ficou conhecido como “o debate da transição do feudalismo ao capitalismo”, e que contou com diversos protagonistas (desde a obra de Christopher Hill, *A revolução inglesa*, publicada em 1940, no seu tricentenário, até as contribuições de Maurice Dobb, Paul Sweezy e outros, nos anos de 1950), estas passagens de Engels foram objeto de grande discussão.

⁶ O debate sobre essa questão é muito amplo e não seria possível mencionar aqui nem um resumo de sua abrangência e de suas tendências principais, mas não podemos deixar de mencionar o livro de Kurt Wittfogel, *O Despotismo Oriental* (1957), em que esse ex-comunista alemão radicado nos EUA usou um erudito estudo do conceito de modo de produção asiático para identificá-lo também com uma natureza burocrática e totalitária da URSS e China. Sua obsessão anticomunista não impediu que sua tese tivesse uma grande influência devido à erudição de sua investigação. Mais recentemente, o antropólogo Eric Wolf resumiu os diversos modos de produção em três tipos básicos: o de organização pelo parentesco (que seria o comunalismo primitivo); o “tributário” (com diversas variantes que incluiriam o asiático, o feudal e o africano) e o capitalista.

Perry Anderson (1989) considera que esta, assim como outras passagens de Engels e Marx, revelam uma noção incorreta da natureza do Estado Absolutista moderno que poderia ser visto, nessa situação de “equilíbrio”, como já sendo um Estado burguês, o que, para Anderson, é um contra-senso, pois tais Estados não seriam mais do que uma “nova carapaça política de uma nobreza atemorizada”, que só foi derrubada efetivamente do poder com as revoluções burguesas na Inglaterra, no século XVII, e na França, no XVIII. Essa análise de Anderson foi parte do que ele próprio chamou de “consenso de uma geração de historiadores marxistas” e foi resumida, entre outros, também por Christopher Hill.

Outra passagem de Engels, na mesma página, refere-se ao fenômeno do *bonapartismo* ou *bismarckismo* também como uma forma de composição de frações de classe no seio do Estado: “de igual maneira, o bonapartismo do primeiro império francês e, principalmente, do segundo, que jogava com o proletariado contra a burguesia e com esta contra aqueles. O mais recente caso dessa espécie, em que opressores e oprimidos aparecem igualmente ridículos, é o do novo império alemão da nação bismarckiana; aqui, capitalistas e trabalhadores são postos na balança uns contra os outros e são igualmente ludibriados para proveito exclusivo dos *junkers* [nobreza latifundiária] prussianos”, o que mostra que os Estados não são simples reflexos mecânicos e automáticos das classes nem são “casacas vazias” a serem preenchidas por diferentes classes e suas frações. O Estado estabelece sua dominação por meios de pura coerção mas também necessita do consentimento, o que exige a construção do que Antonio Gramsci veio a chamar de “hegemonia”, o que pressupõe que as classes oprimidas são manipuladas e levadas a acreditar que a fração hegemônica da classe dominante representa um suposto interesse geral da sociedade.

Os regimes políticos na época de Engels não apenas ainda reuniam monarquias autocráticas como, mesmo nas “repúblicas democráticas”, ainda tinham inúmeros mecanismos de restrição às liberdades e aos direitos políticos, concedidos ainda de forma censitária (de acordo com a propriedade), além de, obviamente, restringirem totalmente as mulheres (não havia sequer voto feminino, conquista do século XX). Por outro lado, em muitos países, nem sequer havia eleições ou parlamentos (na Rússia, por exemplo), a terra ainda estava sujeita a direitos de propriedade de origem feudal e as nacionalidades oprimidas não tinham direitos de expressão. Por isso, Engels considera que, dentro do capitalismo, a “república democrática” é a “mais elevada das formas de Estado e que, em nossas atuais condições sociais, vai aparecendo como uma necessidade cada vez mais iniludível, e é a única forma de Estado sob a qual pode ser travada a última e definitiva batalha entre o proletariado e a burguesia” (p. 162). É através do sufrágio universal que a burguesia melhor pode dominar, realizando a “aliança do Governo com a Bolsa”, mas através dele se demonstra um “índice de amadurecimento da classe operária”. E Engels acrescenta que: “o Estado atual não pode, nem poderá jamais ir além disso; mas é suficiente. No dia em que o termômetro do sufrágio universal registrar para os trabalhadores o ponto de ebulição, eles saberão – tanto quanto os capitalistas – o que lhes cabe fazer”.

Lenin, em 1917, em *O Estado e a revolução*, desenvolveu as idéias de Engels sobre o Estado, afirmando que: “nós somos pela república democrática enquanto melhor forma de Estado para o proletariado no regime capitalista; mas não

temos o direito de esquecer que a escravidão assalariada é o quinhão do povo, mesmo na mais democrática república burguesa. Portanto, todo Estado é um 'poder especial de repressão' dirigido contra a classe oprimida" (p. 38). Mais à frente, escreve que "desenvolver a democracia até o fim; procurar as formas desse desenvolvimento, submetê-lo à prova da prática, etc., nisto consiste uma das tarefas essenciais da luta pela revolução social" (p. 101). Esse desenvolvimento da democracia "até o fim" significa que, na perspectiva do socialismo, após a fase transicional, todos os tipos de Estado e todos os regimes de governo (inclusive os das repúblicas democráticas burguesas) deixarão de existir, pois deixará de existir a coerção social e, portanto, a necessidade de um aparelho militar e burocrático externo à própria comunidade. Para se chegar ao comunismo, será indispensável, portanto, a extinção do Estado. Como escreveu Engels: "no dia em que for possível falar de liberdade, o Estado deixa de existir como tal" e propõe, conseqüentemente, que, nestas circunstâncias, se substitua a palavra Estado pela palavra "comunidade" (apud Lenin, p. 87).

Como promover a realização de um programa democrático radical, que incluía as questões sociais, políticas e nacionais, tais como a reforma agrária, as liberdades públicas, a autonomia das nacionalidades a Assembléia Constituinte, entre outras, sem fazer delas um fim em si, mas buscando, por meio delas, o aprofundamento da luta de classes e da consciência organizada do proletariado enquanto classe, foi, talvez, o maior desafio teórico e da tática revolucionária no século XX, em que os marxistas estiveram sempre diante do duplo perigo da capitulação à democracia burguesa, como ocorreu com a maioria da social-democracia, ou do ultra-esquerdismo, que Lenin denominou de "cretinismo antiparlamentar", típico de anarquistas ou de correntes sectárias, como a do italiano Bordiga, na década de 1920, por exemplo.

Numa época de retrocesso do movimento dos trabalhadores, como a que Engels vivia (após a derrota da Comuna de Paris, em 1871, apenas em 1905 ocorreu uma nova revolução na Europa), os processos eleitorais eram considerados por ele como importantes trincheiras para o proletariado, mas nos momentos de aumento da luta de classes, para a qual as eleições são um termômetro, os trabalhadores precisariam estar preparados para conduzir um processo revolucionário, pois as classes capitalistas saberão perfeitamente que chegou a hora de conduzir a contra-revolução.

Essa passagem foi apropriada pela social-democracia alemã, especialmente por Karl Kautsky, como um argumento para a teoria do reformismo clássico, de que a inevitabilidade histórica do socialismo era governada por uma causalidade objetiva, o que levava ao abandono da noção de que a atividade autoconsciente e voluntarista do proletariado assume o papel decisivo na transformação revolucionária e à aceitação de uma ação insurrecional do proletariado apenas na hipótese da defesa de uma maioria parlamentar socialista ameaçada pela reação burguesa. Engels, ao contrário da visão social-democrata determinista, nunca abandonou a defesa da ação revolucionária como forma indispensável para a superação da ordem capitalista, tendo, inclusive, participado, pessoalmente, de revólver à mão, nas barricadas da revolução de 1848, na Alemanha. O evolucionismo que, posteriormente, marcou a evolução da corrente social-democrata no seio da II Internacional, não pode ser atribuído à obra e à atividade

prática de Engels. Em sua concepção teórica do Estado e em sua prática de militante revolucionário, ele nunca transigiu com a denúncia integral do caráter burguês das repúblicas democráticas de sua época e sempre vislumbrou nos moldes da democracia comunitária direta em suas manifestações históricas, uma inspiração para uma nova sociedade socialista em que, após a revolução proletária, o Estado tenderia a desaparecer. Sem partilhar das ilusões românticas dos populistas russos com a propriedade comunal da terra viu nela, assim como Marx, um magnífico ponto de partida para a construção do socialismo desde que este estivesse enraizado na classe operária de um país desenvolvido.

A Origem da família, da propriedade privada e do Estado é um livro rico de idéias teóricas e de conseqüências políticas práticas. Não se trata de uma obra meramente acadêmica, em que a teoria ocupa um lugar confortável de pretensa reflexão científica pura e neutra; ao contrário, faz parte da concepção de que a ciência e a filosofia devem servir à ação humana, pois a humanidade “se faz a si mesma”⁷ e, portanto, não há na história nenhum determinismo objetivo independente da ação dos homens e das classes em luta ■

Referências bibliográficas

- ANDERSON, Perry. *Linbagens do Estado Absolutista*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- CHILDE, V. Gordon. *A evolução cultural do homem*. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.
- _____. *O que aconteceu na História*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.
- DURAND, Pierre. *La vida amorosa de Marx*. Buenos Aires: Editorial Liner, 1970.
- ENGEL, Magali. *Meretrizes e doutores*. Saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890). São Paulo: Brasiliense, 1989.
- FLANDRIN, Jean-Louis. *O sexo e o Ocidente*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- HARMAN, Chris: “Engels and the origins of human society”, *International Socialism Journal*, 65, inverno de 1994.
- HOBSBAWM, Eric J. “Revolução e sexo”. In: *Revolucionários*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.
- LÊNIN, V. I. *O Estado e a Revolução*. Niterói: Diálogo Livraria e Editora, s/d.
- MARX, Karl. *Formações econômicas pré-capitalistas*, com prefácio de Eric Hobsbawm. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- MITCHELL, Julie. *La condición de la mujer*. Barcelona: Editorial Anagrama, 1977.
- NYE, Andréa. *Teorias Feministas e as Filosofias do Homem*. Rio de Janeiro: Record; Rosa dos Tempos, 1995.
- PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- REES, Jon., “Engel’s marxism”,
- SAHLINS, Marshall. *As sociedades tribais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- SMITH, Sharon. “Engels and the origin of women’s oppression”, *International Socialist Review*, 2, 1997.
- SOFRI, Gianni. *Il modo di produzione asiatico. Storia di una controversia marxista*. Turim: Einaudi, 1969.
- WOLF, Eric R. “Os moínhos da desigualdade: uma abordagem marxiana” (1981). In: FELDMAN-BIANCO, Bela; RIBEIRO, Gustavo Lins (Org.). *Antropologia e Poder*. Brasília; Campinas; São Paulo: Ed. UnB; Ed. Unicamp; Imprensa Oficial SP, 2003.

⁷ Título de um dos mais conhecidos livros de Gordon Chile, *Man makes himself*, traduzido em português como *A Evolução Cultural do Homem* (1966).

Uma breve história do movimento operário uruguaio

Este é um importante trabalho escrito pelo dirigente sindical e militante da causa dos direitos humanos no Uruguai, Gustavo López. Cobre os principais fatos ocorridos no movimento operário uruguaio desde 1865 até 1983.

O texto completo é longo e por isso publicamos nesta edição de *Marxismo Vivo* apenas a primeira parte, que vai até 1950. A segunda parte o leitor encontrará na próxima edição de nossa revista.

“A história não é uma acumulação caprichosa e aleatória de acontecimentos, mas, mais além de seus traços idiossincrásicos e seus desvios ocasionais, existe um sentido discernível para o observador que concentre seu olhar nas correntes profundas do processo. Desta perspectiva, a história é sempre história de um modo de produção, verdade muito elementar negada pelo pensamento burguês que assemelha a história à crônica de acontecimentos. A história contemporânea tem um sentido fortemente condicionado pelas necessidades e contradições geradas pela acumulação capitalista” (Atilio Boron)

ADVERTÊNCIA DO AUTOR

O folheto que agora submetemos à consideração do leitor não é o resultado de uma investigação historiográfica e mantém uma distância justa de qualquer pretensão acadêmica.

Sua inspiração deve ser buscada nos territórios da paixão militante e no sentido profundo do pertencimento aos deserdados da terra.

Estes apontamentos não perseguem outro objetivo que o de oferecer às novas gerações de militantes sindicais e ao público em geral interessado neste tema uma cronologia ordenada de fatos e acontecimentos protagonizados pela classe operária no caminho sinuoso de sua conformação em “classe para si”.

Numa apertada síntese, procura-se dar conta da polifonia de vozes que ao longo de mais de um século contribuíram de modo decisivo na definição da fisionomia e da morfologia da classe operária uruguaia.

Os fatos do passado contribuem para a compreensão do presente e oferecem importantes indicações para a prefiguração do futuro.

Desta perspectiva, fuçar no passado não é um exercício da nostalgia humana, mas um ensaio de atualidade plena na busca do ponto de partida e do marco de referência originário na construção das principais experiências associativas do movimento operário.

GUSTAVO
LÓPEZ

Tradução:
Marcos Margarido

Gustavo López é secretário geral do sindicato de motoristas de táxi (SUATT), no Uruguai, militante da organização de Direitos Humanos Plenária Memória e Justiça, colunista permanente do jornal Barricada, colaborador do jornal La Juventud e do semanário 7/7, entre outras publicações.

Frente ao relato histórico oficial e dominante, frente à parafernália dos vencedores circunstanciais, frente à amplificação das vozes do capital, ergue-se com a força incontida das correntes subterrâneas a história dos derrotados de hoje, as vozes dos silenciados, as esperanças dos desesperançados, as vicissitudes e contrariedades do mundo do trabalho. Nada na história moderna deste país (comarca) pode ser entendido sem reparar-se no movimento real da luta de classes, com seus heróicos avanços e seus traumáticos reveses.

Se, como afirmava García Lorca *a memória é o lugar onde as utopias são possíveis*, é na memória das resistências populares onde se aloja o sonho emancipador dos pobres da Terra.

Trata-se, então, de transformar a utopia em realidade sensível e de enviar o capitalismo ao museu da pior história da espécie humana.

O autor assume toda responsabilidade pelas sombras que este texto contém, e se algum raio de luminosidade emerge do mesmo, eu o devo às contribuições generosas de meus companheiros e às leituras que serviram de insumo para a elaboração deste trabalho.

Se ao término deste humilde folheto o leitor conseguir aumentar em igual proporção o ódio aos que exploram e o amor aos que sofrem, o esforço que sua publicação exigiu estará plenamente justificado. (Dezembro de 2006)

*Dedico inteiramente este folheto a meus companheiros da "Agrupación 1 de Mayo" do Sindicato Único de Automóveis com Taxímetros e Telefonistas (SUATT).
Construtores cotidianos de um mundo novo.*

Durante o período transcorrido entre a segunda metade do século XIX e a aurora do século XX são produzidas importantes transformações em nosso país, tanto em sua estrutura econômica quanto em seu ordenamento jurídico estatal.

Com efeito, as classes dominantes redefinem o modelo do país de acordo com as mutações que vinham se dando à escala planetária e no marco de uma profunda crise que ameaçava comprometer o padrão de vida da ainda débil burguesia local. O Uruguai começa a transitar o caminho da integração à economia mundial sob um acelerado processo de mudanças.

No núcleo central e estruturante dessas transformações devemos situar o florescimento do campo para a plantação de erva mate e a consolidação do latifúndio, as leis de proteção alfandegária, o desembarque do investimento estrangeiro, particularmente britânico, o incipiente porém decidido impulso à indústria manufatureira, o crescimento urbano exponencial produzido pelo êxodo do campo à cidade, o auge do comércio e da construção e a presença de importantes contingentes de operários qualificados provenientes do velho continente.

A superoferta de mão-de-obra possibilita à burguesia a contratação de operários por salários miseráveis em troca de jornadas de trabalho extenuantes que chegavam a 16 horas diárias em certas ocasiões.

O trabalho infantil era muito freqüente em alguns ramos de produção e de serviços, chegando a cifras perto de 18% do total da mão-de-obra empregada.

As primeiras associações operárias

As condições de vida paupérrimas das classes populares, as jornadas de trabalho inumanas, a carestia de vida e o impulso dado pela presença de imigrantes europeus com uma vasta experiência de luta social e uma rica bagagem teórica, abrem a possibilidade de surgimento do movimento operário como coletivo organizado, com firmes aspirações de incidência na realidade.

No processo de gênese do movimento operário uruguaio jogam um papel destacado, e por momentos determinante, os imigrantes europeus, centralmente os italianos, muitos dos quais eram perseguidos políticos, protagonistas de primeira grandeza de memoráveis lutas operárias e propagandistas qualificados das idéias do anarquismo e do socialismo; conseqüentemente, eram ativos militantes anticapitalistas. Iluminados pelo farol redentor das idéias libertárias e orientados pelo apoio de ativistas experientes, os trabalhadores do país dão início a seus primeiros ensaios associativos.

Em 1865 surge a primeira tentativa de organização de que se tem registro. É o caso dos tipógrafos, que estavam em contato permanente com as idéias que vinham da Europa devido à própria especificidade de seu trabalho. Em 1870 o esforço cristaliza-se com a fundação de nosso primeiro sindicato, a Sociedade Tipográfica Montevideana.

Essa organização sindical pioneira nasce e se desenvolve como tributária do mutualismo proudhoniano.

Dois anos depois de sua fundação, a Sociedade Tipográfica adere à Associação Internacional dos Trabalhadores confirmando precocemente sua clara matriz internacionalista.

Em 1885 nasce em Montevidéu a Federação Regional da República Oriental do Uruguai, também filiada à Associação Internacional dos Trabalhadores e de forte conotação anarquista. O historiador Carlos Rama entende que a formação dessa primeira federação foi de responsabilidade de *um punhado de operários de origem latina, alguns deles franceses, que participaram da experiência da Comuna de Paris em 1871, ou espanhóis da revolução catalã de 73 e que integravam a nascente classe operária de Montevidéu*¹.

Essa organização operária incipiente deixava claros seus objetivos no próprio estatuto, nos seguintes termos: *Libertar-nos de toda tirania, tanto social quanto econômica, qualquer que seja seu nome e qualquer que seja a forma em que se ache constituída. Fazer com que o capital, as matérias primas e os instrumentos de trabalho passem para as mãos de quem diretamente os utilizam, ou seja, às mãos dos trabalhadores organizados em associações livres, agrícolas e industriais, a fim de livrar-se da escravidão do salário e conseguir que a sociedade seja uma federação livre de associações operárias livres.*²

As idéias emancipadoras circulavam como rastilho de pólvora entre as massas populares por meio de diferentes jornais e publicações e em torno a elas começavam a nuclear-se centenas de trabalhadores de múltiplos ramos e ofícios.

À medida que essas organizações pioneiras da classe trabalhadora desenvolviam uma forte atividade de propaganda e difusão de suas idéias, começavam a explicitar-se frente aos patrões as primeiras demandas dos trabalhadores organizados. Redução da jornada de trabalho, aumento de salários, descanso dominical, melhores condições de trabalho, entre outras reivindicações, ocupavam os primeiros itens de todas as petições operárias.

¹ Rama, A, "Orígenes del Movimiento Obrero en el Uruguay", Opción Libertaria, Editado por Geal, folleto.

² Op. Cit.

A calma provinciana começa a perturbar-se e um previsível movimento grevista estende-se por todos os centros nevrálgicos do país. Os mineiros de Cuñapirú declaram-se em greve em 1880; os hospitais, em maio de 1882; em junho, os trabalhadores portuários de Paysandú, e, em novembro, os carpinteiros e fabricantes de móveis; os trabalhadores da indústria de macarrão (NT: fideleiros) em 1884, e, um ano mais tarde, os trabalhadores da construção e calçados.

Na edição número 23 do jornal *A Luta Operária* de 1884 publica-se um artigo no qual se presta uma conta detalhada das reclamações dos trabalhadores fideleiros. Diz a crônica:

Antes deste importante sindicato declarar-se em greve, uma comissão formada por vários membros apresentou-se aos fabricantes pedindo aumento de salário, porque ganhavam muito pouco e não era suficiente para cobrir os gastos de primeira necessidade.

Colocavam como reivindicações: 1) O aumento de salário, assinalando que os valores aumentem segundo a capacidade de cada operário, desde \$30 seguindo o aumento progressivo até \$40 e sempre o proprietário guiando-se pelas capacidades de cada operário; 2) Aceitando todos os proprietários de fábricas os preços fixados para o trabalho, comprometem-se ao mesmo tempo a manter todos os operários declarados em greve nos mesmos estabelecimentos em que antes trabalhavam sem exclusão de um só; 3) As horas de trabalho serão as mesmas que até agora são aplicadas em todas as fábricas de macarrão.³

Antes da greve, os operários fideleiros ganhavam entre \$18 e \$26 mensais.

Durante as últimas duas décadas do século XIX, a luta pela redução da jornada de trabalho intensifica-se e adquire uma verdadeira centralidade no seio da classe trabalhadora e suas organizações. Em 1889, apenas três anos depois dos trágicos acontecimentos de Chicago, circulou em nosso país a convocação do primeiro congresso da Segunda Internacional, no qual se fazia um chamado à organização de uma grande manifestação em data fixa, de tal maneira que simultaneamente em todos os países e em todas as cidades no mesmo dia combinado os trabalhadores pedirão às autoridades oficiais a redução, mediante uma lei, da jornada de trabalho para 8 horas; o chamado estabelecia a data de 1º de maio para a realização do protesto universal.

O primeiro ato em comemoração ao dia dos trabalhadores em nosso país ocorre em 1º de maio de 1889 na esquina da 18 de julho com a Olimar, em frente ao antigo cemitério inglês e compareceram à concentração algumas dezenas de pessoas. Apesar da modesta participação, a imprensa da época registrou o acontecimento, e o esforço digno daqueles trabalhadores foi retomado nos anos posteriores até converter o 1º de maio numa das datas de maior significação para o movimento popular de nosso país.

O final do século XIX encontra a novata classe operária uruguaia enquadrada em fortes e apaixonadas polêmicas entre suas distintas correntes ideológicas. Proliferam os jornais e as publicações que difundem as idéias da revolução social, fundam-se novas sociedades de resistência, bibliotecas populares, associações culturais livres e centros de estudos sociais.

As discussões sobre a necessidade de criar instrumentos que levem à unificação das organizações operárias percorrem vigorosamente o interior dos diferentes agrupamentos, tanto de socialistas como de anarquistas.

Em 1896 o Centro Operário Socialista, entidade que reunia uma pequena parte dos socialistas da época, propõe-se a criar uma central sindical ligada a essa tendência.

³ Jornal *La Lucha Obrera*, "El gremio de fideleiros reclaman aumento de salario", n° 23, 1884, La República, Diario del Uruguay, Montevidéo, 13/09/2006.

No mesmo ano e com propósitos análogos cria-se a efêmera Federação Operária do Uruguai (FOU) a partir da coordenação de 18 sindicatos. Essa organização anarquista é considerada por vários autores como a antecedente e pilar fundamental do que logo seria a Federação Operária Regional Uruguiaia (FORU).

Em vários bairros de Montevideu nascem Centros Culturais e de Estudos, destacando-se os de Cerro e Villa Muñoz, que se convertiam em verdadeiras escolas do pensamento livre e sede de extensas e ricas polêmicas.

O Centro Internacional de Estudos Sociais inicia suas atividades em 1898. Organização fundada por um grupo de anarquistas italianos, em sua maioria alfaiates, cumpriu um papel chave na promoção de uma cultura alternativa e contra-hegemônica e nos primeiros passos da unificação sindical.

O papel dessas organizações na formação da identidade e dos valores próprios da classe operária merece menção especial. Em atitude desafiante em relação à educação formal e aos valores burgueses, os anarquistas promoviam o auto e o mútuo ensino, dando uma vasta gama de cursos em suas salas, que iam desde aritmética, química, geografia, música, história universal, dança e teatro e evidentemente variadas palestras sobre a questão social e o pensamento libertário.

O século XIX agonizava em meio a uma aguda crise econômica e social e as massas operárias preparavam-se em organização e consciência para as lutas que vislumbravam no futuro imediato.

Sob os desígnios do autoritário governo de Juan Lindolfo Cuesta, o novo século amanhece com o renovado impulso da indústria nacional. O jornal operário *O Trabalho*, em seu número 22, referia-se ao governo Cuesta nos seguintes termos: *Nosso atual primeiro mandatário usa de todas as arbitrariedades possíveis contra a liberdade individual e o direito de associação. A causa verdadeira a que essas medidas respondem é, sem dúvida alguma, o delírio que o cega e o arrasta até o ponto de pisotear a Constituição.*⁴

Resistindo às medidas repressivas do governo Cuesta e em meio à convulsão gerada pela rebelião de Aparicio Saravia, de 1904, o movimento sindical continua seu processo de consolidação e ascensão em âmbito nacional.

O crescimento do proletariado uruguiaio

Com a chegada ao governo de José Batlle y Ordoñez, o Estado começa a jogar um papel destacado na atividade econômica, no marco da política de substituição de importações e de desenvolvimento do protecionismo à indústria nacional. Durante esse período, o número de trabalhadores empregados na indústria cresce substancialmente, duplica-se o número de estabelecimentos industriais, o pessoal empregado na manufatura passa de 22.300 em 1889 para 30.135 de acordo com o censo de 1908.

Num país que contava naquele momento com pouco menos de um milhão de habitantes, a população operária oscilava, segundo estatísticas, entre 85.000 e 99.000 trabalhadores. Constata-se pela primeira vez na história do país a supremacia numérica da população urbana em relação à população rural.

O impulso reformista do governo Batlle propicia as condições para o fortalecimento da classe operária e seu processo de unificação orgânica.

Embora o debate em relação à legislação social instale-se com força no país e o movimento sindical consiga algumas melhorias em suas condições de trabalho

⁴ Jornal El Trabajo, "El presidente Cuestas se ha convertido en un dictador", n° 22, março de 1901 em La República, Diario del Uruguay, Montevideu, 13/09/2006.

no marco da lógica confrontação-concessão, as condições de existência das famílias trabalhadoras continuavam sendo paupérrimas. As jornadas de trabalho estendiam-se de 12 a 14 horas diárias, em média.

A obtenção das 8 horas de trabalho, o aumento de salários e a melhoria das condições de trabalho constituem o núcleo central das aspirações operárias e dão lugar a um longo movimento grevista que se instala no país em 1905.

Os trabalhadores ferroviários, do couro, os portuários, os cabeleiros, os guardas e motorneiros de bondes, os operários de serrarias, entre outros, lançam-se à greve pelas suas justas reivindicações.

Em meio ao clima de crescente agitação operária, cria-se a primeira associação por indústria, trata-se da Federação de Trabalhadores do Porto de Montevideú, responsável pelo pontapé inicial para a construção de uma grande federação regional.

A construção da FORU

Por iniciativa dos trabalhadores portuários e nas salas do influente Centro Internacional de Estudos Sociais nasce a Federação Operária Regional do Uruguai (FORU), em 23 de março de 1905.

O primeiro congresso da FORU tem lugar entre 25 e 27 de agosto de 1905 com a participação de 32 organizações sindicais.

Essa organização de nítida matriz anarquista e antiautoritária será convertida na mais influente “central” operária durante as primeiras décadas do século XX.

Em seu congresso de fundação, a FORU aprova o que é conhecido como o Pacto de Solidariedade em que seus integrantes comprometem-se a participar ativamente em *todas as lutas que se fizerem contra o capitalismo absorvente, sejam lutas permanentes de caráter econômico por alguma melhoria imediata dos salários, sejam de caráter político-social para conseguir melhorias para o proletariado em geral...* Em outra passagem esclarecedora do Pacto pode-se ler: *nossa organização é diferente e oposta à de todos os partidos políticos, pois assim como eles organizam-se para a conquista do poder estatal, nós organizamo-nos para destruir todas as instituições burguesas e políticas, até conseguirmos estabelecer uma Federação livre de produtores livres em seu lugar.*⁵

Comprometidos ativamente com as lutas trabalhadoras em todo o mundo, o primeiro congresso da FORU envia uma calorosa *saudação fraternal a todos os proletários do universo em luta por sua emancipação econômica e social, fazendo votos para que a solidariedade internacional ultrapasse as fronteiras, estabelecendo a harmonia sobre a Terra.*⁶

Um ano mais tarde, entre 29 de setembro e 5 de outubro, celebrou-se o segundo congresso da Federação. Dessa vez o número de congressuais foi sensivelmente menor, participaram 23 delegados que ratificaram o conteúdo das resoluções do congresso de fundação.

O fim do primeiro período do governo de Batlle y Ordoñez e a marca repressiva de seu sucessor, Cláudio Williman, trouxeram como consequência um franco e intenso retrocesso das organizações sindicais.

Somente em 1911 acontece o terceiro congresso da FORU, que funcionará de 29 de abril a 3 de maio com a participação de delegados de mais de 40 sociedades de resistência. Os debates centraram-se na necessidade de definir

⁵ FORU, “Pacto de Solidaridad”, Congreso de fundación, 1905 em AA.VV, “El sindicalismo uruguayo. A 40 años del congreso de unificación”, Ed. Taurus, Montevideú, 2006.

⁶ Op. Cit.

estratégias tendentes a reorganizar o movimento operário e superar os duros reveses do período anterior.

Segundo os organizadores, o número de confederados girava em torno a 7.000 trabalhadores, pouco menos que 10 % dos trabalhadores empregados na capital.

A FORU nasce e desenvolve-se fortemente influenciada e com estreita vinculação a seu par da outra margem, a também anarquista Federação Operária Regional Argentina (FORA).

Todos os congressos da federação reafirmaram a vontade emancipadora dos trabalhadores e, em relação às definições ideológicas, sustentava com contundência e clareza o seguinte: *O Congresso operário declara-se, em governo, Libertário; em propriedade, Comunista, e, em religião, Ateísta.*

Entre as principais características do perfil prático dos militantes da FORU destacam-se uma forte reivindicação da ética e da moral, a permanente propensão à formação, a abnegação militante, a aversão à autoridade e a promoção da ação direta como método.

Embora, como vimos assinalando, a FORU fosse o marco unificador de maior peso na luta de classes no início do século XX, existiam também outros agrupamentos operários de menor peso. A União Geral dos Trabalhadores (UGT) de orientação marxista, que reunia 25 sindicatos, e a União Democrática Cristã (UDC), que contava com 8 sindicatos e 4 associações autônomas.

A primeira greve geral do país

O ano de 1911 merece especial atenção na história dos confrontos entre o capital e o trabalho em nosso país, pois é nesse ano que tem lugar a primeira greve geral no Uruguai. Em pleno processo de reorganização da Sociedade de Resistência dos Motorneiros, a direção das duas empresas que prestavam serviços de transporte coletivo decidem expulsar os nove dirigentes do sindicato, cinco da companhia “La Comercial” e quatro da “La Transatlântica”. Essa arbitrariedade determina que em 11 de maio de 1911 seja declarada a greve dos motorneiros, exigindo a reintegração imediata de seus companheiros demitidos, aumento de salário, redução da jornada de trabalho, passe livre para viajar nos bondes da empresa, dois dias livres por mês e o reconhecimento do direito de associação. O nível de adesão à medida sindical foi quase total e a cidade amanhecia sem os clássicos bondes.

A greve desenvolve-se em meio a um inusitado emprego de força policial pelas ruas de Montevideu com o claro propósito de amedrontar os trabalhadores em conflito.

A imprensa da época registra as múltiplas expressões de solidariedade recebidas pelos grevistas por parte dos trabalhadores organizados de outros sindicatos e de amplos setores da população. Os comerciantes ofereciam alimentos para o sustento das famílias trabalhadoras, os intelectuais comprometidos doavam livros para que o produto de sua venda financiasse a greve, diversas atividades de solidariedade foram organizadas em bairros da capital e das principais cidades do interior.

Em meio ao conflito dos bondes, socialistas e anarquistas coordenaram uma mobilização de apoio que partiu do centro e dirigiu-se ao porto, na qual participaram milhares de pessoas.

Com a persistência da intransigência patronal, os trabalhadores organizados dos bondes recorreram à FORU na busca de uma resposta comum de toda classe trabalhadora que permitisse a obtenção dos reclamos operários e desta maneira pôr um fim ao conflito.

Em 23 de maio, o conselho da FORU resolve declarar, por unanimidade, a greve geral por tempo indeterminado.

A primeira greve geral da história do país contou com um apoio amplo em todos os ramos de atividade. O governo militarizou a cidade e produziram-se alguns incidentes quando os trabalhadores em greve avançaram com pedras contra os poucos bondes que circulavam conduzidos por pelegos. A greve durou três dias e terminou depois que a assembléia dos motorneiros aceitou uma fórmula que incluía entre outras coisas a reintegração dos demitidos.

A amplíssima maioria da FORU avaliou os resultados da greve como um verdadeiro triunfo, e o acúmulo de experiência realizado pelos trabalhadores durante as jornadas de luta fortaleceu enormemente a confiança dos operários em suas próprias forças.

Motivados por essa experiência, as organizações operárias dão um renovado impulso à luta pela redução da jornada de trabalho.

Em relação a essa sentida aspiração operária, o terceiro congresso da FORU expressava-se com uma clareza meridiana: *A ciência justifica e exige a redução da jornada de trabalho como útil para a sociedade e para o indivíduo, pois nas longas jornadas de trabalho nas quais o operário está fechado na oficina falta tempo para desenvolver vínculos de caráter afetivo, a moralidade diminui, o caráter é rebaixado, a vontade adoce e o ser humano transforma-se numa máquina a serviço da exploração capitalista.*

O primeiro projeto de lei de redução da jornada de trabalho foi enviado ao parlamento com a assinatura de José Batlle y Ordoñez, em 21 de dezembro de 1906. No texto que acompanha este projeto de lei lê-se que *atualmente a jornada de trabalho de oito horas já foi conquistada por numerosos sindicatos entre nós.*

Essa iniciativa esteve precedida por duas tentativas, uma do deputado colorado Ricardo Areco em 1904 e outra pelos nacionalistas Carlos Roxlo e Luis Alberto Herrera em 1905.

Depois de apaixonadas polêmicas e enfrentando a mais férrea oposição dos empresários e dos setores mais conservadores dos dirigentes políticos, a lei de 8 horas de trabalho é aprovada em 14 de junho de 1913 na Câmara de Representantes e recebe sanção definitiva dois anos depois, em 17 de novembro de 1915 no Senado.

Contrariamente ao que afirma o discurso das classes proprietárias e sua historiografia submissa, a obtenção da jornada de trabalho de 8 horas para todos os sindicatos não foi um presente do governo de Batlle, mas o produto de anos de lutas históricas e cruentas do movimento sindical uruguaio.

Os anos seguintes estarão pautados por uma conjuntura desfavorável para os setores populares. O ultraconservador Feliciano Viera assume o governo, apoiado pelos setores mais reacionários da burguesia local e dos latifundiários, aumenta significativamente o custo de vida como consequência das políticas especulativas do empresariado, cujos lucros cresciam favorecidos pelo aumento de suas exportações devido à Primeira Guerra Mundial, ocorrem demissões em massa na indústria e os salários são rebaixados. Uma forte luta fracional instala-se no seio das organizações operárias.

O impacto da Revolução Russa

O acontecimento mais importante da história da humanidade sob a perspectiva dos oprimidos, a Revolução Russa, divide águas entre as distintas correntes do sindicalismo uruguaio.

Por um lado, alguns setores alentavam expectativas nos avanços do processo russo, e, por outro, havia aqueles que alertavam sobre o excesso de estatismo e centralização no exercício do governo da república dos Soviets.

Os debates em relação à ditadura do proletariado, a formação do partido, o papel da vanguarda e o papel dos sindicatos no processo revolucionário atravessavam sem exceção todas as tendências do sindicalismo uruguaio e particularmente os anarquistas, pois eram o setor com maior peso e influência na classe operária.

No calor desses debates o movimento operário continua se organizando e protagonizando lutas reivindicatórias, como o caso dos operários da carne, que levam adiante uma greve em 1917, e os marítimos, protagonistas de um combativo conflito em 1918, no curso do qual se produzem fortes enfrentamentos com a polícia.

A FORU chama um novo congresso em 1919, do qual participam 50 delegados representando sindicatos de Montevideu e do interior do país. O nível de diferenças existentes e a polarização dos debates auguravam uma divisão definitiva.

Em setembro do mesmo ano é criada a União Sindical Uruguaia (USU) como consequência da fratura da FORU. Na nova união sindical conviviam anarco-sindicalistas com setores marxistas e simpatizantes do processo russo sem definições acabadas no plano ideológico.

Os anos 20 são anos de enfraquecimento da FORU e atomização do movimento sindical. As profundas diferenças que persistiam nas distintas correntes do anarquismo e as que estas mantinham com os comunistas e socialistas não tardaram a aflorar.

As controvérsias em torno ao programa e à estrutura da nova organização endureceram as relações entre os anarco-sindicalistas e os comunistas pró-soviéticos.

Apesar de que o recentemente fundado Partido Comunista (1920) lutava para ganhar posições no interior do movimento operário, o domínio dos anarquistas ainda era inquestionável.

Como era previsível, os comunistas rompem com a USU e conformam a Confederação Geral do Trabalho (CGT) sob a hegemonia dos trabalhadores do porto de Montevideu em maio de 1929, primeira central dirigida pelos comunistas e filiada à Internacional Sindical Vermelha apoiada pelos bolcheviques desde Moscou.

Os sonhos de unidade sindical desvanecem-se ante à complexa realidade e os trabalhadores do país dividem-se em três blocos sindicais, a FORU, a USU e a CGT.

As organizações de trabalhadores não passaram incólumes por essa onda de divisionismo, suas forças foram claramente debilitadas e a burguesia aproveita a fraqueza conjuntural de seu oponente para arremeter contra suas conquistas.

Toda a década de vinte encontra a classe operária em atitude defensiva frente ao ataque dos patrões e do governo. No entanto, as organizações continuam forjando-se ao calor das lutas de rua.

Um ponto culminante deste período quanto à combatividade operária foi constituído pela celebração do 1º de maio de 1923. Ao passar a coluna operária pela avenida 18 de Julho, centenas de manifestantes expressaram sua indignação apedrejando um bar que permanecia aberto. A ação operária de admoestação motivou uma furiosa repressão policial com o saldo de 2 mortos, um trabalhador e um policial. Ambos foram atingidos por balas durante a contenda.

Da primeira ditadura à conciliação de classes

No início de 1933 o até então presidente constitucional Gabriel Terra (ex-ministro de Batlle y Ordoñez) dissolve o parlamento e declara-se ditador. A classe operária enfrenta de forma debilitada a primeira ditadura do século XX e nesse período são assassinados os militantes comunistas Idalecio Lujambio e Julia Scorino. Depois de um longo período marcado por duras derrotas, o movimento operário é revitalizado no despertar dos anos quarenta.

O contexto internacional determina uma conjuntura favorável para a economia local, produzindo-se um novo impulso industrializante que afeta fortemente tanto a materialidade quanto a subjetividade dos trabalhadores.

A União Geral dos Trabalhadores (UGT) é fundada em 1942, em seu primeiro congresso participaram 235 delegados representando 70 organizações sindicais.

Pela primeira vez, representantes do governo são convidados a um congresso operário, com a participação dos ministros Alberto Guani e Alfredo Baldomir.

O primeiro secretário geral da reluzente UGT foi Enrique Ñato Rodríguez e o vice-secretário José Pepe D'Elia. A maior influência na nova central sindical era exercida pelos trabalhadores filiados ao Partido Comunista. Entretanto, por iniciativa do deputado comunista Eugenio Gómez, instala-se uma comissão parlamentar com o objetivo de estudar a situação salarial dos trabalhadores da indústria. Como resultado dessa pesquisa, os legisladores concluem que a imensa maioria dos assalariados recebia renda de sub-consumo. Essa ação legislativa é a ante-sala dos Conselhos de Salários.

Em 12 de novembro de 1943, durante o governo do colorado Juan José de Amézaga e em meio a importantes mobilizações é aprovada a lei 10.449 que institui o mecanismo tripartite de regulação salarial. Embora durante esse período o movimento sindical consiga importantes avanços em matéria de direitos do trabalho (licenças, abonos suplementares, categorização etc.) e seu número de sindicalizados cresça exponencialmente, as agitadas polêmicas em torno à participação nos Conselhos de Salários divide águas no interior das organizações de trabalhadores.

Anarquistas e trotskistas opunham-se ativamente à participação dos sindicatos neste âmbito, alegando que os mesmos institucionalizavam a prática sindical subordinando-a ao Estado e paralisando suas lutas.

De fato, os Conselhos de Salários converteram-se em instrumentos de conciliação de classes com claros propósitos domesticadores e fortes componentes de enquadramento social dos operários organizados.

Exibindo uma neutralidade inverossímil, o Estado tenta desempenhar o papel de árbitro e articulador de interesses antagônicos. Como demonstra a experiência histórica, não existe possibilidade de conciliar os interesses do

capital com os do trabalho e em qualquer confronto entre desiguais a neutralidade é cúmplice do mais forte.

Deste modo, na imensa maioria dos casos, o Estado atuava como um fiel aliado dos patrões. Por outro lado, a institucionalização habilitou o surgimento dos negociadores profissionais e dirigentes liberados no seio das organizações operárias, criando-se uma verdadeira brecha entre dirigentes e dirigidos.

É justo reconhecer que em mais de um caso a luta dos sindicatos impôs-se sobre a lógica das negociações, torcendo o braço dos patrões e do governo e avançando substancialmente na conquista de suas demandas.

Enquanto os acontecimentos da segunda guerra mundial ocupavam as manchetes de todos os jornais, os operários da potente indústria frigorífica lançavam-se à greve por aumento de salários e pela reposição de 10 trabalhadores demitidos. A mobilização contou com o decidido apoio do populoso bairro do Cerro.

A hegemonia dos comunistas no movimento operário viu-se desafiada no início da década de 50 pela atuação dos sindicatos autônomos que, mediante o exercício da ação direta, prestavam solidariedade aos conflitos. As ações dos “sindicatos solidários” despertavam grande expectativa e em certas ocasiões congregavam milhares de trabalhadores. Tal foi o caso da greve em solidariedade aos trabalhadores da ANCAP, na qual é estimada a participação de 40.000 pessoas e que sacudiu particularmente os bairros do Cerro, La Teja e Pueblo Victoria.

Os trabalhadores e os moradores organizavam-se para enfrentar a repressão e barrar os pelegos, cortando, em várias ocasiões, a principal via de acesso ao Cerro. É a partir dessas memoráveis jornadas de luta que esta zona da cidade passou a ser denominada “paralelo 38”, em clara alusão à linha que dividia a Coreia do Norte da Coreia do Sul ■

Bibliografia

Centro de Documentação e Informação, “*III Congreso da Pit-Cnt. Recopilação documental*”, Volume 1, Montevidéo, 1987.

FORU, “*Pacto de Solidaridad*”, Congreso fundacional, 1905, em AA.VV. “*El sindicalismo uruguayo. A 40 años del congreso de unificación*”, Ed. Taurus, Montevidéo, 2006.

Gonzalez Sierra, Y., “*Los olvidados de la tierra*”, Editorial Nordan, Montevidéo, 1994.

Jornal *Construyendo*, Nº 3, maio de 2003.

Jornal *El Trabajo*, “*El presidente Cuestas se ha convertido en un dictador*”, nº 22, março de 1901 em La República, Diario del Uruguay, Montevidéo, 13/09/2006.

Jornal *La Lucha Obrera*, “*El gremio de fideleros reclama aumento de salario*”, nº 23, 1884, em La República, Diario del Uruguay, Montevidéo, 13/09/2006.

Rama, A., “*Orígenes del Movimiento Obrero en el Uruguay*”, Opción Libertaria, editado por Geal, Panfleto.

Rico, A., “*15 días que estremecieron al Uruguay*”, Editorial Fin de Siglo, Montevidéo, 2006.

Vescovi, R., “*Ecos Revolucionarios. Luchadores Sociales*”, Nóos Editorial, Montevidéo, 2003.

Zubillaga, C., “*Trabajadores y Sindicatos en América Latina*”, CLACSO, Montevidéo, 1989.



Marxismo Vivo